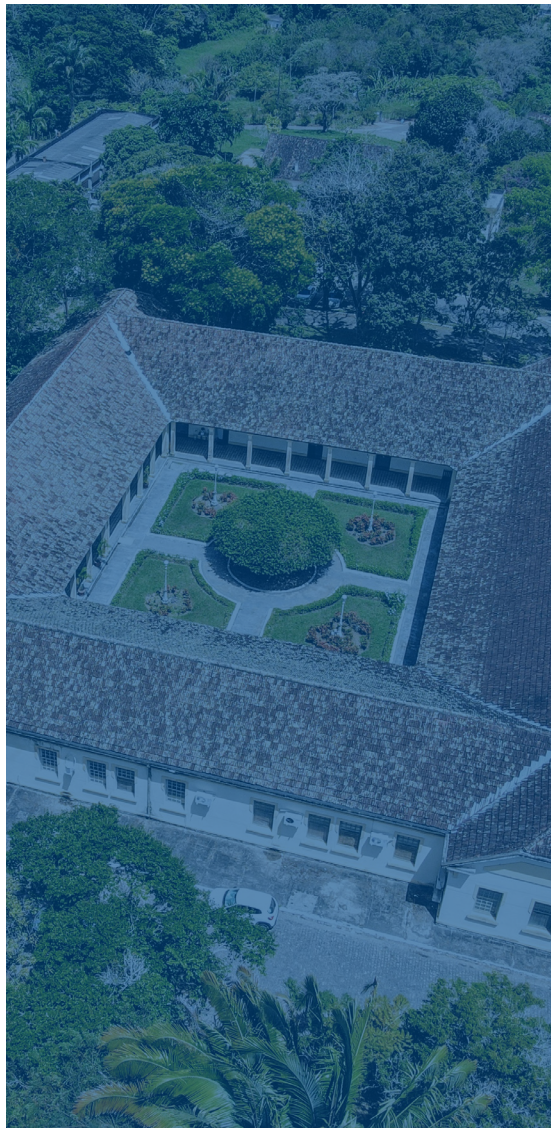
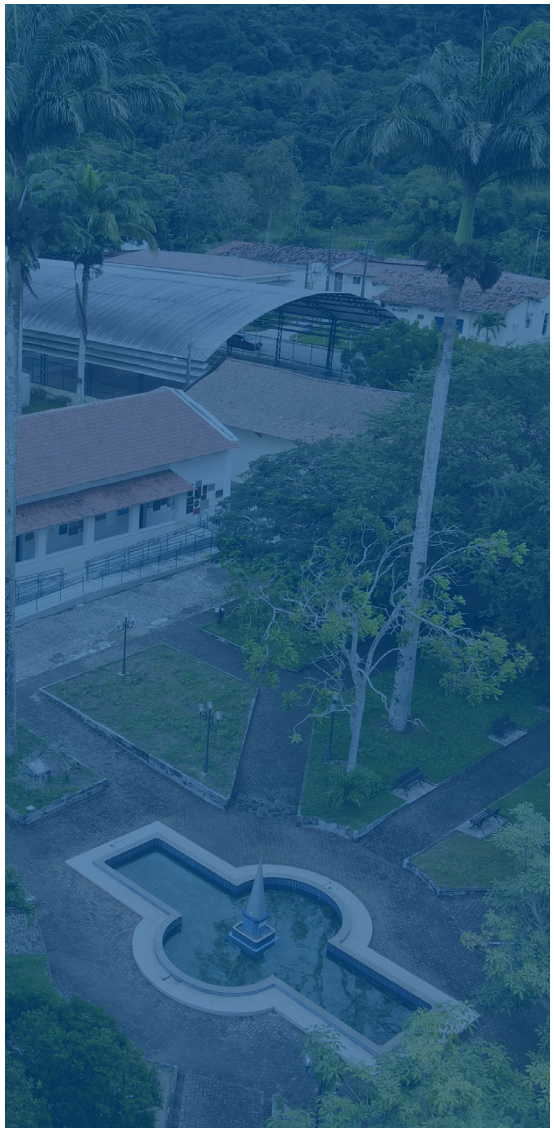
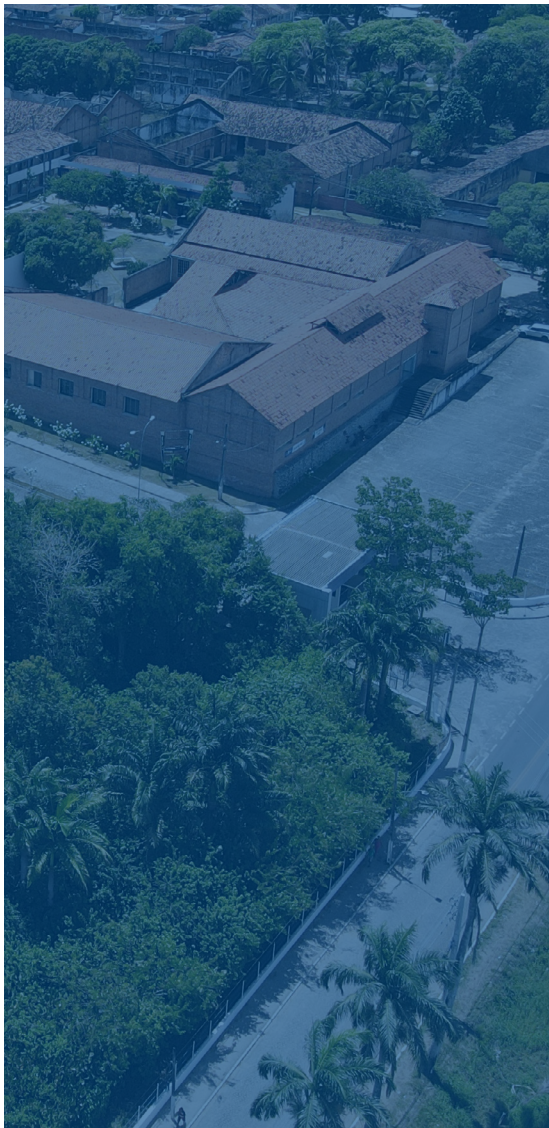
RELATÓRIO DE GESTÃO

UFPB 2025











RELATÓRIO DE GESTÃO UFPB 2025

Catalogação na Publicação
Seção de Catalogação e Classificação

R382 Relatório de Gestão UFPB 2025 [recurso eletrônico] / Anielson Barbosa da Silva, José Mancinelli Ledo do Nascimento, Aléssio Tony Cavalcanti de Almeida (Comissão de elaboração). – Dados eletrônicos - João Pessoa: UFPB, 2026.

E-book

1. UFPB - Relatório. 2. Gestão - Resultados. 3. Planejamento estratégico. 4. Desenvolvimento institucional. 5. Governança – Ações futuras. I. Silva, Anielson Barbosa da. II. Nascimento, José Mancinelli Ledo do. III. Almeida, Aléssio Tony Cavalcanti de. IV. Título.

UFPB/BC CDU 378.4(813.3)

Administração superior

REITORA
Terezinha Domiciano Dantas Martins

VICE-REITORA
Mônica Nóbrega

PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO
Ana Cláudia da Silva Rodrigues

PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO
Evandro Leite de Souza

PRÓ-REITOR DE PESQUISA
José Roberto Soares do Nascimento

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO
Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO
George Rodrigo Beltrão da Cruz

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
Anielson Barbosa da Silva

PRÓ-REITORA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO AO ESTUDANTE
Geórgia Dantas Macedo

PRÓ-REITORA DE GESTÃO DE PESSOAS
Mirela Rocha Ribeiro Pinto

CHEFE DE GABINETE
Maria José de Figueiredo

SECRETARIA DOS ÓRGÃOS DELIBERATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
Marcelo Sitcovsky Santos Pereira

PROCURADORIA JURÍDICA
Flávio Pereira Gomes

AUDITORIA INTERNA
Paloma Rodrigues Duarte da Nóbrega

Direção dos centros

CAMPUS I - JOÃO PESSOA

DIRETOR DO CENTRO DE BIOTECNOLOGIA
Jailson José Gomes da Rocha

DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
Fabiano Gonzaga Rodrigues

DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
Mário César Ugulino de Araújo

DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
Rodrigo Freire de Carvalho e Silva

DIRETORA DO CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
Anne Augusta Alencar Leite Reinaldo

DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS MÉDICAS
Francisco Bernardino da Silva Neto

DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
Aldo Leonardo Cunha Callado

DIRETOR DO CENTRO DE COMUNICAÇÃO, TURISMO E ARTES
Ulisses Carvalho da Silva

DIRETOR DO CENTRO DE EDUCAÇÃO
Adriana Valéria Santos Diniz

DIRETOR DO CENTRO DE ENERGIAS ALTERNATIVAS E RENOVÁVEIS
Euler Cássio Tavares de Macêdo

DIRETOR DO CENTRO DE INFORMÁTICA
Tiago Maritan Ugulino

DIRETOR DO CENTRO DE TECNOLOGIA
Marcel de Góis Pinto

DIRETOR DO CENTRO PROFISSIONAL TECNOLÓGICO – ESCOLA TÉCNICA DE SAÚDE
Maria Soraya Pereira Franco Adriano

CAMPUS II - AREIA

DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
Bruno de Oliveira Dias

CAMPUS III - BANANEIRAS

DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E AGRÁRIAS
Fabrícia Sousa Montenegro

CAMPUS IV- MAMANGUAPE E RIO TINTO

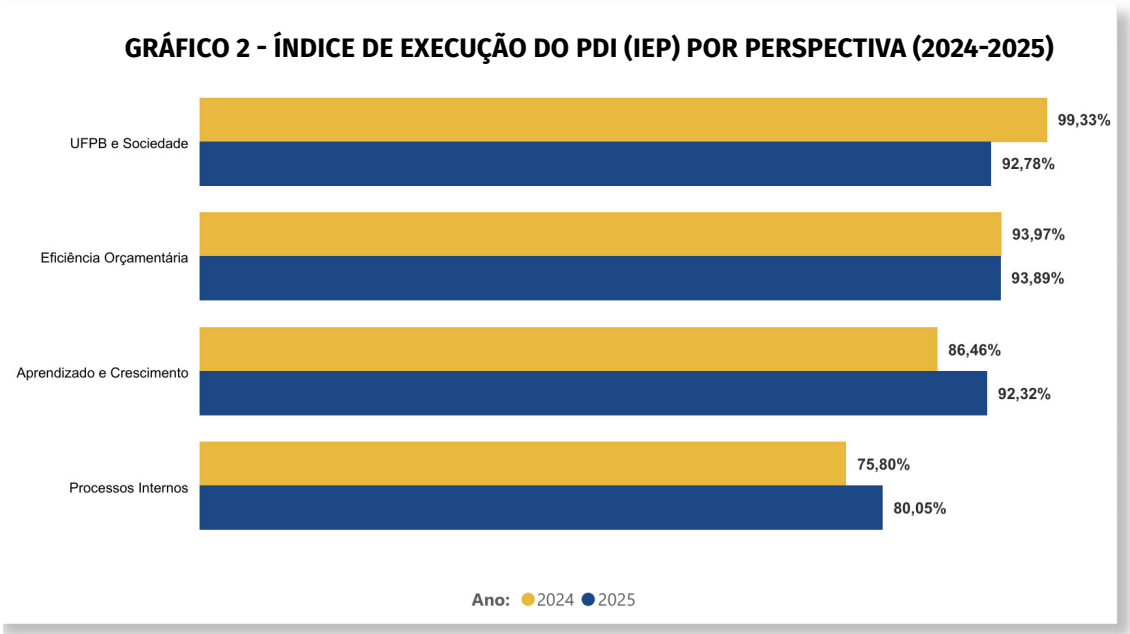
DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO
Joseilme Fernandes Gouveia

Universidade Federal da Paraíba

MENSAGEM DA REITORA

O exercício de 2025 foi marcado pela consolidação do planejamento estratégico institucional e pelo fortalecimento dos mecanismos de governança, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e as diretrizes da administração pública federal. No âmbito do ComGov, aprovamos o Plano de Gestão 2025–2028 e orientamos as Pró-Reitorias e Órgãos Suplementares à elaboração dos Planos de Gestão Setorial, estruturando, de forma sistêmica, o modelo de gestão estratégica da Universidade. Em um cenário de restrições orçamentárias e de demandas sociais crescentes, reafirmamos o compromisso com a excelência acadêmica, a responsabilidade fiscal e a geração de valor público.

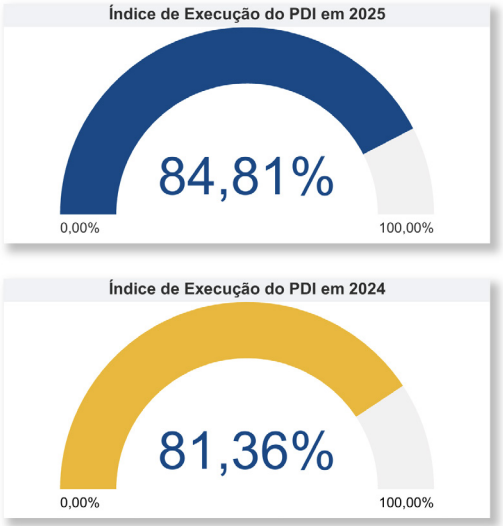
GRÁFICO 2 - ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO PDI (IEP) POR PERSPECTIVA (2024-2025)



Fonte: Proplan, 2025.

O Gráfico 1 evidencia a evolução do Índice de Execução do PDI (IEP), indicador que integra o sistema institucional de monitoramento desenvolvido pela UFPB. Em 2025, registrou-se um aumento de 4,24% em relação ao exercício anterior, demonstrando avanço consistente na execução das metas estratégicas.

GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO PDI (IEP)

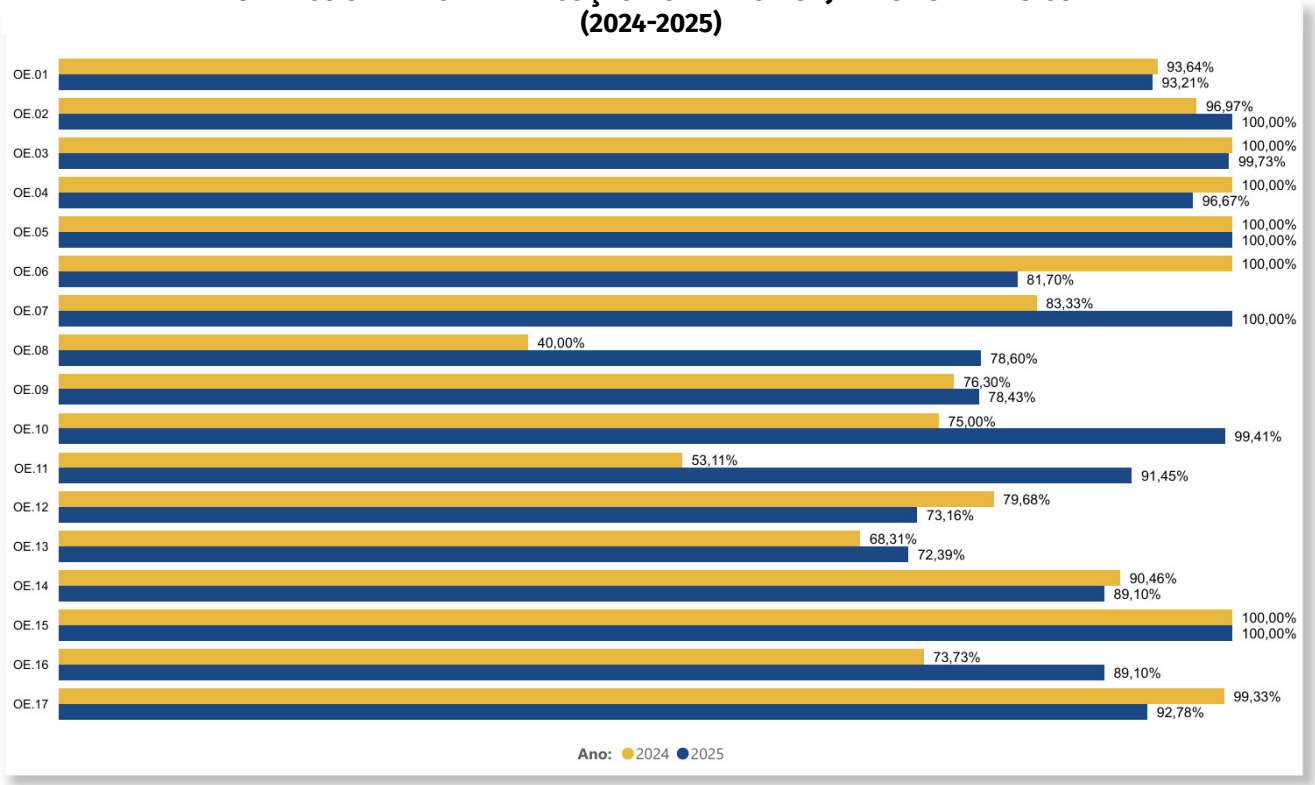


Fonte: Proplan, 2025.

O Relatório de Gestão 2025 foi estruturado com base nas quatro perspectivas do mapa estratégico (ver Capítulo 2), e o desempenho institucional foi detalhado no Gráfico 2. Houve avanço nas dimensões Processos Internos e Aprendizado e Crescimento, manutenção do desempenho em Eficiência Orçamentária e redução do índice da dimensão UFPB e Sociedade (OE.17). Essa variação decorreu exclusivamente do não alcance da meta do indicador OE.17.I7 – Número de Municípios Atendidos por Ações do IDEP, mantendo-se desempenho satisfatório nos demais indicadores vinculados ao objetivo.

Ainda no âmbito do OE.17, destacam-se resultados relevantes: ampliação do conceito Enade para 4,0; aumento da taxa de sucesso na graduação para 46,03%; crescimento do número de programas com avanço de nota, de 16 para 21; e atuação institucional em 147 municípios do Estado da Paraíba.

GRÁFICO 3 - ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO PDI POR OBJETIVO ESTRATÉGICO (2024-2025)



Fonte: Proplan, 2025.

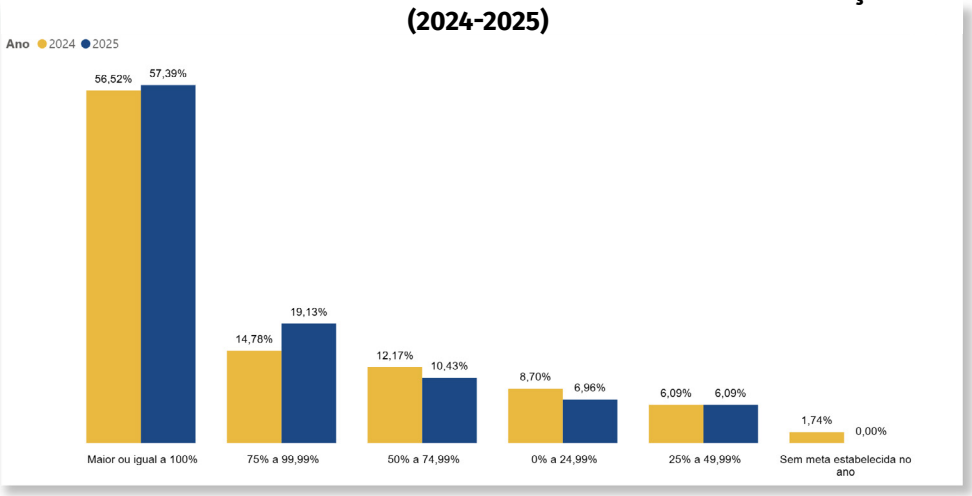
A análise dos indicadores por faixas de execução demonstra que 57,39% já superaram as metas estabelecidas para o ano de 2025, enquanto 13,5% permanecem na faixa de 0% a 49,99%, o que indica pontos prioritários de aprimoramento.

Os resultados alcançados refletem a consolidação do modelo de gestão estratégica, com integração entre planejamento, execução e monitoramento. A Universidade manteve regularidade na execução orçamentária (OE.1), priorizando despesas essenciais ao funcionamento acadêmico e administrativo. Destacam-se, ainda, avanços na qualificação da gestão administrativa, na ampliação da transparência ativa, no fortalecimento dos processos de contratação e na consolidação de práticas de acompanhamento físico-financeiro dos investimentos. Houve, também, avanço na captação de recursos externos (OE.2), com 52 parcerias firmadas (meta: 36) e R$ 201,7 milhões captados, representando crescimento superior a 350% em relação a 2024.

No campo acadêmico, observou-se ampliação do envolvimento discente em programas institucionais, redução da evasão, crescimento do número de matrículas e de diplomados, e desempenho de excelência na avaliação de 11 cursos, entre eles Medicina, que alcançou conceito 5 na avaliação do MEC. Foram criados três novos cursos de graduação. Persistem, contudo, desafios relacionados à evasão e retenção nos cursos tecnológicos presenciais, à retenção nas licenciaturas e à atualização dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) em conformidade com o marco regulatório vigente.

Na assistência estudantil, ampliamos significativamente o alcance da política de permanência e inclusão social, com a concessão de 10.322 auxílios, superando a meta estabelecida e expandindo o atendimento na graduação e na pós-graduação. Destaca-se o aporte extraordinário da Reitoria, no valor de R$ 402.260,90, que possibilitou a ampliação de 60% do subsídio no Restaurante Universitário, reforçando

GRÁFICO 4 - PERCENTUAL DE INDICADORES POR FAIXAS DE EXECUÇÃO (2024-2025)



Fonte: Proplan, 2025.

o compromisso institucional com a permanência estudantil. Avançamos também no desenvolvimento do Monitoramento e Avaliação dos Auxílios Pagos aos Estudantes (MAAPE), fortalecendo a governança baseada em dados e a avaliação de impacto da política. Persistem, contudo, desafios relacionados à evasão dos estudantes beneficiados, à taxa de sucesso acadêmico, à sustentabilidade orçamentária da assistência e ao fortalecimento das ações de inclusão e acessibilidade, incluindo a ampliação da cobertura do CIA e o alcance da meta de estudantes apoiadores, o que demanda maior integração entre assistência, acompanhamento pedagógico e planejamento financeiro estruturado para assegurar a efetividade e a continuidade das ações.

A Arte e Cultura também registraram expansão, com a ampliação das ações extensionistas, o fortalecimento da política de bolsas e a realização de 137 iniciativas de internacionalização da extensão. A curricularização da extensão, entretanto, permanece como desafio estrutural para 2026.

Na gestão de pessoas, consolidamos a política de capacitação e desenvolvimento, avançamos no dimensionamento da força de trabalho e ampliamos as ações de qualidade de vida, saúde e segurança no trabalho. O corpo docente e o técnico-administrativo mantêm elevado nível de qualificação. Em 2025, foram nomeados 71 docentes efetivos e 195 técnicos-administrativos.

A internacionalização apresentou desempenho expressivo, com a formalização de 60 acordos ou convênios com instituições estrangeiras, superando a meta prevista. Houve crescimento na mobilidade acadêmica internacional (incoming e outgoing), na aprovação do projeto Capes Global e na publicação de 2.197 artigos em periódicos indexados em bases internacionais.

Avançamos, ainda, na institucionalização da gestão de riscos como instrumento estruturante da governança. A integração do mapeamento de riscos aos Planos de Gestão Setorial fortaleceu a tomada de decisão baseada em evidências. No campo da sustentabilidade, ampliamos o alcance das metas do Plano de Logística Sustentável de 40% para 78,6%, permanecendo o desafio de atingir a totalidade das metas estabelecidas. Foram incorporados critérios sustentáveis nas contratações e adotadas medidas voltadas à eficiência energética, hídrica e à adequada gestão de resíduos.

No âmbito da accountability, destacam-se o aperfeiçoamento dos mecanismos de controle interno e o desenvolvimento do Sistema de Inteligência e Governança de Dados Institucionais, ampliando a capacidade de monitoramento e de suporte à decisão baseada em evidências.

Persistem desafios relevantes, como a rigidez estrutural do orçamento, a necessidade de modernização da infraestrutura e o fortalecimento da participação da comunidade acadêmica nos processos institucionais. A gestão orienta-se, portanto, à racionalização de despesas, à diversificação de fontes de financiamento, à qualificação da gestão descentralizada e ao aprimoramento contínuo da cultura de planejamento e avaliação.

Este Relatório de Gestão apresenta, de forma integrada, os resultados alcançados, os recursos mobilizados e os impactos gerados no exercício de 2025. As informações contidas no RG 2025 resultam de esforço coletivo conduzido com observância aos princípios da integridade, que envolvem fidedignidade, precisão e completude, em conformidade com o Tribunal de Contas da União, especialmente com a Instrução Normativa TCU nº 84/2020 e a Decisão Normativa TCU nº 198/2022, seguindo a estrutura do relato integrado.

Na condição de dirigente máxima responsável pela gestão no exercício de 2025, reconheço a responsabilidade institucional pela consistência, confiabilidade e integridade das informações apresentadas.

Reitero, por fim, o compromisso permanente desta Universidade com a sociedade, com a boa governança pública e com a construção de uma instituição cada vez mais democrática, eficiente, transparente, inclusiva e socialmente relevante.

Terezinha Domiciano Dantas Martins
Reitora da UFPB



SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO 2025

O Relatório de Gestão 2025 foi estruturado em conformidade com as orientações do Tribunal de Contas da União para o relato integrado, priorizando a transparência, a análise crítica do desempenho institucional e a conexão entre planejamento, execução, monitoramento e resultados. A elaboração do documento buscou fortalecer a prestação de contas à sociedade e aos órgãos de controle, evidenciando não apenas o que foi realizado, mas também os principais destaques alcançados, os desafios identificados e os direcionamentos estratégicos que orientam a atuação institucional nos ciclos seguintes.

Em 2025, o relatório passou por aprimoramentos metodológicos, com foco na maior integração entre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Plano de Gestão Institucional, os Planos de Gestão Setorial, a gestão de riscos e os resultados alcançados nas diferentes dimensões estratégicas. Essa integração evidenciou a coerência entre objetivos, indicadores, metas, riscos monitorados e entregas institucionais, reforçando a maturidade nos processos de governança.

O documento está organizado de modo a apresentar, inicialmente, o contexto institucional e o modelo de governança e de gestão estratégica adotado. Na sequência, são expostos os resultados do exercício, organizados por dimensões estratégicas, com destaque para o desempenho em relação aos objetivos e indicadores previstos no PDI. Ao final, são consolidadas as análises críticas, os principais desafios identificados e os direcionamentos estratégicos que orientam o ciclo subsequente de planejamento e gestão.

A narrativa do relatório é orientada por quatro questões essenciais que sintetizam o desempenho institucional no exercício:

- ★ **O que avançamos?**
- ★ **Onde superamos metas?**
- ★ **Quais os principais destaques e desafios?**
- ★ **O que orienta as decisões futuras?**

Essas questões estruturam a análise dos resultados, permitindo apresentar não apenas dados e indicadores, mas também aprendizados institucionais, riscos monitorados e prioridades estratégicas, em uma perspectiva de geração de valor público e de fortalecimento da governança. O documento está estruturado em cinco capítulos.

CAPÍTULO 1 – GESTÃO ORGANIZACIONAL

Apresenta os fundamentos institucionais da UFPB, abrangendo sua identidade, arcabouço legal, estrutura organizacional e modelo de governança. Descreve a cadeia de valor e o modelo de gestão que orientam a transformação de recursos em resultados acadêmicos e sociais, além de analisar o ambiente externo, seus riscos e oportunidades e os temas materiais que direcionam as prioridades estratégicas da Universidade.

CAPÍTULO 2 – GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA

Apresenta o modelo de gestão estratégica implementado em 2025, estruturado a partir do PDI 2024–2028 e desdobrado no Plano de Gestão e nos Planos de Gestão Setorial, com integração transversal da gestão de riscos e da operacionalização do ciclo PDCA. Evidencia o mapa estratégico, as diretrizes e os projetos estruturantes, bem como os mecanismos de transparência, accountability e governança — incluindo o SIGOV, a Ouvidoria, o SIC, as instâncias de integridade e controle e a atuação da Comissão iESGo no fortalecimento dos indicadores de governança, gestão e sustentabilidade — demonstrando como a arquitetura institucional sustenta a execução da estratégia e a geração de valor público.

CAPÍTULO 3 – RISCOS E OPORTUNIDADES

Apresenta a consolidação da gestão de riscos na UFPB em 2025, com a institucionalização da política, a elaboração do Manual de Gestão de Riscos e

a integração do mapeamento aos Planos de Gestão Setorial alinhados ao PDI. Evidencia a distribuição dos riscos por Objetivo Estratégico, com predominância de níveis alto e crítico em objetivos estruturantes, e destaca a incorporação progressiva da análise de riscos à tomada de decisão e ao planejamento institucional.

CAPÍTULO 4 – RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

Apresenta a análise do desempenho institucional em 2025 com base no Mapa Estratégico da UFPB, estruturado por perspectivas e dimensões inter-relacionadas. Em cada perspectiva, são evidenciados os resultados alcançados, o grau de cumprimento das metas, os principais destaques e desafios identificados, bem como os direcionamentos estratégicos para o ciclo seguinte de planejamento e gestão.

PERSPECTIVA	DESTAQUES	DESAFIOS
UFPB E SOCIEDADE	6	4
PROCESSOS INTERNOS	55	39
APRENDIZADO E CRESCIMENTO	69	60
EFICIÊNCIA ORÇAMENTÁRIA	6	4

O relatório registra 136 destaques e 107 desafios distribuídos entre as perspectivas estratégicas, demonstrando equilíbrio entre avanços institucionais e pontos de atenção, além de orientar ajustes no PDI, no Plano de Gestão e nos Planos Setoriais.

CAPÍTULO 5 – INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E DE GESTÃO

Apresenta a execução orçamentária e financeira da UFPB em 2025, incluindo orçamento, demonstrações contábeis, gestão de licitações e contratos e apuração de custos. Evidencia a conformidade legal, a regularidade dos registros e o alinhamento da execução às prioridades estratégicas do PDI, além de destacar desafios relacionados à sustentabilidade fiscal e à eficiência na aplicação dos recursos públicos.

O Relatório de Gestão 2025 consolida-se, assim, como instrumento de transparência, de aprendizado institucional e de apoio à tomada de decisão. Ao integrar estratégia, riscos, desempenho e execução orçamentária, o documento reforça o compromisso da UFPB com a boa governança, a responsabilidade na gestão dos recursos públicos e a geração de valor para a sociedade, orientando a evolução contínua de seus processos e resultados e contribuindo para o fortalecimento da Universidade como referência em gestão pública.

Prof. Dr. Anielson Barbosa da Silva
Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento

SUMÁRIO

MENSAGEM DA REITORA 5

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO 2025 8

CAPÍTULO 1. GESTÃO ORGANIZACIONAL 11

1.1 Identidade organizacional 12
1.2 Conformidade legal 14
1.3 Estrutura organizacional 15
1.4 Estrutura de governança 16
1.5 Cadeia de valor público 17
1.6 Modelo de gestão 18
1.7 Contrato de Gestão e Valor Institucional – Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) 19
1.8 Relação com o ambiente externo 20
1.9 Determinação da materialidade 22

CAPÍTULO 2. GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA 23

2.1 Modelo de Gestão Estratégica da UFPB 24
2.2 Mapa Estratégico, Diretrizes e Projetos 25
2.3 Transparência e Accountability 27
2.4 Arquitetura de Apoio à Governança 29

CAPÍTULO 3. RISCOS E OPORTUNIDADES 31

CAPÍTULO 4. RESULTADOS 35

4.1 UFPB e Sociedade 36
4.2 Processos Internos 40
4.2.1. Gestão Administrativa e Patrimonial 41
4.2.2. Desempenho acadêmico 48
4.2.3. Extensão, arte e cultura 56
4.2.4. Pesquisa e inovação tecnológica 60
4.2.5. Internacionalização 64
4.2.6. Assistência estudantil e inclusão social 67

4.3 Aprendizado e crescimento 72
4.3.1. Gestão de Pessoas 73
4.3.2. Infraestrutura 79
4.3.3. Comunicação institucional 97
4.3.4. Sustentabilidade 100
4.3.5. Segurança patrimonial e pessoal 104
4.3.6. Gestão de tecnologia da informação 107

4.4 Eficiência Orçamentária 113

CAPÍTULO 5. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS 117

5.1 Orçamento 118
5.2 Demonstrações contábeis 122
5.3 Gestão de licitações e contratos 127

APÊNDICES 132

APÊNDICE A - Indicadores de Gestão do Tribunal de Contas da União 133
APÊNDICE B - Relatórios de Gestão dos Centros da UFPB no ano de 2025 134
Siglas e abreviações 135

Capítulo 1. GESTÃO ORGANIZACIONAL



1.1 Identidade organizacional

A Universidade Federal da Paraíba (UFPB) é uma instituição pública de ensino superior vinculada ao Ministério da Educação (MEC), criada pela Lei Estadual nº 1.366/1955 e federalizada pela Lei nº 3.835/1960. Sua atuação abrange ensino, pesquisa e extensão, com forte impacto no desenvolvimento socioeconômico da Paraíba e da região Nordeste.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO

"Promover ciência, tecnologia, inovação, criação cultural e pensamento crítico por meio da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e extensão, contribuindo para o desenvolvimento econômico, social, político e cultural de forma sustentável e inclusiva, proporcionando uma educação pública de qualidade socialmente referenciada, gratuita, democrática, laica, equitativa e humanizada."

VISÃO

"Ser reconhecida, nacional e internacionalmente, como uma universidade inovadora e sustentável, de excelência acadêmica, científica, tecnológica, artística, cultural e referência em gestão pública."

VALORES

Gestão democrática e participativa

Gestão transparente e ética, pautada no diálogo e na participação da sociedade.

Responsabilidade social

Promoção da cidadania e inclusão social, com foco no impacto positivo das ações da UFPB na sociedade.

Cuidado com as pessoas

Respeito às diversidades e à dignidade humana, pautado na ética e em um ambiente inclusivo e acolhedor para todas as pessoas.

Promoção da sustentabilidade

Compromisso com práticas ambientais, educacionais e sociais responsáveis, integrando a sustentabilidade nas atividades acadêmicas e na gestão da universidade.

Inovação

Estímulo ao desenvolvimento de soluções criativas e tecnológicas no ensino, na pesquisa, na extensão e na gestão, contribuindo para a geração e disseminação do conhecimento científico e tecnológico com impacto para a sociedade.

Internacionalização

Compromisso com a ampliação de redes internacionais de cooperação acadêmica, científica e tecnológica, respeitando as diversidades socioculturais e linguísticas, a troca de conhecimentos e a formação de cidadãos e cidadãs globais.

ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA DA UFPB

CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE	EDUCAÇÃO E TECNOLÓGIAS	CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	ENGENHARIAS	CIÊNCIAS AGRÁRIAS
CCEN	CCS	CE	CCAE	CCAE	CCAE	CCA
CCAE	CCM	CI	CCHLA	CCHLA	CEAR	CCHSA
CCA	CBIOTEC	CT	CCHSA	CCHSA	CI	CBIOTEC
CI	CCEN	CTDR	CCTA	CCJ	CT	
	CPT-ETS	CCAE	CE	CCSA	CTDR	
	CCA	CCHSA		CCTA		
				CTDR		

Com estrutura multicampi, a UFPB está presente em João Pessoa e Santa Rita (Campus I), Areia (Campus II), Bananeiras (Campus III) e Rio Tinto/Mamanguape (Campus IV). Oferece educação básica, cursos presenciais e a distância nos níveis técnico, tecnológico, de graduação e pós-graduação, distribuídos em 17 centros de ensino. A universidade possui perfil multidisciplinar e orienta suas ações conforme a missão, visão e valores definidos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).



1.2 Conformidade legal

A atuação da UFPB abrange tanto suas áreas finalísticas (ensino, pesquisa e extensão) quanto as áreas administrativas e de apoio. Suas atividades são regidas por normas legais, com destaque para a Constituição Federal, leis, decretos, instruções normativas e acórdãos. Esses dispositivos são emitidos por órgãos como o Governo Federal, o Ministério da Educação (MEC), o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Controladoria-Geral da União (CGU).

No âmbito interno, a universidade observa seu Estatuto, o Regimento Geral e as resoluções de seus Conselhos Superiores: Conselho Universitário (Consuni), Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) e Conselho Curador.

Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024)
Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014
Lei nº 14.934, de 25 de julho de 2024 (prorroga o PNE até 31/12/2025)

Plano Plurianual da União (PPA 2024 – 2027)
Lei nº 14.802 de 10 de janeiro de 2024

Lei Orçamentária Anual (LOA) 2025
Lei nº 15.121, de 10 de abril de 2025

Estatuto da Universidade
Resolução Consuni nº 07/2002

Regimento Geral da UFPB

Projeto Pedagógico Institucional (PPI)
Estabelecido no PDI 2024-2028

Resoluções dos Conselhos Superiores da Universidade

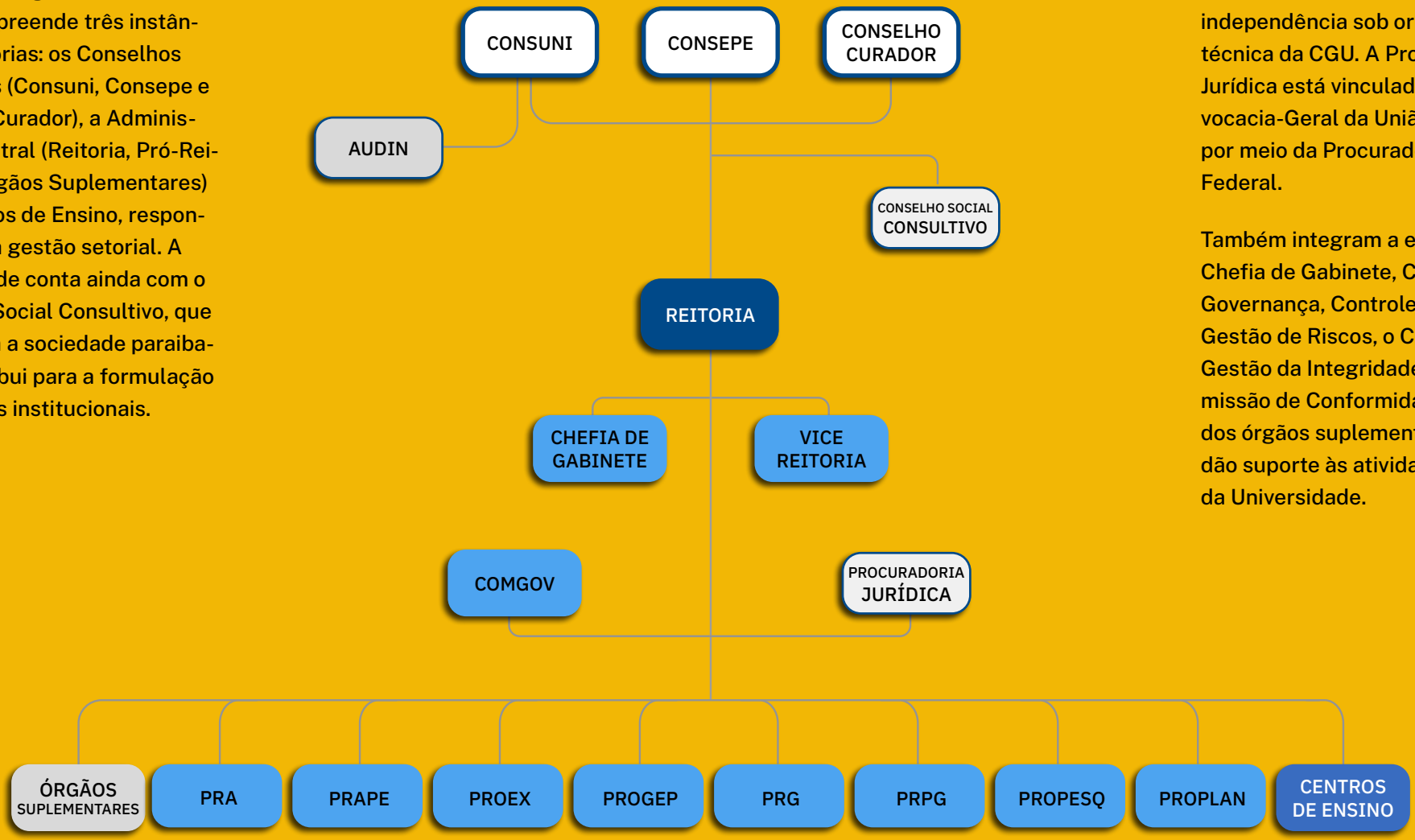
Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

1.3 Estrutura organizacional

A estrutura organizacional da UFPB compreende três instâncias decisórias: os Conselhos Superiores (Consuni, Consepe e Conselho Curador), a Administração Central (Reitoria, Pró-Reitorias e Órgãos Suplementares) e os Centros de Ensino, responsáveis pela gestão setorial. A universidade conta ainda com o Conselho Social Consultivo, que representa a sociedade paraibana e contribui para a formulação de políticas institucionais.

ORGANOGRAMA DA UFPB



A Auditoria Interna atua com independência sob orientação técnica da CGU. A Procuradoria Jurídica está vinculada à Advocacia-Geral da União (AGU), por meio da Procuradoria-Geral Federal.

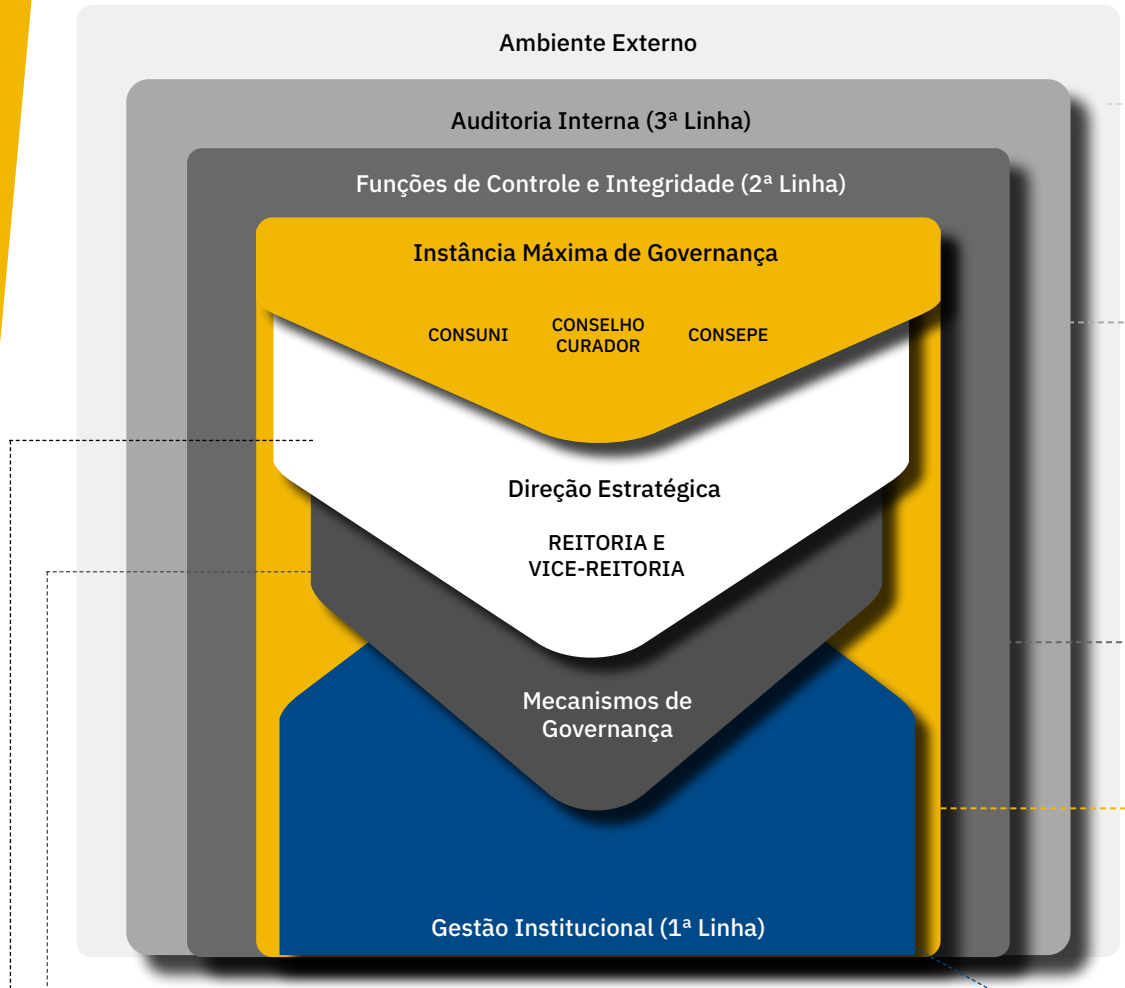
Também integram a estrutura a Chefia de Gabinete, Comitê de Governança, Controle Interno e Gestão de Riscos, o Comitê de Gestão da Integridade e a Comissão de Conformidade, além dos órgãos suplementares, que dão suporte às atividades-meio da Universidade.

1.4 Estrutura de governança

A governança institucional da UFPB é exercida pelos Conselhos Superiores, pela Alta Administração e por comitês e órgãos de controle. A Reitoria, composta pelo(a) Reitor(a), Vice-Reitor(a) e Pró-Reitores(as), é apoiada por estruturas como a Procuradoria Jurídica, Auditoria Interna, Ouvidoria e o Comitê de Governança, Controle Interno e Gestão de Riscos (ComGov), que implementam políticas de integridade, conformidade e gestão responsável.

Órgãos externos como o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Controladoria-Geral da União (CGU) exercem fiscalização, promovem a transparência e reforçam a prestação de contas à sociedade.

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DA UFPB



Órgãos de controle: TCU, CGU, MPF.
Órgãos de supervisão: MEC, MGI.
Sociedade e demais stakeholders.

Atuam por meio do controle, fiscalização, supervisão e controle social, não integrando a governança interna.

Auditoria Interna – AUDIN

Avaliação autônoma da governança, da gestão de riscos e dos controles internos, com independência funcional.

Comissão de Conformidade
Corregedoria
Ouvidoria
Comissão de Ética

Responsáveis por normatizar, orientar e monitorar.

Conselhos Superiores da UFPB

Responsáveis pelo direcionamento estratégico, supervisão institucional e deliberação das políticas.

Pró-Reitorias
Superintendências
Órgãos Suplementares
Unidades Acadêmicas e Administrativas

Responsável pelo planejamento, execução e controle dos processos e riscos.

Alta Administração

Exerce a governança executiva, direcionando, avaliando e monitorando a gestão institucional.

Comitê de Governança, Controle Interno e Gestão de Riscos (COMGOV)
Comitê de Integridade
Comitês estratégicos institucionais.

Atuam no assessoramento da Alta Administração, sem função executiva.

1.5 Cadeia de valor público

A cadeia de valor da UFPB representa a universidade como um conjunto de macroprocessos interligados que geram valor público, conforme definido no Decreto nº 9.203/2017. Com base em sua missão institucional, esses macroprocessos estão organizados em três categorias, segundo o Guia BPM CBOK:

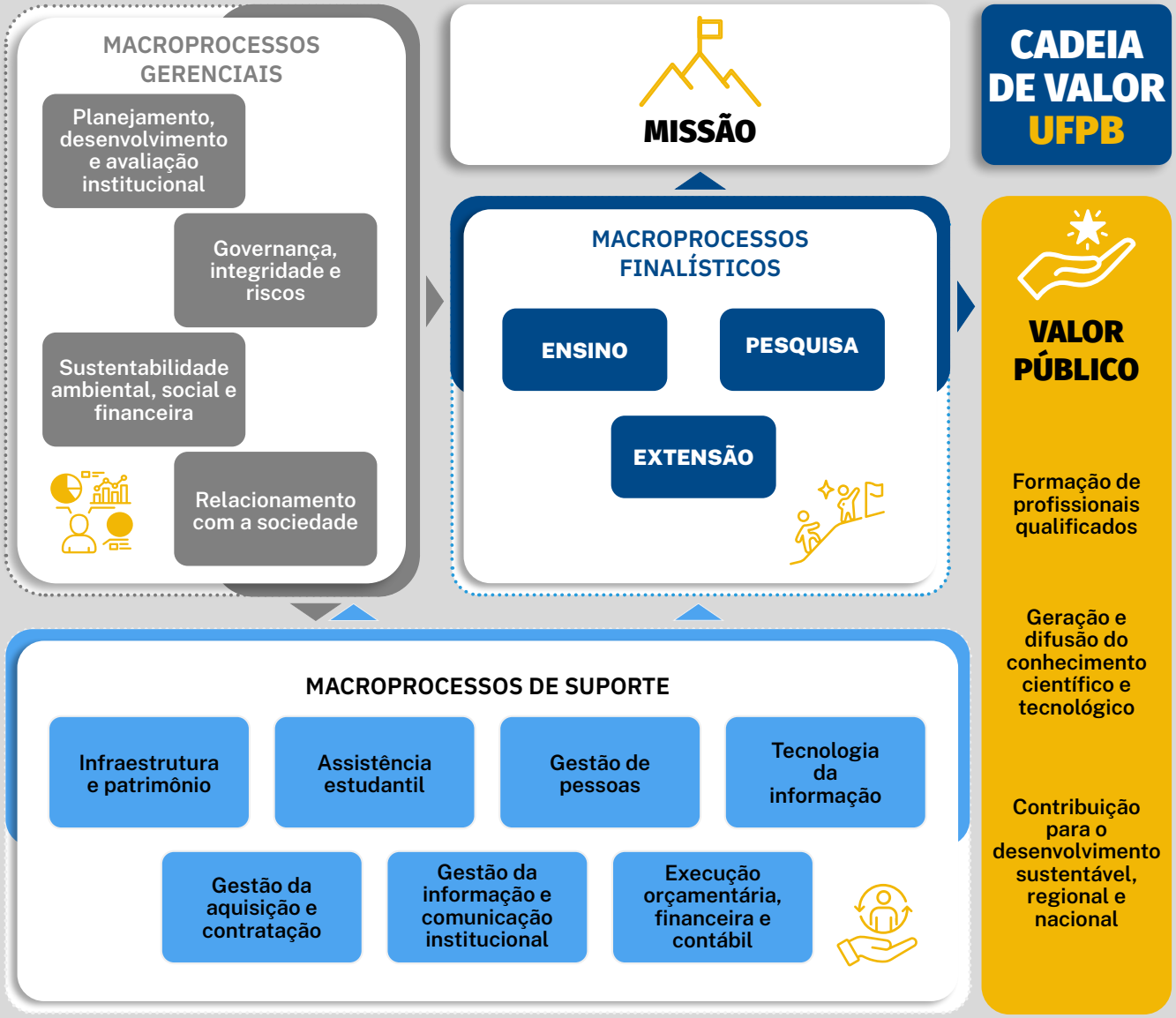
★ Finalísticos: Relacionados diretamente à missão da universidade, abrangem ensino, pesquisa e extensão.

★ Gerenciais: Sustentam a estratégia institucional, incluindo planejamento, avaliação, governança, integridade e relacionamento com a sociedade.

★ De suporte: Apoiam os demais processos por meio da gestão de pessoas, tecnologia, infraestrutura, assistência estudantil, orçamento e comunicação.

A integração desses processos resulta na formação de profissionais qualificados, na produção de conhecimento e no fortalecimento do desenvolvimento sustentável.

CADEIA DE VALOR DA UFPB



1.6 Modelo de gestão

O modelo de gestão da UFPB descreve como a instituição transforma recursos em resultados para a sociedade. A partir de insumos como pessoal qualificado e infraestrutura, os processos gerenciais e de suporte asseguram o funcionamento eficiente da universidade, com foco em governança, planejamento, integridade e sustentabilidade.

Esse modelo viabiliza a gestão acadêmica e contribui para a formação de estudantes, a produção científica, o registro de propriedade intelectual e a ampliação do impacto territorial da UFPB. Os benefícios gerados ultrapassam os indicadores formais, refletindo o compromisso da instituição com a geração de valor público e o desenvolvimento regional e nacional.

MODELO DE GESTÃO DA UFPB

AGENTES » **APLICADOS AOS NOSSOS PROCESSOS** » **RESULTARÃO EM** » **IMPACTOS**

PESSOAS

2.674 Docentes efetivos

159 Docentes substitutos e visitantes

3.221 Técnicos-Administrativos

954 Terceirizados

INFRAESTRUTURA

04 Campi

17 Centros de ensino

01 Escola de Ensino Médio e Profissionalizante

01 Colégio de Aplicação

24 Bibliotecas

21 Residências estudantis

05 Restaurantes

01 Editora

01 Livraria

01 Teatro

18 Museus e Coleções

01 Sala de Cinema

01 Centro de Vivência

02 Hospitais Universitários

GERENCIAIS

Planejamento estratégico

Governança, Integridade e Risco

Gestão Administrativa

Recursos Humanos

Tecnologia da informação e comunicação

Aquisições e contratações

Relacionamento com a sociedade

SUPORTE

Infraestrutura

Convênios

Ações e programas governamentais

Inovações

Parcerias

Assistência Estudantil

Segurança

FINALÍSTICOS

ENSINO

PESQUISA

EXTENSÃO

GESTÃO ACADÊMICA

127 Cursos de graduação

118 Cursos de pós-graduação (Stricto sensu)

23 Cursos de pós-graduação (Lato sensu)

40 Cursos técnicos e FICs

17 Residências médicas

05 Residências não médicas

2.537 Ações de extensão

1.035 Bolsas de extensão

529 Grupos de pesquisa certificados pelo CNPq

1.678 Bolsas nos programas acadêmicos da graduação

1.358 Bolsas de iniciação científica

10.322 Auxílios estudantis

60 Convênios internacionais

ALUNOS MATRICULADOS

30.980 Graduação

5.243 Pós-graduação (Stricto sensu)

1.034 Pós-graduação (Lato sensu)

192 Residências médicas

108 Residências Não médicas

1.741 Cursos técnicos

248 Ensino Básico

ALUNOS CONCLUINTES

4.007 Graduação

1.253 Pós-graduação (Stricto sensu)

208 Pós-graduação (Lato sensu)

RESULTADO

3.066 Produções acadêmicas em periódicos

77 Pedidos de proteção propriedade intelectual

147 Municípios da Paraíba atendidos por ações extensionistas

ORÇAMENTO

ORÇAMENTO TOTAL	PESSOAL E ENCARGOS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS
RS 2,31 Bi	**RS 2,03 Bi**	**RS 258 Mi**	**RS 23,6 Mi**
R$ 2.318.145.117,00	R$ 2.036.348.840,00	R$ 258.126.797,00	R$ 23.669.480,00

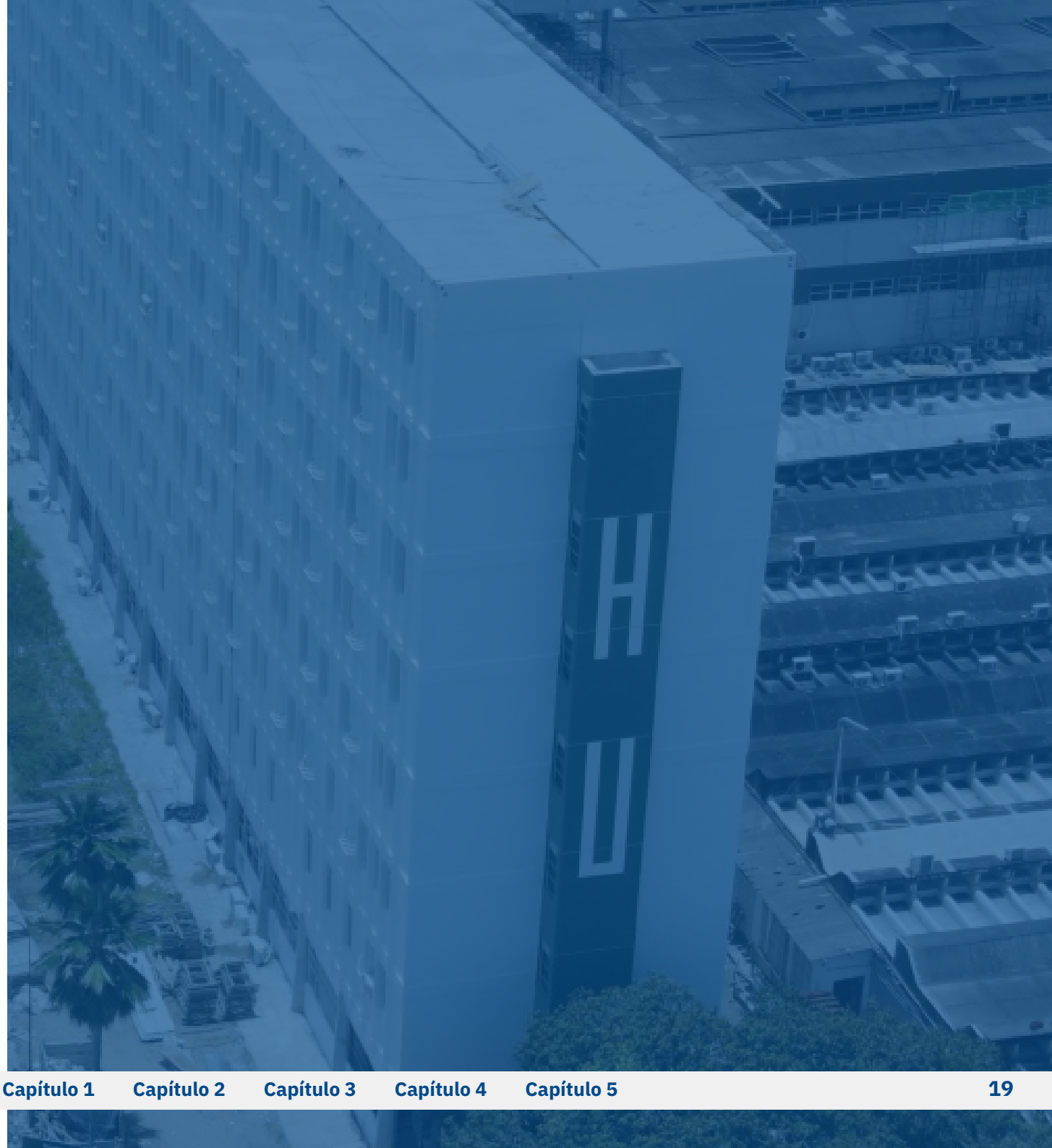
1.7 Contrato de Gestão e Valor Institucional – Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH)

A Universidade Federal da Paraíba mantém contrato de gestão especial gratuita, firmado em 2013, com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares para a administração do Hospital Universitário Lauro Wanderley. O instrumento estabelece a responsabilidade da EBSERH pela gestão hospitalar e administrativa da unidade, assegurando a prestação de serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde e o suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão da Universidade.

No contexto da geração de valor institucional, o contrato de gestão contribui para o fortalecimento da governança, a qualificação da assistência à saúde e a ampliação das condições para a formação acadêmica e produção de conhecimento. Dessa forma, a parceria favorece a integração entre as atividades assistenciais e acadêmicas, alinhando-se à missão institucional e aos objetivos estratégicos da universidade.

Maiores informações podem ser consultadas nos relatórios de gestão da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, disponíveis na página:

https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-nordeste/hulw-ufpb/governanca/relatorios



1.8 Relação com o ambiente externo

A UFPB está inserida em um ambiente externo dinâmico, caracterizado por fatores políticos, regulatórios, econômicos, sociais e tecnológicos que impactam sua governança, sua sustentabilidade institucional e sua capacidade de cumprir a missão estabelecida no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

No contexto político-institucional, observa-se a manutenção do diálogo entre o Governo Federal e as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), com maior articulação junto ao Ministério da Educação (MEC), à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e a outras instâncias representativas. Esse cenário favorece o fortalecimento da autonomia universitária, a ampliação de parcerias institucionais e o alinhamento das ações da UFPB às políticas públicas nacionais.

Do ponto de vista regulatório, 2025 marcou o início de um novo ciclo normativo na educação superior, com mudanças estruturais que tendem a se consolidar ao longo de 2026. Destaca-se o novo marco regulatório da Educação a Distância (EaD), que redefine a organização da oferta e estabelece a transição das licenciaturas para o modelo semipresencial, demandando adequações nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), a reorganização da carga horária presencial e o fortalecimento dos mecanismos de acompanhamento acadêmico. Soma-se a esse cenário a prorrogação do recredenciamento institucional até 2027, já contemplando autorização para atuação nas modalidades presencial, semipresencial e a distância, o que confere maior estabilidade regulatória no curto prazo, ao mesmo tempo em que impõe planejamento para o próximo ciclo avaliativo.

Observa-se, ainda, a ampliação e intensificação dos processos de avaliação externa, com a adoção do ENADE anual para as licenciaturas, a implementação da Prova Nacional Docente (PND) e a consolidação do Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica (ENAMED), o que amplia o impacto dos resultados avaliativos sobre os atos regulatórios. Há, adicionalmente, expectativa de revisão do marco avaliativo vigente, com indicativos de adoção de um ciclo trienal de avaliações in loco para todos os cursos, bem como a perspectiva de criação de um sistema nacional de avaliação específico para a Educação Profissional e Tecnológica.

No cenário econômico, persistem restrições orçamentárias e instabilidades na liberação de recursos, especialmente os oriundos de emendas parlamentares. Embora existam oportunidades de captação de recursos extraorçamentários por meio de editais e parcerias, o financiamento institucional mantém-se como fator de risco relevante para o planejamento e a execução das ações no médio e longo prazos.

Sob a perspectiva social, as demandas por ampliação do acesso, permanência estudantil e inclusão social no ensino superior permanecem elevadas, reforçando o papel estratégico da UFPB na promoção da equidade, na formação de profissionais qualificados e na contribuição para o desenvolvimento social, especialmente nas áreas de saúde, educação e inovação.

No campo tecnológico e gerencial, destacam-se os avanços na consolidação de parcerias com empresas da área de tecnologia, especialmente por meio de projetos de pesquisa aplicada, inovação e transferência de conhecimento. Essas parcerias têm fortalecido a interação entre universidade e setor produtivo, impulsionando o desenvolvimento de soluções tecnológicas, a criação de startups e a qualificação da gestão acadêmica e administrativa, além de ampliar as oportunidades de formação prática para estudantes e pesquisadores e contribuir para o desenvolvimento regional e nacional.

Nesse contexto, a UFPB reafirma seu papel estratégico no desenvolvimento regional e nacional, com foco na geração de valor público por meio da formação acadêmica, da produção científica, da inovação, da atuação em saúde e do fortalecimento da governança institucional, em consonância com o PDI, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as orientações dos órgãos de controle

OPORTUNIDADES

★ Ambiente político-institucional favorável, com fortalecimento do diálogo com o Governo Federal.

★ Possibilidade de ampliação da autonomia universitária.

★ Captação de recursos por meio de emendas parlamentares, acordos, parcerias e editais externos específicos.

★ Parcerias com o Ministério da Educação (MEC), a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e com governos estaduais e municipais.

★ Participação de docentes da UFPB em posições estratégicas na CAPES e em órgãos governamentais.

★ Expansão da Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

★ Consolidação do Programa de Gestão e Desempenho (PGD).

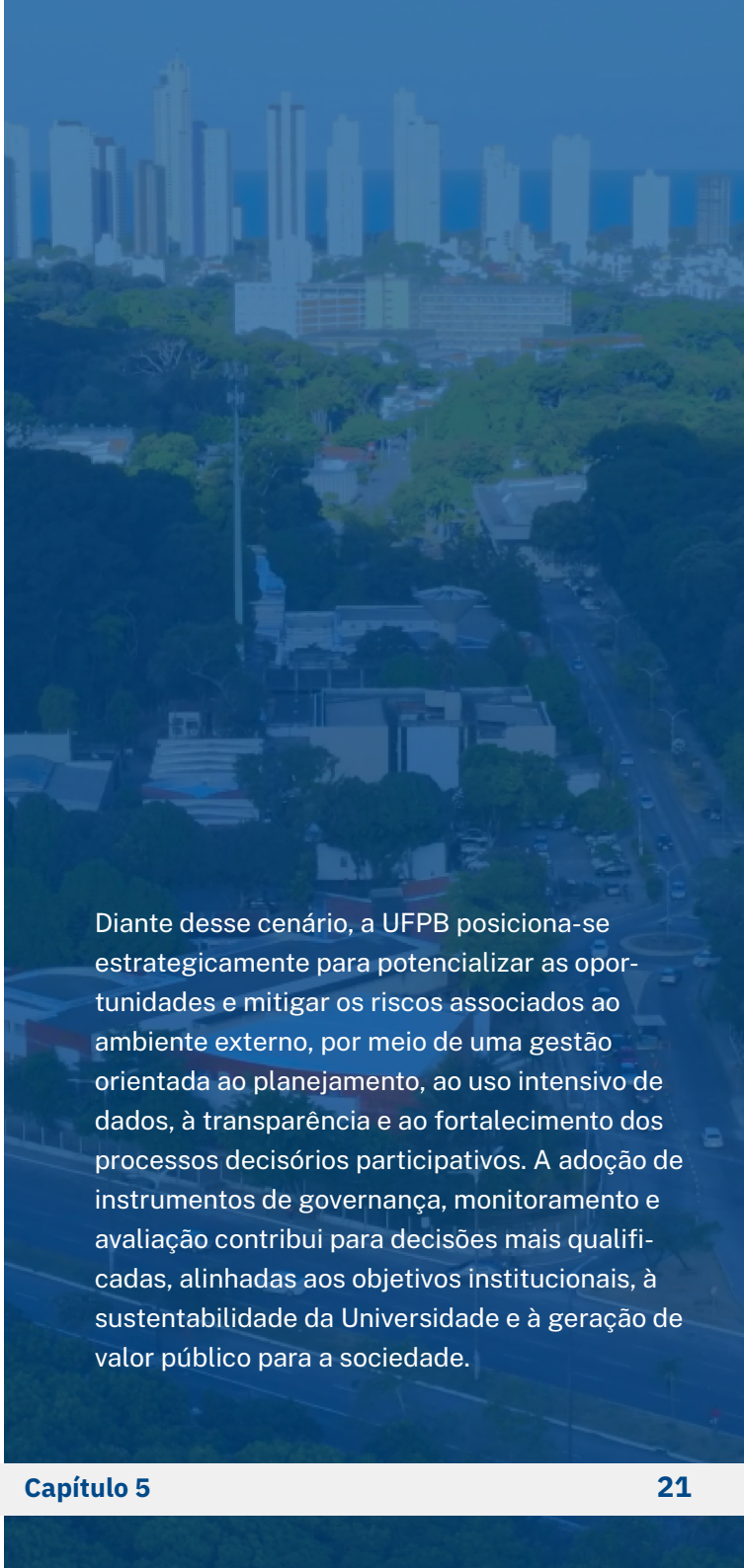
★ Aproveitamento das recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Controladoria-Geral da União (CGU) para o aprimoramento da gestão.

★ Imagem institucional positiva e papel estratégico do Hospital Universitário no ensino, na pesquisa e na assistência à saúde.

★ Sistemas de inteligência e governança de dados que apoiam decisões e potencializam a transparência pública.

AMEAÇAS

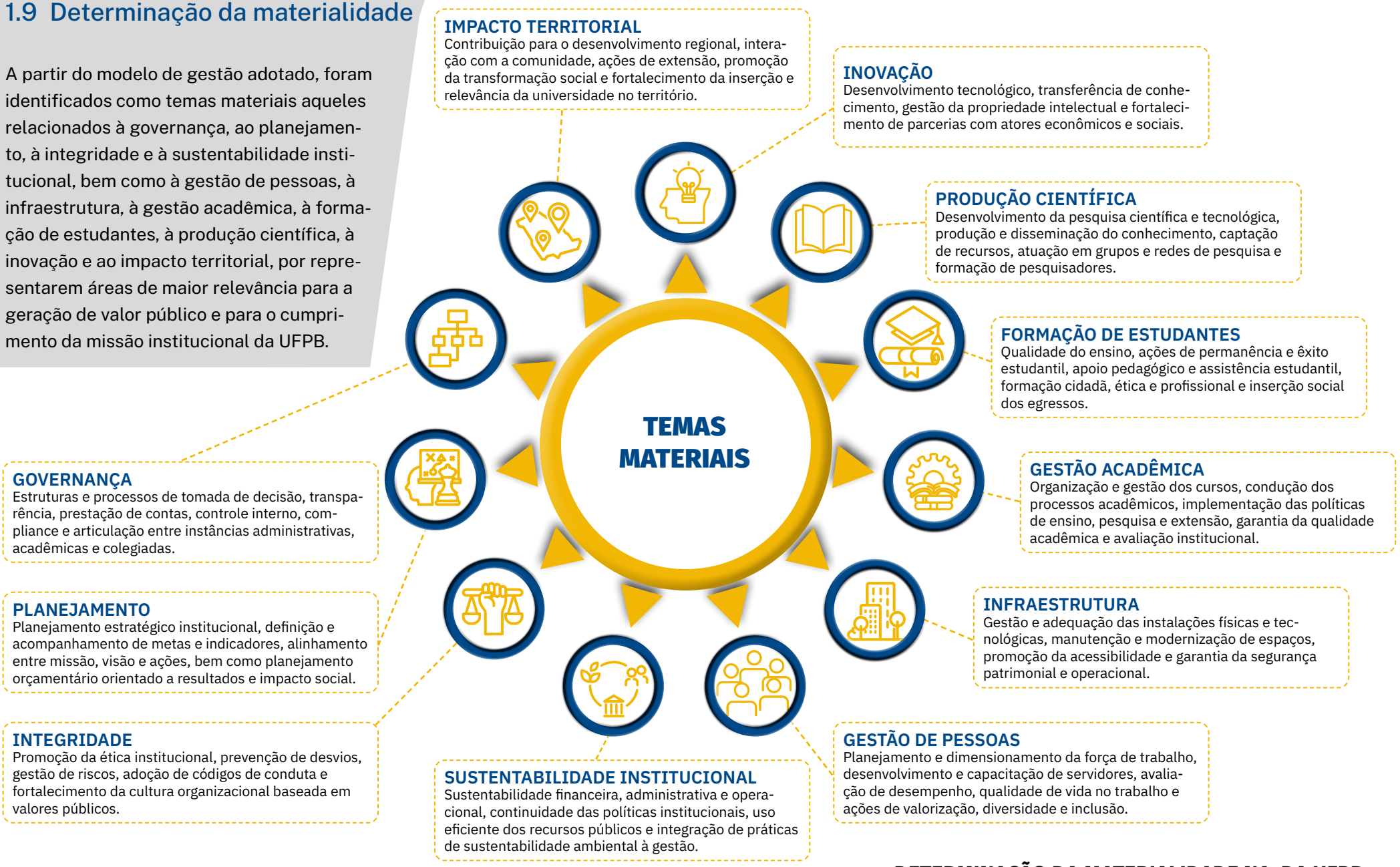
- Alterações legislativas que impactem a autonomia e o funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).
- Crescimento das instituições privadas de ensino superior e da Educação a Distância (EaD).
- Restrições orçamentárias e instabilidade econômica.
- Redução de investimentos públicos em fomento ao ensino, à pesquisa, à inovação e à extensão.
- Dificuldades na reposição da força de trabalho.
- Perda do espaço institucional de participação da instituição nos processos de debate e formulação de políticas públicas.



Diante desse cenário, a UFPB posiciona-se estrategicamente para potencializar as oportunidades e mitigar os riscos associados ao ambiente externo, por meio de uma gestão orientada ao planejamento, ao uso intensivo de dados, à transparência e ao fortalecimento dos processos decisórios participativos. A adoção de instrumentos de governança, monitoramento e avaliação contribui para decisões mais qualificadas, alinhadas aos objetivos institucionais, à sustentabilidade da Universidade e à geração de valor público para a sociedade.

1.9 Determinação da materialidade

A partir do modelo de gestão adotado, foram identificados como temas materiais aqueles relacionados à governança, ao planejamento, à integridade e à sustentabilidade institucional, bem como à gestão de pessoas, à infraestrutura, à gestão acadêmica, à formação de estudantes, à produção científica, à inovação e ao impacto territorial, por representarem áreas de maior relevância para a geração de valor público e para o cumprimento da missão institucional da UFPB.



DETERMINAÇÃO DA MATERIALIDADE NA DA UFPB

Capítulo 2. GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA

A governança e a estratégia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) estão estruturadas de forma integrada, com foco no cumprimento da missão institucional, na geração de valor público e no atendimento às demandas da sociedade. Esse arranjo fundamenta-se no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024–2028, nas normas aplicáveis à administração pública federal e nas boas práticas de governança recomendadas pelos órgãos de controle.

2.1 Modelo de Gestão Estratégica da UFPB

Em 2025, a UFPB implementou o Modelo de Gestão Estratégica apresentado na Figura 1, estruturado de forma concêntrica e integrada, tendo o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) como núcleo orientador da ação institucional. O PDI constitui o eixo estratégico do modelo, desdobrando-se no Plano de Gestão e nos Planos de Gestão Setorial, o que assegura o alinhamento entre os níveis institucional e setorial. A gestão de riscos integra o modelo de forma transversal, apoiando o monitoramento, a tomada de decisão e a melhoria contínua, enquanto o ciclo PDCA é operacionalizado nos Planos de Gestão Setorial, garantindo a integração entre planejamento, execução, monitoramento e controle.

O PDI 2024-2028, nível central do modelo, define a identidade institucional (missão, visão e valores) e estabelece os objetivos estratégicos e os indicadores de desempenho que orientam o desenvolvimento da Universidade no médio prazo. Essa dimensão estratégica orienta os resultados institucionais esperados e serve como referência para as decisões acadêmicas e administrativas.

A partir desse núcleo, situa-se o Plano de Gestão 2025-2028, responsável por traduzir os objetivos estratégicos em diretrizes e projetos estruturantes da gestão. Elaborado de forma inédita na Universidade, o Plano de Gestão organiza as prioridades institucionais e apoia a tomada de decisão das lideranças. As diretrizes e projetos estratégicos são apresentados no item 2.2.

No nível tático-operacional, o Plano de Gestão Setorial (PGS) desdobra as diretrizes estratégicas nas unidades acadêmicas e administrativas, por meio da definição de objetivos setoriais, de projetos específicos e de planos de ação. Em 2025, 27 gestores e equipes participaram de capacitações, resultando na conclusão de 17 Planos de Gestão Setorial, fortalecendo o alinhamento institucional e a cultura de planejamento. Os demais planos ainda estão em elaboração.

MODELO DE GESTÃO ESTRATÉGICA DA UFPB



É no âmbito dos Planos de Gestão Setorial que o ciclo PDCA de melhoria contínua se materializa. A estruturação dos planos de ação corresponde à etapa de planejamento; a execução das ações caracteriza a fase de realização; os mecanismos de acompanhamento por meio de indicadores e relatórios representam o monitoramento e o controle; e os ajustes decorrentes da avaliação e do acompanhamento dos riscos configuram a etapa de aprimoramento. A gestão de riscos integra esse ciclo como instrumento permanente de monitoramento e controle da governança, contribuindo para a execução segura e orientada da estratégia institucional.

Com a aprovação do Manual de Gestão de Riscos pelo Comitê de Governança, Controle Interno e Gestão de Riscos (ComGov), os riscos passaram a ser incorporados aos instrumentos setoriais, fortalecendo a execução estratégica de forma preventiva e controlada.

O detalhamento metodológico da gestão de riscos e sua operacionalização na UFPB são apresentados no Capítulo 3 deste Relatório.

Os resultados decorrentes da implementação do Modelo de Gestão Estratégica em 2025 são apresentados no Capítulo 4.

2.2 Mapa Estratégico, Diretrizes e Projetos

O Mapa Estratégico organiza os objetivos institucionais em quatro dimensões inter-relacionadas, alinhadas à missão e à visão institucionais, e incorpora os valores às práticas organizacionais.

Universidade Federal da Paraíba
MAPA ESTRATÉGICO
2024-2028

MISSÃO

"Promover ciência, tecnologia, inovação, criação cultural e pensamento crítico por meio de ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para o desenvolvimento econômico, social, político e cultural de forma sustentável, e proporcionando uma educação pública, gratuita, democrática, laica, inclusiva, equitativa e de qualidade."

VISÃO

"Ser reconhecida, nacional e internacionalmente, como uma universidade inovadora, de excelência acadêmica, científica, tecnológica, artística, cultural e referência na gestão pública."

VALORES

Ética, transparência e compromisso com a sociedade e com o bem público ◆ Internacionalização ◆ Caráter público e autônomo da Universidade ◆ Indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão ◆ Promoção da sustentabilidade ◆ Estímulo à Inovação Científica e Tecnológica ◆ Valorização dos seus servidores ◆ Compromisso com a democracia, cidadania e inclusão social ◆ Estímulo à educação profissional ◆ Respeito à diversidade, integridade e dignidade da pessoa humana ◆ Valorização das Relações Interpessoais ◆ Gestão democrática e participativa

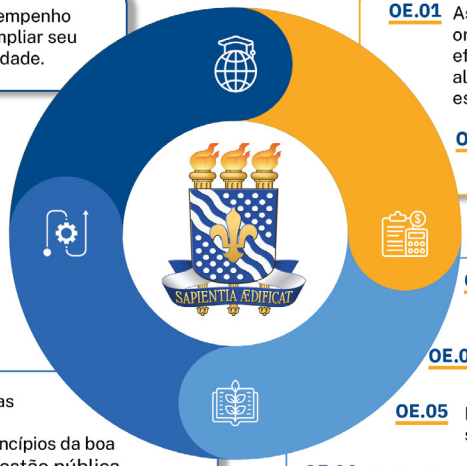
UFPB E SOCIEDADE

OE.17 Fortalecer o desempenho institucional e ampliar seu impacto na sociedade.

ORÇAMENTO

OE.01 Assegurar uma gestão orçamentária e financeira eficiente, buscando o alinhamento entre orçamento, estratégia e gestão.

OE.02 Ampliar a captação de recursos externos.



APRENDIZAGEM E CRESCIMENTO

OE.03 Promover capacitação e qualificação dos servidores em áreas estratégicas.

OE.04 Dimensionar, estruturar e otimizar o quadro de servidores.

OE.05 Promover a qualidade de vida, saúde e segurança do trabalho.

OE.06 Modernizar e adequar a infraestrutura física.

OE.07 Ampliar as ações de comunicação institucional.

OE.08 Promover eficiência energética, uso sustentável dos recursos e tratamento adequado dos resíduos.

OE.09 Prover a segurança das pessoas e do patrimônio.

OE.10 Assegurar a prestação de serviços de TI de qualidade.

PROCESSOS INTERNOS

OE.11 Aprimorar práticas administrativas baseadas nos princípios da boa governança e gestão pública.

OE.12 Fortalecer o desempenho acadêmico.

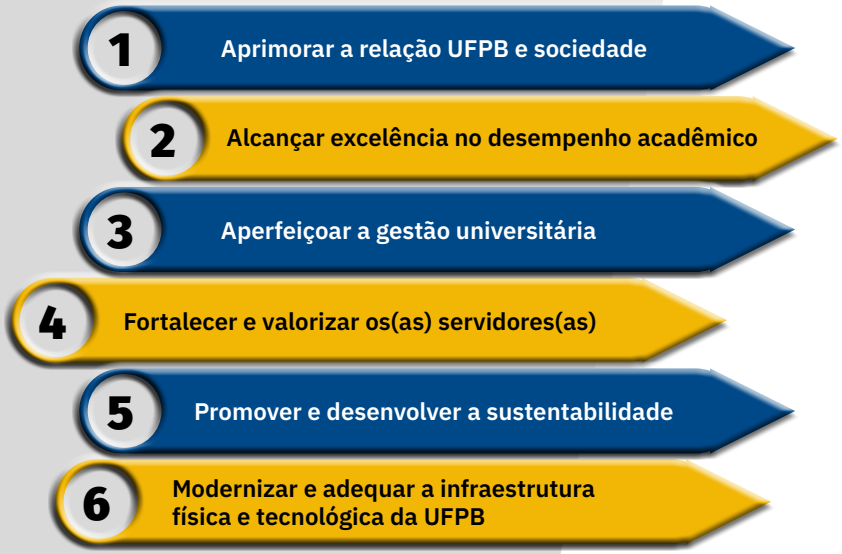
OE.13 Fortalecer a extensão universitária e promover a arte e cultura.

OE.14 Incentivar a pesquisa e a inovação científica e tecnológica.

OE.15 Consolidar e ampliar as ações de internacionalização.

OE.16 Consolidar e ampliar as políticas de assistência estudantil e inclusão social.

Com base nesse direcionamento estratégico, o Plano de Gestão 2025–2028 definiu seis diretrizes estratégicas, que orientam as decisões, ações e o planejamento institucional, alinhando as unidades acadêmicas e administrativas aos objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Funcionam como referenciais de longo prazo para o enfrentamento de desafios estratégicos e para o fortalecimento da atuação institucional.



Em consonância com as diretrizes estratégicas, foram definidos 15 projetos estratégicos, que representam ações estruturantes para o cumprimento da missão e da visão da UFPB e para o alcance de seus objetivos estratégicos.

DIRETRIZ	PROJETO ESTRATÉGICO	OBJETIVO DO PROJETO ESTRATÉGICO
1	Fortalecimento do Desempenho Institucional e Impacto Social	Ampliar o impacto social do ensino, da pesquisa e da extensão.
2	Promoção da excelência do ensino	Aperfeiçoar os processos de ensino e de aprendizagem.
	Excelência na extensão universitária e cultura	Fortalecer ações de extensão, arte e cultura.
	Excelência da pesquisa e inovação tecnológica	Estimular desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação.
	Fomento à Internacionalização	Ampliar parcerias institucionais e ações de internacionalização.
	Consolidação da assistência estudantil	Promover permanência e inclusão social.
3	Planejamento participativo e inovação na gestão pública	Fortalecer governança e modernização administrativa.
	Gestão estratégica da comunicação institucional	Fortalecer a imagem e o relacionamento institucional com a sociedade.
	Gestão da segurança institucional	Proteger pessoas, patrimônio e informação.
4	Gestão Estratégica de Pessoas	Aperfeiçoar a governança da gestão de pessoas (dimensionamento, capacitação e gestão de desempenho).
	Dimensionamento do Quadro de Servidores	Otimizar o quadro de servidores com base nas necessidades institucionais.
	Qualidade de Vida, Saúde e Bem-estar dos Servidores	Promover ações voltadas à saúde, ao bem-estar e às condições de trabalho.
5	Promoção e Monitoramento da Sustentabilidade	Elaborar, executar, e monitorar a política institucional de sustentabilidade.
6	Modernização da infraestrutura física	Concluir obras e qualificar os espaços físicos.
	Aprimorar a infraestrutura, os sistemas e a governança de TI	Modernizar a infraestrutura tecnológica (sistemas de TI e de segurança da informação).

2.3 Transparência e Accountability

Com o objetivo de ampliar a transparência e apoiar decisões baseadas em evidências, a UFPB desenvolveu o Sistema de Inteligência e Governança de Dados (SIGOV), estruturado em seis dimensões.

Em cada dimensão, são disponibilizados painéis e sistemas com dados que conferem transparência às ações institucionais e evidenciam a implementação de uma política de governança orientada pela transparência, pela integridade e pela tomada de decisão baseada em evidências. Em 2025, destacaram-se no âmbito do SIGOV o painel de emendas parlamentares, o sistema de monitoramento dos indicadores do PDI, o Sistema de Monitoramento e Avaliação dos Auxílios aos Estudantes (MAAPE) e o painel de convênios.



Gestão Estratégica
Planejamento e acompanhamento de metas institucionais

Integridade
Informações sobre projetos e recursos da universidade

Gestão Acadêmica
Indicadores sobre Ensino, Pesquisa e Extensão

Transparência
Informações relacionadas à transparência e prestação de contas da UFPB

Indicadores de Egressos
Monitoramento de indicadores de egressos dos cursos da instituição

Gestão de Pessoas
Informações do corpo funcional, clima organizacional e bem-estar

A **Ouvidoria-Geral da UFPB** integra o Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (SisOuv), sob orientação normativa e supervisão técnica da Ouvidoria-Geral da União (OGU), e utiliza a plataforma Fala.BR, gerida pela Controladoria-Geral da União (CGU), como canal oficial para o registro de manifestações e de pedidos de acesso à informação. A unidade atua na mediação entre a administração e os usuários dos serviços públicos, contribuindo para o aprimoramento dos processos institucionais, o fortalecimento do controle social e a prevenção de irregularidades.

Em 2025, foram registradas 776 manifestações na plataforma Fala.BR, representando uma redução de 0,4% em relação ao exercício anterior. Considerando o período de 2021 a 2025, verifica-se um crescimento acumulado de 184,3% no volume de manifestações, o que indica maior utilização dos canais institucionais de participação e controle social.

No exercício, a Ouvidoria participou da elaboração do Plano Setorial de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio e Discriminação e do Plano de Capacitação e Sensibilização para a Gestão da Integridade, contribuindo para o fortalecimento dos mecanismos de integridade, ética e transparência no âmbito institucional.

Entre os principais desafios identificados destacam-se a necessidade de atualização dos normativos disciplinares, o aprimoramento dos fluxos processuais e a qualificação do atendimento aos diversos públicos. Como medidas de aprimoramento, priorizam-se a revisão normativa em articulação com as instâncias de integridade, a capacitação continuada dos agentes envolvidos e o estabelecimento de rotinas de monitoramento, com vistas ao aumento da celeridade, da transparência e da eficiência administrativa.

No âmbito do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), foram registrados 361 pedidos de acesso à informação em 2025, conforme demonstrado na tabela a seguir:

COMPARATIVO DE PEDIDOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO (2024–2025)

INFORMAÇÕES	2024	2025
Quantidade de pedidos	404	361
Total de solicitantes	293	260
Pedidos respondidos	404	361
Respondidos dentro do prazo legal	396	359
Prorrogações	34	41
Tempo médio de respostas (dias)	8,97	10,0
Acesso concedido	314	244
Acesso negado	21	34
Acesso parcialmente concedido	23	37
Informações inexistentes	5	16
Não se enquadra na LAI	29	22
Pedidos duplicados repetidos	10	8

Fonte: Ouvidoria da UFPB/Painel LAI (CGU).

Observa-se um elevado índice de respostas dentro do prazo legal, o que contribui para o fortalecimento da transparência institucional e da confiança social, evidenciando o compromisso da Universidade com o cumprimento da Lei de Acesso à Informação.

Para mais detalhes sobre a sazonalidade e o teor das manifestações no Fala.BR, os principais temas dos pedidos no e-SIC e os resultados das pesquisas de satisfação dos usuários, consulte o Relatório da Ouvidoria.

2.4 Arquitetura de Apoio à Governança

A sustentação do modelo estratégico conta com instâncias permanentes de governança, controle, integridade e transparência. A atuação integrada das instâncias de apoio à governança apresentadas a seguir fortalece a conformidade institucional, assegura a integridade dos processos administrativos e sustenta a execução da estratégia institucional. Em conjunto, consolidam um sistema de governança alinhado às melhores práticas da administração pública federal.

COMITÊ DE GOVERNANÇA, CONTROLE INTERNO E GESTÃO DE RISCOS (ComGov)

Instância colegiada responsável pela coordenação estratégica da governança institucional. No exercício de 2025, o ComGov atuou na deliberação e aprovação de instrumentos estratégicos voltados ao fortalecimento da governança institucional, com ênfase na gestão de riscos, na logística sustentável, na gestão de processos e na implementação do Programa e do Plano de Integridade, consolidando mecanismos preventivos e de controle interno.

GESTÃO DA INTEGRIDADE

O Comitê de Gestão da Integridade (CGI) da Universidade Federal da Paraíba, instituído pela Resolução nº 37/2018 do CONSUNI, coordena a elaboração, a implementação e o monitoramento do Programa de Integridade, em conformidade com as normas da Controladoria-Geral da União. Composto por representantes das áreas de Ouvidoria, Ética, Corregedoria, Gestão de Pessoas, Conformidade e Lei de Acesso à Informação, o Comitê atua na identificação e mitigação de riscos, na revisão do Plano de Integridade e na promoção da cultura de ética, governança e transparência.

A Comissão de Conformidade (COMCONF), criada pela Resolução nº 36/2018, integra o CGI e assessora o Comitê de Governança, Controle Interno e Gestão de Riscos (COMGOV), instituído pela Resolução nº 38/2018. Como Unidade Setorial de Integridade e Unidade Gestora da Integridade, coordena e acompanha as ações do Programa de Integridade.

O Programa de Integridade da UFPB consiste em um conjunto estruturado de medidas voltadas à prevenção, detecção e tratamento de irregularidades, desvios éticos e práticas inadequadas no âmbito institucional. Essas medidas são organizadas no Plano de Integridade, que estabelece, para um período determinado, ações prioritárias, responsabilidades e mecanismos de monitoramento. O Plano de Integridade 2025–2028 foi aprovado pelo Comitê de Governança, Controle Interno e Gestão de Riscos (ComGov) em 29 de julho de 2025, e os relatórios de acompanhamento do Programa e dos respectivos Planos estão disponíveis para consulta pública no portal da COMCONF, no endereço: https://www.ufpb.br/comconf/integridade/programa-de-integridade/.

COMISSÃO IESGO – GOVERNANÇA, GESTÃO E SUSTENTABILIDADE

Em 2025, a UFPB instituiu a Comissão iESGo com o objetivo de coordenar e consolidar as ações necessárias ao atendimento dos indicadores de governança, gestão e sustentabilidade avaliados pelo instrumento do TCU. A estrutura e atuação são fundamentadas em quatro pilares:

- ❒ Comissão intersetorial com representação das áreas estratégicas.
- ❒ Constituição de Grupos de Trabalho por eixos temáticos.
- ❒ Sistematização e validação de evidências em repositórios compartilhados.
- ❒ Análise crítica dos resultados e proposição de melhorias.

Os principais destaques da atuação da comissão em 2025 foram:

- ★ Organização de base institucional padronizada para resposta ao iESGo.
- ★ Definição de grupos de trabalho para diagnóstico por eixo temático.
- ★ Definição de ações prioritárias de melhoria.
- ★ Realização de capacitações sobre governança e indicadores do IESGO, em parceria com o TCU, com a participação de 135 servidores da UFPB.

A iniciativa fortalece a cultura de planejamento, monitoramento e avaliação, consolidando o iESGo como instrumento estratégico para o aprimoramento da gestão e a geração de valor público.

AUDITORIA INTERNA (AUDIN)

Exerce função independente de avaliação e assessoramento à alta administração, examinando a adequação dos controles internos, a conformidade dos atos administrativos e a efetividade dos processos de governança, atuando como terceira linha de defesa. Os planos de atividades e os relatórios anuais da Audin estão disponíveis na página da unidade: https://www.ufpb.br/audin/paint-e-raint/

CORREGEDORIA-GERAL

No exercício de 2025, a Corregedoria-Geral da UFPB movimentou 423 processos correcionais (216 recebidos e 207 enviados), envolvendo demandas oriundas do MPF, da CGU, de órgãos internos e de outras instituições públicas. No período, foram concluídos 8 Processos Administrativos Disciplinares (PADs), com os seguintes desfechos: 3 demissões, 1 absolvição e 4 arquivamentos. Ao final do exercício, permaneciam em andamento 33 PADs (30 ordinários e 3 sumários).

Além disso, foram emitidos 19 juízos de admissibilidade, dos quais 12 não resultaram em instauração disciplinar por ausência de elementos suficientes, e foram instauradas 5 Investigações Preliminares Sumárias. No âmbito preventivo, expediram-se 423 certidões para fins de aposentadoria, concurso ou remoção, reforçando a atuação da Corregedoria no fortalecimento da integridade, da responsabilização e da prevenção de irregularidades administrativas.

COORDENAÇÃO DE INFORMAÇÃO (CODEINFO)

A Codeinfo, vinculada à Proplan, é responsável pela gestão da transparência ativa institucional, incluindo a Página de Acesso à Informação, o Portal de Dados Abertos e o Sistema de Inteligência e Governança de Dados (SIGOV), em conformidade com a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

A Página de Acesso à Informação reúne informações institucionais de divulgação obrigatória, assegurando transparência ativa e facilitando o controle social.

Acesso: https://www.ufpb.br/acessoainformacao

O Portal de Dados Abertos disponibiliza conjuntos de dados em formatos abertos, alinhados à Política de Dados Abertos do Governo Federal, ampliando a transparência e possibilitando a reutilização das informações pela sociedade.

Capítulo 3. RISCOS E OPORTUNIDADES



No exercício de 2025, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) consolidou avanços na institucionalização da gestão de riscos, com integração progressiva do tema aos processos de planejamento, monitoramento e tomada de decisão.

A Política de Gestão de Riscos foi instituída pela Resolução CONSUNI nº 07/2024, alinhada às diretrizes da Administração Pública Federal. Em 2025, a Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento (PROPLAN) elaborou o Manual de Gestão de Riscos e o Plano de Implementação, estabelecendo uma metodologia padronizada para a identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos institucionais. As informações sobre gestão de riscos estão disponíveis para consulta pública no portal da **PROPLAN**.

A implementação encontra-se em fase de consolidação metodológica, com a ampliação gradual do mapeamento nas unidades administrativas, conforme o cronograma previsto no Plano de Implementação.

INTEGRAÇÃO AO PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL

Em 2025, o mapeamento de riscos passou a integrar os Planos de Gestão Setorial (PGS), alinhados ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Cada unidade passou a identificar eventos de risco associados aos seus objetivos, permitindo consolidar as informações por Objetivo Estratégico e estruturar o panorama institucional das principais exposições a risco.

Como desdobramento do Plano de Implementação, em 2025 a Universidade ofertou aos seus servidores duas turmas de capacitação em gestão de riscos integrada ao planejamento setorial. A iniciativa buscou disseminar conceitos e metodologias de identificação, análise e tratamento de riscos, fortalecendo a cultura de gestão de riscos e o alinhamento entre o planejamento e a execução das ações institucionais.

MAPEAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DOS RISCOS

Das 27 unidades previstas para o mapeamento de riscos institucionais, oito publicaram o levantamento preliminar em 2025. Entre as demais, parte já concluiu ou consolidou internamente o mapeamento, enquanto outras permanecem na fase de sistematização das informações. Até o momento, foram registrados 119 eventos de risco, mapeados com base nos objetivos setoriais alinhados aos Objetivos Estratégicos do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFPB.

O OE.11 concentra 65 eventos de risco, evidenciando seu caráter transversal e sua relevância para a governança institucional, uma vez que sustenta processos estruturantes da Universidade. Os riscos associados a esse objetivo refletem maior complexidade operacional, elevado grau de interdependência entre unidades e maior exposição a fatores externos, especialmente restrições orçamentárias, normativas, tecnológicas e de pessoal.

Na sequência, destacam-se o OE.17, com 15 riscos, e o OE.01, com 13, também com quantitativo expressivo de eventos. De modo geral, a exposição institucional está relacionada, sobretudo, a aspectos de governança, capacidade operacional, disponibilidade de recursos orçamentários e humanos e articulação intersetorial.



QUANTIDADE DE RISCOS ASSOCIADOS POR OBJETIVO ESTRATÉGICO DO PDI

OBJETIVO ESTRATÉGICO DO PDI	OE.11	OE.17	OE.01	OE.16	OE.02	OE.05	OE.15	OE.12	OE.03	OE.14
Nº de riscos associados	65	15	13	6	5	5	4	3	2	1

Fonte: Planilha de Gestão de Riscos - consolidada pela Codeplan a partir dos PGS

ANÁLISE INTERPRETATIVA DOS RISCOS IDENTIFICADOS

A análise indica predominância de riscos classificados como altos ou críticos na maioria dos Objetivos Estratégicos do PDI. Os objetivos com maior exposição concentram eventos com potencial de comprometer os resultados estratégicos, o que demanda priorização no tratamento, monitoramento contínuo e fortalecimento das ações de mitigação, especialmente nos objetivos de caráter transversal e estruturante.

Os objetivos estratégicos de nível de risco crítico apresentam exposição significativa a eventos adversos, exigindo atuação prioritária da gestão, com foco na alocação de esforços, recursos e coordenação entre unidades. Por sua vez, os objetivos com nível de risco alto requerem acompanhamento sistemático e o fortalecimento de controles preventivos, para reduzir a probabilidade de ocorrência e mitigar impactos relevantes sobre o desempenho institucional. Já os objetivos com riscos moderados apresentam perfil gerenciável, desde que se mantenham as rotinas preventivas e se implementem ações complementares de controle e de melhoria contínua.

De forma geral, a síntese das informações apresentadas neste capítulo reforça o papel da gestão de riscos como instrumento estratégico de apoio à tomada de decisão, contribuindo para o fortalecimento da governança, do controle interno e da capacidade institucional da UFPB, em alinhamento com os Objetivos Estratégicos estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Institucional.

Os resultados observados em 2025 indicam que a gestão de riscos na UFPB passou a apoiar, de forma mais efetiva, a identificação de oportunidades de melhoria e de fortalecimento institucional. A integração do mapeamento de riscos aos Planos de Gestão Setorial, alinhados ao PDI, permitiu às unidades evidenciar fragilidades processuais, lacunas de capacidade e pontos críticos de aprimoramento. Dessa forma, a gestão de riscos contribui não apenas para a mitigação de ameaças, mas também para o alcance dos objetivos estratégicos e para o aprimoramento da governança, do controle interno e da geração de valor público.

INTEGRAÇÃO IMPACTO × PROBABILIDADE × NÍVEL DE RISCO (P×I) POR OBJETIVO ESTRATÉGICO DO PDI

OBJETIVO ESTRATÉGICO DO PDI	PERFIL PROBABILIDADE X IMPACTO	NÍVEL DE RISCO PREDOMINANTE	ANÁLISE INTERPRETATIVA
OE.01	Probabilidade moderada a alta com Impacto alto	Alto	Objetivo estratégico com riscos relevantes para o planejamento institucional, que demandam ações de mitigação e monitoramento sistemático.
OE.02	Probabilidade alta com Impacto alto a muito alto	Crítico	Exposição significativa a eventos com potencial de comprometer o alcance dos resultados estratégicos, o que exige priorização no tratamento dos riscos.
OE.03	Probabilidade moderada com Impacto alto	Alto	Riscos relevantes, porém de menor recorrência, indicando a necessidade de controles preventivos e de acompanhamento periódico.
OE.05	Probabilidade moderada com Impacto moderado	Moderado	Exposição controlável, desde que se mantenham as ações de controle e monitoramento existentes.
OE.11	Probabilidade moderada a alta com Impacto alto a muito alto	Alto a Crítico	Objetivo estratégico de maior criticidade institucional, que concentra riscos relevantes e exige prioridade na alocação de esforços e recursos.
OE.12	Probabilidade moderada com Impacto alto	Alto	Riscos significativos, que requerem monitoramento contínuo para evitar impactos adversos sobre os resultados estratégicos.
OE.14	Probabilidade baixa com Impacto muito alto	Alto	Apesar da baixa probabilidade, o elevado impacto justifica a atenção preventiva e a manutenção de controles eficazes.
OE.15	Probabilidade moderada com Impacto alto	Alto	Riscos com potencial para afetar o alcance do objetivo estratégico, exigindo acompanhamento sistemático.
OE.16	Probabilidade moderada com Impacto moderado	Moderado	Perfil de risco gerenciável, compatível com as rotinas de controle já existentes.
OE.17	Probabilidade moderada a alta com Impacto alto	Alto	Exposição relevante associada à execução e à coordenação intersetorial, demandando ações de mitigação e supervisão contínua.

Fonte: Planilha de Gestão de Riscos - consolidada pela Codeplan a partir dos PGS.

Para o próximo ciclo, a Universidade priorizará ações para:

★ Ampliação do mapeamento para todas as unidades previstas;

★ Consolidação dos planos de tratamento dos riscos críticos;

★ Monitoramento sistemático dos riscos prioritários;

★ Aperfeiçoamento da integração entre riscos, orçamento e planejamento estratégico;

★ Capacitação e disseminação da cultura de gestão de riscos.

Os avanços registrados em 2025 revelam a incorporação progressiva da gestão de riscos à governança institucional, com a aplicação prática da metodologia, a consolidação de dados por objetivo estratégico e o início da estruturação dos planos de tratamento. A iniciativa contribui para maior transparência, para o suporte à tomada de decisão e para o fortalecimento dos mecanismos de controle interno, em conformidade com as diretrizes do Tribunal de Contas da União.

A Planilha de Gestão de Riscos, consolidada pela Codeplan a partir dos PGS, está disponível para acesso por meio do código QR acima.

Capítulo 4. RESULTADOS



4.1 UFPB e Sociedade

A dimensão UFPB e Sociedade contempla os resultados institucionais voltados ao atendimento das necessidades e expectativas da comunidade interna e externa, com foco na qualidade acadêmica, no impacto social e no fortalecimento da inserção institucional. A dimensão é operacionalizada pelo seguinte objetivo estratégico:

OE.17	Fortalecer o desempenho institucional e ampliar seu impacto na sociedade.	4 11 17

4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

Esta dimensão avalia o atendimento às necessidades e expectativas da comunidade interna e externa, em consonância com o Objetivo Estratégico 17 – Fortalecer o desempenho institucional e ampliar seu impacto na sociedade.

Em 2025, os resultados evidenciam avanços consistentes na qualidade acadêmica da graduação, na elevação do desempenho da pós-graduação, na consolidação da política de inovação e na ampliação da capilaridade territorial das ações de extensão. Destaca-se a superação das metas relacionadas ao Conceito Preliminar de Curso (CPC/ENADE), à taxa de sucesso da graduação, ao número de programas que avançaram na avaliação da CAPES e ao número de municípios atendidos por ações de extensão.

		PROJETADO	EXECUTADO
		2025	2025
OE.17.I1	Conceito preliminar de curso com ENADE.	3,42	4,00
OE.17.I2	Taxa de sucesso de graduação.	39,26%	46,03%
OE.17.I3	Número de Programas de Pós-Graduação com avanço na nota da Avaliação da CAPES.	16	21
OE.17.I4	Número de programas de pós-graduação com nota mínima para funcionamento no SNPG.	MP: 3 MA: 10 DA: 0	MP: 1 MA: 7 DA: 0
OE.17.I5	Número de Depósitos de Pedidos de Patentes e demais registros de tecnologias nacionais.	77	77
OE.17.I6	Número de municípios da Paraíba atendidos por ações de extensão.	138	147
OE.17.I7	Número de municípios atendidos por ações do IDEP.	20	7

MP - Mestrado Profissional
MA - Mestrado Acadêmico
DA - Doutorado Acadêmico

Persistem, contudo, desafios relacionados à sustentabilidade dos avanços na pós-graduação, à fragilidade estrutural de infraestrutura e acessibilidade apontada em avaliações externas, à dependência de fontes externas de financiamento e ao desempenho abaixo da meta nas ações territoriais do Instituto UFPB de Desenvolvimento da Paraíba (IDEP).

PRINCIPAIS DESTAQUES

★ Melhoria da qualidade dos cursos de graduação, com CPC médio 4,00 frente à meta de 3,42, refletindo fortalecimento do acompanhamento regulatório e avaliativo.

★ Elevação da taxa de sucesso da graduação, atingindo 46,03% frente à meta de 39,26%, indicando aprimoramento do monitoramento da trajetória discente e integração com políticas de permanência.

★ Desempenho positivo da pós-graduação, com 21 programas avançando na avaliação CAPES (meta: 16), associado à redução do número de programas no limite mínimo de funcionamento no SNPG (MP: 3→1; MA: 10→7), evidenciando elevação qualitativa.

★ Cumprimento integral da meta de registros de propriedade intelectual, com 77 depósitos de patentes e tecnologias nacionais, consolidando política institucional de inovação.

★ Ampliação da capilaridade territorial das ações de extensão, com 147 municípios atendidos frente à meta de 138, reforçando compromisso com o desenvolvimento regional.

★ Atuação estratégica da UFPB na articulação entre universidade, poder público e setor produtivo, ampliando impacto social, ambiental e produtivo.

PRINCIPAIS DESAFIOS

Desempenho abaixo da meta nas ações do IDEP, com atendimento a 7 municípios frente à meta de 20 (35% do previsto), impactado por entraves na formalização de parcerias com contrapartida financeira, limitações de infraestrutura laboratorial e insuficiência de pessoal.

Sustentabilidade dos avanços na pós-graduação, especialmente nos mestrados profissional e acadêmico, demandando consolidação dos processos de autoavaliação e gestão acadêmica para manutenção dos resultados no próximo ciclo avaliativo.

Fragilidades estruturais de infraestrutura física e acessibilidade, ainda refletidas em avaliações externas, exigindo priorização de investimentos para assegurar conformidade regulatória e melhoria contínua da experiência acadêmica.

Dependência de fontes externas de financiamento, impondo riscos à continuidade e ampliação de ações estratégicas de inovação, extensão e desenvolvimento regional.

Os resultados de 2025 evidenciam consolidação da qualidade acadêmica e ampliação do impacto territorial da UFPB, demandando fortalecimento estrutural e sustentabilidade institucional.

No eixo da qualidade acadêmica, a gestão prioriza a manutenção do desempenho superior no CPC/ENADE e na taxa de sucesso da graduação, com monitoramento contínuo das avaliações externas, consolidação de instrumentos analíticos e integração com políticas de permanência estudantil.

Na pós-graduação, a estratégia concentra-se na consolidação dos avanços na avaliação CAPES, com fortalecimento da autoavaliação institucional, planejamento estratégico por programa e mitigação de riscos associados à manutenção de conceitos elevados no próximo ciclo.

Quanto à inovação, a prioridade é assegurar continuidade do desempenho em propriedade intelectual, ampliando estratégias de proteção tecnológica e fortalecendo parcerias que viabilizem transferência efetiva de tecnologia e geração de impacto socioeconômico.

No campo do desenvolvimento regional, a gestão orienta-se à reestruturação operacional do IDEP, com revisão de metas, fortalecimento da articulação institucional, ampliação da capacidade técnica e definição de modelo sustentável de parcerias, reduzindo dependência de contrapartidas financeiras que limitem a atuação territorial.

No eixo estrutural, prioriza-se a superação das fragilidades de infraestrutura e acessibilidade apontadas em avaliações externas, mediante planejamento integrado de investimentos e priorização orçamentária.

O Objetivo Estratégico 17 passa a incorporar abordagem sistemática de gestão de riscos institucionais, com monitoramento contínuo da sustentabilidade financeira, da qualidade acadêmica e do impacto territorial, assegurando geração consistente de valor público e fortalecimento da reputação institucional da UFPB.

4.2 Processos Internos

A perspectiva de Processos Internos contempla os processos institucionais que asseguram a execução das atividades acadêmicas e administrativas, com foco na eficiência, na governança, na gestão de riscos e na geração de valor público.

No PDI 2024–2028, essa perspectiva é operacionalizada por meio dos seguintes objetivos estratégicos:



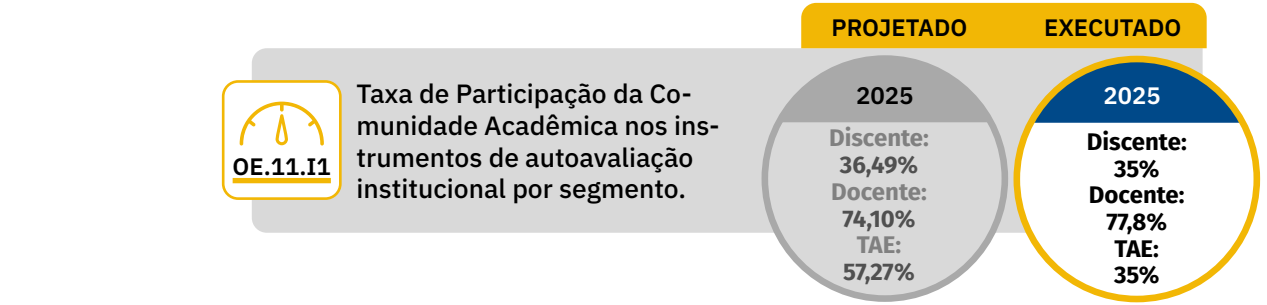
OE.11	Aprimorar práticas administrativas baseadas nos princípios da boa governança e gestão pública.	16
OE.12	Fortalecer o desempenho acadêmico.	4
OE.13	Consolidar e ampliar as ações de extensão, arte e cultura.	TODOS OS ODS
OE.14	Incentivar a pesquisa e a inovação científica e tecnológica.	TODOS OS ODS
OE.15	Consolidar e ampliar as ações de internacionalização.	4, 17
OE.16	Consolidar e ampliar as políticas de assistência estudantil e inclusão social.	4, 10

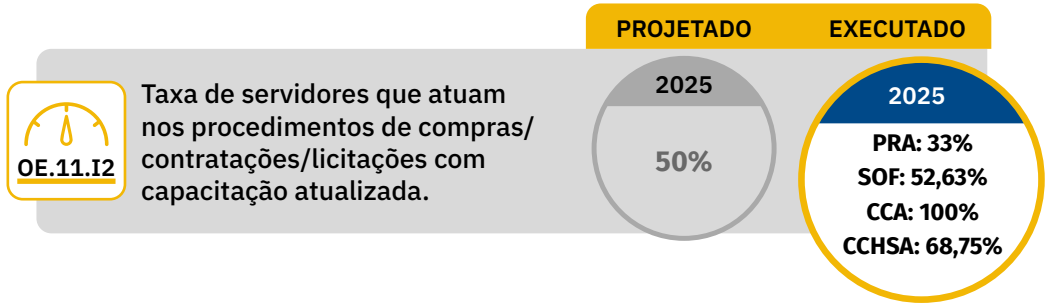
4.2.1. Gestão Administrativa e Patrimonial

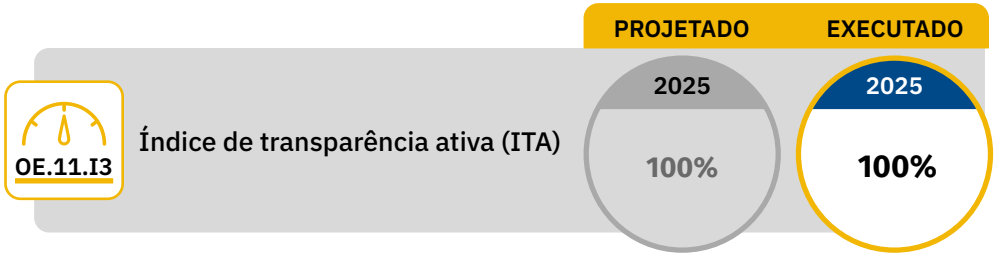
GESTÃO ADMINISTRATIVA

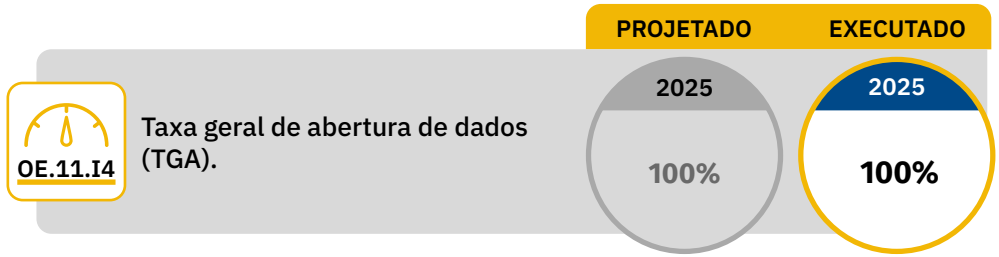
Em 2025, a Gestão Administrativa evidenciou avanços relevantes na consolidação de práticas alinhadas à boa governança, com desempenho integral nos indicadores de transparência e dados abertos, superação da meta de participação docente na autoavaliação e fortalecimento da qualificação na área de compras. Persistem, contudo, desafios relacionados à ampliação da participação discente e de técnicos-administrativos nos processos avaliativos e à uniformização da capacitação nas unidades envolvidas em contratações públicas.

A Gestão Administrativa está vinculada aos indicadores do objetivo estratégico 11 - Aprimorar práticas administrativas baseadas nos princípios da boa governança e gestão pública.









Fonte: CPA, UASGs e PROPLAN.

PRINCIPAIS DESTAQUES

★ Superação da meta de participação docente na autoavaliação, alcançando 77,8% frente à meta de 74,10%, evidenciando fortalecimento da cultura avaliativa institucional.

★ Cumprimento integral das metas de Transparência Ativa e Dados Abertos, com 100% de atendimento em ambos os indicadores, reforçando a conformidade normativa, a publicidade das informações e a accountability institucional.

★ Avanços na qualificação em compras e contratações, com unidades superando a meta de 50%, a exemplo do CCA (100%), CCHSA (68,75%) e SOF (52,63%), além da capacitação de 20 servidores na área.

★ Economia aproximada de R$ 1,1 milhão com a renovação de contratos de plataformas digitais, contribuindo para maior eficiência no uso de recursos públicos.

★ Tratamento de 136 processos de compras, evidenciando capacidade operacional e regularidade dos fluxos administrativos.

★ Conclusão do Plano de Logística Sustentável e do Plano de Gestão Setorial (2025–2028), fortalecendo o planejamento integrado e a sustentabilidade institucional.

★ Obtenção de certidões negativas de débitos, mediante reconhecimento de imunidade tributária, prescrição e adesão ao REFIS, mitigando riscos fiscais e reforçando a regularidade institucional.

PRINCIPAIS DESAFIOS

Baixa participação discente (35%) e de TAE (35%) na autoavaliação, abaixo das metas projetadas (36,49% e 57,27%, respectivamente), indicando necessidade de intensificar estratégias de engajamento e comunicação.

Desempenho desigual na capacitação em compras, com a PRA registrando 33%, abaixo da meta institucional de 50%, demonstrando necessidade de maior uniformização e acompanhamento sistemático da qualificação.

Dependência de estratégias contínuas de atualização tecnológica e integração de sistemas, especialmente no processo de migração de portais e automação de bases de dados, para manutenção do padrão de transparência alcançado.

Os resultados de 2025 evidenciam a consolidação de práticas de governança administrativa, com elevado desempenho nos indicadores de transparência ativa e dados abertos, regularidade fiscal e avanços na qualificação das equipes envolvidas em contratações públicas. Esse cenário demonstra fortalecimento dos mecanismos de controle, conformidade normativa e racionalização do gasto público, elementos estruturantes do Objetivo Estratégico 11.

Para os próximos ciclos, a gestão orienta-se à ampliação do engajamento da comunidade acadêmica nos processos de autoavaliação institucional, especialmente entre discentes e técnicos-administrativos, por meio do aprimoramento das estratégias de comunicação, sensibilização e integração das ações avaliativas aos processos decisórios e de planejamento. Busca-se, assim, fortalecer a cultura avaliativa e assegurar maior representatividade dos segmentos nos instrumentos de governança participativa.

No campo das contratações públicas, será priorizada a uniformização da capacitação nas unidades administrativas, com monitoramento sistemático dos percentuais de qualificação, institucionalização de trilhas formativas e fortalecimento da governança das compras, reduzindo assimetrias operacionais e mitigando riscos associados à execução contratual.

Adicionalmente, a gestão concentrará esforços na consolidação de soluções tecnológicas integradas, voltadas à automação de bases de dados, interoperabilidade de sistemas e atualização contínua das informações disponibilizadas nos portais institucionais, assegurando manutenção do padrão de transparência alcançado e maior confiabilidade dos dados públicos.

Essas iniciativas reforçam a capacidade institucional de prevenção e mitigação de riscos administrativos, ampliam a eficiência dos processos internos e consolidam a gestão administrativa como vetor estruturante da boa governança, da sustentabilidade institucional e da geração de valor público.

GESTÃO PATRIMONIAL

O controle patrimonial da UFPB compreende as atividades de registro, movimentação, inventário, alteração, baixa, alienação, consultas e emissão de relatórios relativos aos bens móveis e imóveis da instituição.

A gestão patrimonial é descentralizada entre as unidades gestoras, promovendo integração entre os setores responsáveis pelo controle, acompanhamento e tomada de decisão. Compete ao administrador patrimonial assegurar a adequada gestão, conservação e utilização dos bens públicos, em observância aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e transparência.

A atuação institucional fundamenta-se na Constituição Federal de 1988 e, especialmente, na Lei nº 4.320/1964, na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e na Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), além de atos normativos complementares que regulamentam procedimentos contábeis, inventários, alienações e registros patrimoniais.

A gestão observa, ainda, a utilização de sistemas informatizados e ferramentas de reaproveitamento de bens, como o Reuse.Gov, bem como o cumprimento do Procedimento Operacional Padrão – POP SOF 001/2021 – Diretrizes para Gestão Patrimonial, disponível na página da UFPB: https://drive.google.com/file/d/1HKssCkFif7NTfOWEI_2Mj9oTH_B8qmbd/view

Dessa forma, a UFPB respalda que os processos patrimoniais sejam conduzidos em conformidade com o arcabouço normativo federal aplicável, garantindo regularidade, controle e integridade das informações.

Principais investimentos de capital

Em 2025, a dotação orçamentária de capital da UFPB foi de R$ 23.669.480,00, dos quais foram empenhados R$ 21.507.544,01, correspondendo a 90,87% de execução.

O grupo de despesa Obras e Instalações representou 54,55% dos recursos empenhados, seguido de Equipamentos e Material Permanente, com 42,04%, evidenciando priorização da infraestrutura física e da modernização do parque de equipamentos.

GRUPO DE DESPESA - INVESTIMENTOS

CÓDIGO	NATUREZA DA DESPESA	PERCENTUAL
449020	Auxílio Financeiro a Pesquisadores	3,25%
449039	Outros Servicos de Terceiros-Pessoa Jurídica	0,16%
449051	Obras e Instalacoes	54,55%
449052	Equipamentos e Material Permanente	42,04%

Fonte: Codeor/Tesouro gerencial.

ITENS DE CAPITAL POR NATUREZA DA DESPESA DETALHADA EM 2025

CÓDIGO	NATUREZA DA DESPESA	PERCENTUAL
44902001	Auxílio/Bolsa a Pesquisadores	3,25%
44903965	Serviços de Apoio ao Ensino	0,16%
44905191	Obras em Andamento	54,09%
44905192	Instalações	0,46%
44905204	Aparelhos de Medição e Orientação	0,24%
44905208	Apar. Equip. Utens. Med., Odont, Labor. Hospit.	5,10%
44905212	Aparelhos e Utensílios Domésticos	3,95%
44905230	Máquinas e Equipamentos Energéticos	0,15%
44905233	Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	2,02%
44905234	Máquinas, Utensilios e Equipamentos Diversos	7,84%
44905235	Material de Tic (Permanente)	0,49%
44905236	Máquinas, Instalações e Utens. de Escritório	0,01%
44905237	Equipamentos de Tic - Ativos De Rede	0,12%
44905241	Equipamentos de Tic - Computadores	9,43%
44905242	Mobiliário em Geral	12,48%
44905243	Equipamentos de Tic - Servidores/Storage	0,14%
44905245	Equipamentos de Tic - Impressoras	0,07%
44902001	Auxílio/Bolsa a Pesquisadores	3,25%
44903965	Serviços de Apoio ao Ensino	0,16%

Fonte: Codeor/Tesouro gerencial.

Imóveis de propriedade da UFPB

QUANTIDADE E VALOR DOS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UFPB EM 2025

MUNICÍPIO	QUANTIDADE	VALOR DO IMÓVEL
Areia	1	R$ 2.750.000,00
Bananeiras	3	R$ 23.357.574,03
João Pessoa	12	R$ 241.973.820,31
Santa Rita	1	R$ 79.280,89
São João do Cariri	1	R$ 753.384,67
TOTAL	18	R$ 268.914.059,90

Fonte: PRA.

Desfazimento de ativos

O desfazimento de bens ocorre mediante análise técnica que comprove sua condição de antieconômico ou irrecuperável, com instauração de processo administrativo e adoção das providências contábeis cabíveis.

Em 2025, foi instaurado o Processo nº 23074.082921/2025-45 para desfazimento de bens móveis inservíveis, com previsão de alienação por leilão, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 12.785/2025. O procedimento foi programado para 2026, em razão de pendência relacionada à contratação de leiloeiro oficial.

Também foi realizado o desfazimento de animais excedentes da espécie bovina do CCA/UFPB, por meio de leilão público (Processo nº 23074.023629/2025-41).

Locação de imóveis e equipamentos

Em 2025, manteve-se vigente o contrato de outsourcing de impressão (Pregão nº 23/2023 – Contrato nº 08/2023), assegurando suporte às atividades administrativas e acadêmicas.

Mudanças e desmobilizações relevantes

No exercício de 2025, não houve procedimentos relevantes de mudança ou desmobilização patrimonial.

Cessão e Autorização de uso

A Gerência de Administração da Superintendência de Orçamento e Finanças (SOF) é responsável pela gestão dos espaços da UFPB destinados à ocupação por terceiros, mediante autorizações ou pregões eletrônicos, para a prestação de atividades e serviços de apoio não vinculados diretamente à finalidade institucional.

ESPAÇOS DA UFPB OCUPADOS POR TERCEIROS E VALORES ARRECADADOS EM 2025

	ATIVIDADE	QUANTIDADE DE ESPAÇOS	VALORES ARRECADADOS EM 2025
CESSÃO DE USO	Lanchonete/Restaurante	18	R$ 480.058,48
	Reprografia	5	R$ 75.062,81
	Papelaria	1	R$ 21.440,96
	Bancos	5	R$ 996.228,60
	Correios	1	R$ 31.386,20
	Instituição sem fins lucrativos	-	-
	Fundação de apoio às ICts	1	R$ 9.347,12
	Sindicato	4	R$ 64.396,38
	Antena telefônica	2	R$ 166.717,35
	Governo do Estado (Arlinda Marques)	1	R$ 920.647,17
AUTORIZAÇÃO DE USO	Ocupação provisória	20	R$ 91.711,00

Fonte: SOF.

PRINCIPAIS DESTAQUES

★ Execução de 90,87% da dotação de capital (R$ 21,5 milhões empenhados de R$ 23,6 milhões), com priorização de Obras e Instalações (54,55%) e Equipamentos e Material Permanente (42,04%), evidenciando capacidade de execução orçamentária e manutenção da infraestrutura institucional.

★ Predominância de investimentos em obras em andamento (54,09%), mobiliário (12,48%) e equipamentos de TIC – computadores (9,43%), contribuindo para modernização dos ambientes acadêmicos e administrativos.

★ Instauração de processo administrativo para desfazimento de bens móveis inservíveis (Processo nº 23074.082921/2025-45), com planejamento de alienação por leilão, reforçando a regularização do ativo patrimonial.

★ Realização de leilão público para desfazimento de animais excedentes do CCA/UFPB (Processo nº 23074.023629/2025-41), assegurando conformidade legal e racionalização do patrimônio produtivo.

★ Arrecadação relevante por cessões e autorizações de uso de espaços institucionais, com destaque para contratos com instituições financeiras (R$ 996.228,60) e Governo do Estado (R$ 920.647,17), fortalecendo a sustentabilidade financeira das atividades de apoio.

PRINCIPAIS DESAFIOS

- Ausência de política institucional integrada de gestão patrimonial, o que limita a padronização de procedimentos e a consolidação de diretrizes uniformes entre unidades gestoras.

- Paralisação da implantação do SIADS desde 2021, comprometendo a integração sistêmica dos registros patrimoniais e a robustez dos controles internos.

- Necessidade de elaboração de normativo interno específico para avaliação, classificação e desfazimento de bens inservíveis, em consonância com o Decreto nº 9.373/2018, reduzindo riscos de inconsistências operacionais.

- Limitações de espaço físico adequado para armazenamento e triagem de bens recebidos ou destinados ao desfazimento, impactando a eficiência logística.

- Necessidade de capacitação técnica continuada das equipes responsáveis pela gestão patrimonial e de orientações institucionais mais estruturadas quanto ao uso do Reuse.Gov.

Em 2025, a gestão patrimonial da UFPB evidenciou elevado nível de execução dos investimentos de capital, com predominância de recursos destinados a obras e à aquisição de equipamentos, assegurando a manutenção e expansão da infraestrutura institucional. Observou-se, ainda, a formalização de processos de desfazimento de bens inservíveis e a geração de receitas por meio de cessões e autorizações de uso, o que contribui para a sustentabilidade financeira da instituição.

Persistem, contudo, desafios estruturais relacionados à ausência de política institucional integrada de gestão patrimonial, à necessidade de padronização de procedimentos de avaliação e desfazimento de bens e à paralisação da implantação do SIADS, fatores que impactam a consolidação de controles sistêmicos mais robustos e a confiabilidade das informações patrimoniais.

Diante desse cenário, os esforços estratégicos concentram-se na retomada da integração sistêmica dos registros patrimoniais, na institucionalização de normativos internos padronizados, na qualificação técnica das equipes e na implementação de práticas voltadas à reavaliação contábil, ao reaproveitamento e à sustentabilidade dos bens públicos, fortalecendo a governança patrimonial e a eficiência do gasto público.

4.2.2. Desempenho acadêmico

Em 2025, o desempenho acadêmico da UFPB evidencia avanços consistentes na ampliação do acesso, no fortalecimento da qualidade da formação e na consolidação da inserção competitiva dos cursos. Observa-se redução da evasão em segmentos estratégicos da graduação e do ensino técnico presencial, crescimento expressivo da diplomação (+31,67%) e melhoria do posicionamento da pós-graduação na avaliação nacional. Persistem, contudo, desafios relacionados à retenção em determinadas modalidades, à evasão na educação a distância e ao alinhamento regulatório dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs).

No PDI 2024–2028, o desempenho acadêmico está vinculado ao Objetivo Estratégico 12 – Fortalecer o desempenho acadêmico. Os indicadores desse objetivo são apresentados a seguir, organizados por nível de atuação acadêmica: graduação, ensino básico, técnico e tecnológico (EBTT) e pós-graduação.



RESULTADOS DO ENSINO DE GRADUAÇÃO

O desempenho da graduação é monitorado por indicadores relacionados ao envolvimento discente, à evasão, à retenção, à qualidade pedagógica e ao alinhamento regulatório dos cursos. Esses indicadores permitem avaliar a efetividade das políticas de permanência, o fluxo acadêmico e a conformidade dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) com o marco regulatório vigente. O quadro a seguir apresenta as metas estabelecidas para 2025 e os respectivos resultados alcançados.

INDICADORES DO OBJETIVO ESTRATÉGICO OE.12

		PROJETADO 2025	EXECUTADO 2025
OE.12.I1	Envolvimento dos alunos de graduação com os programas acadêmicos vinculados à PRG	2.271	2.698
OE.12.I2	Índice de evasão dos cursos de graduação presencial, nos graus Bacharelado, Licenciatura e Tecnológico (EVp)	B: 9,49% L: 10,65% T: 20,63%	B: 7,96% L: 7,56% T: 23,32%
OE.12.I3	Índice de evasão dos cursos de graduação a distância (EVp).	23,37%	19,44%
OE.12.I8	Índice de retenção dos cursos de graduação presencial, nos graus Bacharelado, Licenciatura e Tecnológico (IRet).	B: 42,47% L: 35,94% T: 51,17%	B: 35,45% L: 49,32% T: 75,00%
OE.12.I9	Índice de retenção dos cursos de graduação a distância (IRet).	84,11%	86,71%
OE.12.I10	Taxa de Componentes Curriculares com Alta Retenção – Graduação Presencial.	25,51%	23,06%
OE.12.I16	Taxa de cursos de Graduação (Bacharelado, Licenciatura, Tecnológico e EaD) com o Plano Pedagógico do Curso alinhado ao marco regulatório da educação superior vigente.	75%	B: 40% L: 18,18% T: 33,33% EAD: 0%

PRINCIPAIS DESTAQUES

★ Superação da meta de envolvimento discente em programas acadêmicos, com 2.698 estudantes participantes frente à meta de 2.271, resultado impulsionado pela ampliação da oferta de bolsas, com destaque para o Programa Pé-de-Meia Licenciaturas. A iniciativa contribuiu para fortalecer a permanência, mitigar riscos de evasão e retenção e estimular práticas pedagógicas inovadoras, especialmente na formação de professores.

★ Redução da evasão nos cursos de Bacharelado (7,96% frente à meta de 9,49%), Licenciatura (7,56% frente a 10,65%) e EaD (19,44% frente a 23,37%), indicando melhoria na permanência.

★ Aumento de 773 matrículas em 2025 (30.980) em relação a 2024 (30.207).

★ Aumento de 30,69% no número de diplomados em comparação ao exercício anterior, sendo, 4.007 diplomados em 2025 e 3.066 no ano anterior.

★ Desempenho de excelência nas avaliações do MEC, com 11 cursos avaliados (7 com conceito 5 e 4 com conceito 4).

★ Criação de três novos cursos de graduação: Engenharia de Robôs, Jogos Digitais e Música Popular, ampliando a oferta acadêmica em áreas estratégicas e inovadoras.

★ Implementação do Programa QUALIGRAD, com investimentos em laboratórios e metodologias inovadoras, fortalecendo a modernização pedagógica e a qualidade da formação.

★ Implantação do SIGMA, qualificando o monitoramento acadêmico e o uso estratégico de indicadores para apoio à tomada de decisão e mitigação de evasão e retenção.

PRINCIPAIS DESAFIOS

Evasão acima da meta nos cursos Tecnológicos presenciais (23,32% frente à meta de 20,63%), indicando necessidade de estratégias específicas para essa modalidade.

Retenção acima do projetado em Licenciaturas (49,32% frente à meta de 35,94%) e Tecnológicos presenciais (75,00% frente à meta de 51,17%), bem como na modalidade EaD (86,71% frente à meta de 84,11%), evidenciando prolongamento da trajetória acadêmica e impacto potencial na taxa de conclusão no tempo esperado.

Baixo percentual de PPCs alinhados ao marco regulatório vigente, com desempenho inferior à meta de 75% em todas as modalidades (Bacharelado: 40%; Licenciatura: 18,18%; Tecnológico: 33,33%; EaD: 0%), refletindo o contexto de transição normativa e necessidade de aceleração dos fluxos de atualização.

Sobrecarga operacional associada ao elevado volume de processos seletivos, recredenciamento institucional e múltiplas avaliações de cursos, com impacto sobre a capacidade administrativa.

Necessidade de fortalecimento da integração sistêmica e da automação de processos acadêmicos para garantir maior eficiência e previsibilidade na gestão.

DESEMPENHO DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO

No âmbito do ensino básico, técnico e tecnológico, os indicadores concentram-se na permanência, na evasão, na retenção e no rendimento escolar, considerando as especificidades das modalidades presencial e a distância. A análise desses dados permite identificar padrões de integralização, riscos à permanência discente e a efetividade das ações de acompanhamento pedagógico e assistência estudantil. O quadro a seguir consolida as metas projetadas e os resultados executados no exercício de 2025.

INDICADORES DO OBJETIVO ESTRATÉGICO OE.12

		PROJETADO	EXECUTADO
OE.12.I4	Taxa de evasão dos cursos técnicos presenciais.	2025 CAVN: 16,19% CPT-ETS: 29%	2025 CAVN: 5,83% CPT-ETS: 24,47%
OE.12.I5	Taxa de evasão dos cursos técnicos EaD.	2025 CAVN: 21,81% CPT-ETS: 27,67%	2025 CAVN: 39,28% CPT-ETS: 63,81%
OE.12.I6	Taxa de evasão dos cursos técnicos FICs.	2025 CAVN: 34,58% CPT-ETS: 12,24%	2025 CAVN: 56,44% CPT-ETS: 4,00%
OE.12.I11	Taxa de retenção dos cursos técnicos presenciais.	2025 CAVN: 6,32% CPT-ETS: 18,91%	2025 CAVN: 16,31% CPT-ETS:2,51%
OE.12.I12	Taxa de retenção dos cursos técnicos EaD.	2025 CAVN: 4,15% CPT-ETS: 9,8%	2025 CAVN: 5,2% CPT-ETS: 0,85%
OE.12.I14	Taxa de Rendimento Escolar Aprovação na Educação Infantil e Ensino Fundamental I (TA).	2025 100%	2025 Ed. Infantil: 100% Fundamental I: 98,70%
OE.12.I15	Taxa de Componentes Curriculares com Alta Retenção – Graduação Presencial.	2025 Anos iniciais: 96% Ensino Médio: 76%	2025 *

Fonte: SEBTT.

* A nota do IDEB ainda não foi publicada, uma vez que o índice é calculado a partir dos resultados do SAEB, aplicado de forma bienal. Em 2025, a prova foi realizada, com mobilização das coordenações para sua organização, e os resultados serão divulgados em 2026. A expectativa institucional é de melhoria no desempenho em relação ao ciclo anterior.

PRINCIPAIS DESTAQUES

★ Redução da evasão nos cursos técnicos presenciais, especialmente no CAVN (5,83% < 16,19%).

★ Desempenho positivo do CPT-ETS presencial, com evasão inferior à meta (24,47% < 29%).

★ Redução expressiva da evasão nos FIC do CPT-ETS (4,00% < 12,24%).

★ Retenção abaixo da meta no CPT-ETS presencial (2,51% < 18,91%) e EaD (0,85% < 9,8%).

★ Aprovação de 100% na Educação Infantil e 98,70% no Ensino Fundamental I.

★ Consolidação de sistemas de monitoramento (SIGAA, SISTEC, Educacenso e Plataforma Nilo Peçanha).

★ Parceria com o Conselho Federal de Enfermagem no Programa Pós-Tec com a oferta de 10.000 vagas em 2025 para técnicos em enfermagem em todo o Brasil..

PRINCIPAIS DESAFIOS

Evasão significativamente acima da meta na modalidade EaD, tanto no CAVN (39,28% frente a 21,81%) quanto no CPT-ETS (63,81% frente a 27,67%), caracterizando desafio estrutural de permanência nessa modalidade.

Evasão acima da meta nos cursos FIC do CAVN (56,44% frente a 34,58%), demandando revisão das estratégias de acompanhamento e dos parâmetros de meta.

Retenção acima da meta no CAVN presencial e EaD, indicando necessidade de ações voltadas à integralização no tempo regular.

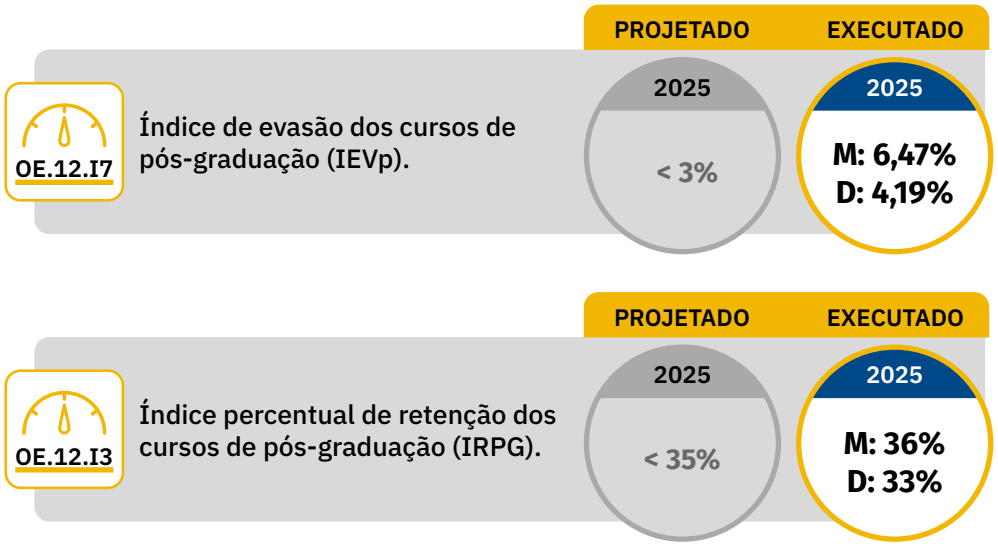
Limitações de infraestrutura física e necessidade de recomposição de equipes de assistência estudantil e atendimento educacional especializado, com impacto potencial na permanência discente.

Necessidade de consolidação de estratégias institucionais de busca ativa e acompanhamento nos semestres iniciais, especialmente na EaD.

DESEMPENHO DA PÓS-GRADUAÇÃO

Na pós-graduação, os indicadores priorizam a análise da evasão e da retenção, com foco na permanência qualificada e na conclusão no tempo regulamentar, elementos diretamente associados à avaliação da CAPES e ao posicionamento institucional no cenário nacional. Os resultados apresentados no quadro a seguir refletem o desempenho parcial do exercício de 2025, considerando que parte das defesas e desligamentos ainda será consolidada até março de 2026.

INDICADORES DO OBJETIVO ESTRATÉGICO OE.12



ESTRUTURA DA PÓS-GRADUAÇÃO (2024–2025)

CURSOS	2024	2025
Doutorados acadêmicos	43	39
Doutorados profissionais	2	3
Mestrados acadêmicos	59	59
Mestrados profissionais	16	17
Especializações	9	23
Residências médicas	17	22
Residências não médicas	5	5

Fonte: PRPG.

PRINCIPAIS DESTAQUES

★ 28 programas consolidados e nove com nível de excelência (notas 6 ou 7).

★ Redução de aproximadamente 50% dos programas com nota 3 e ampliação de 18,5% dos programas com nota 4 em relação a 2020.

★ Expansão das especializações (9 → 23) e de aprovação da ampliação das residências médicas (17 --> 22), cujos novos programas entrarão em vigor a partir de 2026.

★ Aprovação de projetos institucionais da CAPES e CNPq, como o Projeto BRICS NU (Eixo Saúde) e o Programa Institucional de Bolsas de Pós-Graduação - PIBPG Ciclo 2025 e 2026.

PRINCIPAIS DESAFIOS

(Pós-Graduação)

- Evasão acima da meta institucional (<3%), tanto no Mestrado (6,47%) quanto no Doutorado (4,19%), indicando desempenho inferior ao parâmetro institucional de permanência.

- Retenção ligeiramente acima da meta no Mestrado (36% frente ao parâmetro <35%), com impacto na conclusão dentro do prazo regulamentar.

- Insuficiência de bolsas e vulnerabilidade socioeconômica de parte dos discentes, comprometendo a sustentabilidade da trajetória acadêmica e gerando riscos de evasão ou prolongamento do tempo de integralização.

- Necessidade de fortalecer o apoio psicossocial estruturado, diante de impactos associados à saúde física e mental que influenciam a permanência e o desempenho acadêmico.

- Fragilidade na sistematização de dados para identificação tempestiva de riscos de evasão e atraso na conclusão, limitando intervenções preventivas baseadas em evidências.

Os resultados de 2025 orientam a gestão acadêmica para um ciclo de consolidação da permanência qualificada, fortalecimento da governança regulatória e ampliação da eficiência acadêmica nos três níveis de ensino.

Na Graduação, a prioridade estratégica concentra-se na redução estrutural da evasão nos cursos tecnológicos e na modalidade EaD, na mitigação da retenção em licenciaturas e tecnológicos presenciais e na aceleração do alinhamento dos PPCs ao marco regulatório vigente. Também se orienta o fortalecimento da automação de fluxos acadêmicos e da integração sistêmica, ampliando a capacidade preditiva do monitoramento da trajetória discente e a eficiência administrativa.

No âmbito do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), a estratégia prioriza o enfrentamento da evasão na modalidade EaD, a revisão dos parâmetros de metas dos cursos FIC, o fortalecimento das ações de acompanhamento nos semestres iniciais e a recomposição das equipes de assistência estudantil e de atendimento especializado. Busca-se consolidar uma política estruturada de permanência, com monitoramento contínuo e intervenções preventivas baseadas em evidências.

Na Pós-Graduação, a gestão orienta-se à redução da evasão acima da projeção institucional, ao controle da retenção no mestrado e ao fortalecimento das políticas de fomento, especialmente por meio da ampliação de bolsas e da estruturação de apoio psicossocial aos discentes. Destaca-se, ainda, a necessidade de consolidação de sistemas de monitoramento acadêmico que permitam a identificação tempestiva de riscos de atraso ou desligamento.

De forma integrada, o direcionamento estratégico prioriza a consolidação de um modelo de governança acadêmica orientado por dados, com articulação entre permanência, qualidade regulatória e sustentabilidade orçamentária. O foco institucional permanece na ampliação da conclusão com êxito, na melhoria contínua dos indicadores de desempenho e na geração de valor público por meio da oferta de formação qualificada, inclusiva e socialmente relevante.

A estratégia institucional relacionada ao desempenho acadêmico deve incorporar a gestão de riscos acadêmicos como eixo transversal, com monitoramento contínuo de evasão, retenção e integralização, visando maior previsibilidade orçamentária e eficiência na alocação de recursos.

4.2.3. Extensão, arte e cultura

Esta dimensão avalia os resultados associados ao Objetivo Estratégico 13 do PDI, voltado ao fortalecimento da extensão universitária, da arte e da cultura, considerando seu papel na formação acadêmica, na interação com a sociedade e na promoção do desenvolvimento social, cultural e territorial.

Em 2025, os resultados evidenciam avanços relevantes na participação discente, na produção extensionista, na capilaridade das ações e na consolidação institucional da extensão. Observa-se superação de metas relacionadas ao número de ações, à produção extensionista e ao envolvimento estudantil. Permanecem, contudo, desafios estruturais significativos relacionados ao financiamento, à manutenção e gestão dos equipamentos culturais, à curricularização da extensão, à participação docente e técnico-administrativa, bem como à capacidade operacional e informacional para monitoramento e avaliação das ações.

INDICADORES DO OBJETIVO ESTRATÉGICO OE.13

		PROJETADO 2025	EXECUTADO 2025
OE.13.I1	Percentual de recursos orçamentários destinado ao financiamento da extensão universitária.	4,8%	4,2%
OE.13.I2	Taxa de estudantes envolvidos em extensão.	35%	35,81%
OE.13.I3	Taxa de docentes envolvidos em extensão.	82,65%	69,01%
OE.13.I4	Taxa de técnicos administrativos envolvidos em extensão.	23,41%	22,5%
OE.13.I5	Número de produtos oriundos das ações de extensão universitária.	3.028	3.272
OE.13.I6	Número de ações de extensão por modalidades (programa + projeto + curso/oficina + evento + prestação de serviços).	2.201	2.537

Fonte: Proex.

	PROJETADO	EXECUTADO
OE.13.I7 Taxa de curricularização da extensão universitária (Bacharelado, Licenciatura, Tecnológico e EaD).	2025: 75%	2025: Bacharelado: 31,65%; Licenciatura: 14,63%; Tecnológico: 66,67%; EaD: 10%
OE.13.I8 Percentual de Empresas Juniores em relação ao total de cursos de graduação.	2025: 27%	2025: 28,23%
OE.13.I9 Percentual de recursos orçamentários destinados ao financiamento da Política de Arte e da Cultura da UFPB.	2025: 0,6%	2025: 0,06%
OE.13.I10 Número de Planos Museológicos e de Planos de gestão de coleções e acervos implantados.	2025: 3	2025: 3

Fonte: Proex.



PRINCIPAIS DESTAQUES

★ Expansão das ações de extensão, com 2.537 ações registradas (meta: 2.201), evidenciando fortalecimento da interação universidade–sociedade.

★ Crescimento da produção extensionista, com 3.272 produtos oriundos das ações (meta: 3.028), ampliando impacto acadêmico e social.

★ Superação da meta de participação discente, com 35,81% dos estudantes envolvidos (meta: 35%), reforçando a integração entre ensino, pesquisa e extensão.

★ Fortalecimento da política de bolsas de extensão, com 1.035 bolsas concedidas, ampliando acesso estudantil e contribuindo para permanência acadêmica.

★ Capilaridade territorial ampliada, com 147 municípios da Paraíba atendidos por ações extensionistas.

★ Internacionalização da extensão, com 137 ações registradas, ampliando o diálogo acadêmico e social em contextos internacionais.

★ Mobilização institucional no XXVI Encontro de Extensão, com 1.270 trabalhos apresentados e publicação dos respectivos Anais.

★ Captação de aproximadamente R$ 2 milhões para implantação do Observatório e da metodologia em Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS), fortalecendo ações estruturantes na área da saúde.

★ Superação da meta de Empresas Juniores, alcançando 28,23% frente à meta de 27%, evidenciando fortalecimento do empreendedorismo acadêmico.

★ Cumprimento da meta de planos museológicos, com três planos implantados, consolidando a política institucional de museus e acervos.

★ Capacitação de cerca de 8.500 profissionais da educação no âmbito do CE-CAMPE-NE, projeto de extensão universitária da UFPB em parceria com o FNDE voltado ao fortalecimento do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), alcançando mais de 4.000 escolas em mais de 1.000 municípios da Região Nordeste.

PRINCIPAIS DESAFIOS

Financiamento abaixo da meta para extensão, com 4,2% frente a 4,8% previstos, e especialmente crítico para arte e cultura, com 0,06% frente à meta de 0,6%, indicando limitação significativa de aporte orçamentário.

Participação docente (69,01%) vinha sendo superestimada, a partir de registros que apresentavam duplicidade de cadastros, evidenciando a necessidade de se rever a meta projetada.

Participação técnico-administrativa (22,5%), inferior à meta projetada, demandando estratégia de engajamento junto ao segmento.

Baixa taxa de curricularização da extensão, com 31,65% frente à meta de 75%, representando o principal desafio estrutural da dimensão.

Limitações operacionais e de infraestrutura, relacionadas à insuficiência de pessoal técnico especializado e à capacidade de apoio à elaboração e gestão de projetos extensionistas.

Fragilidades nos sistemas de informação, que ainda não refletem integralmente a dimensão real das ações, dificultando o monitoramento, avaliação e transparência ativa.

Os resultados de 2025 indicam consolidação quantitativa da extensão universitária, da arte e da cultura, demandando fortalecimento estrutural e qualitativo das políticas institucionais. A gestão deve estruturar de um Plano Institucional de Fortalecimento da Extensão, Arte e Cultura, com metas plurianuais, definição de responsabilidades por unidade acadêmica e cronograma de aceleração da curricularização, assegurando alinhamento ao PDI e previsibilidade na execução.

No eixo do financiamento, prioriza-se a recomposição gradual do percentual orçamentário destinado à extensão e à política de arte e cultura, com diversificação de fontes, captação extraorçamentária e articulação com editais externos, mitigando riscos de descontinuidade das ações estruturantes.

Quanto à curricularização, a estratégia concentra-se na integração progressiva da extensão aos Projetos Pedagógicos de Curso, com apoio técnico às coordenações, estabelecimento de marcos intermediários de implementação e monitoramento periódico por centro acadêmico.

No âmbito da governança informacional, prioriza-se a qualificação e integração dos sistemas de registro e monitoramento, assegurando padronização, rastreabilidade e transparência ativa dos indicadores, reduzindo riscos de subnotificação e fortalecendo a avaliação baseada em evidências.

Para ampliar o engajamento docente e técnico-administrativo, a gestão orienta-se à criação de incentivos institucionais e ao reconhecimento formal das atividades extensionistas, promovendo maior equilíbrio entre ensino, pesquisa e extensão.

De forma transversal, a extensão, arte e cultura devem incorporar a lógica de gestão de riscos institucionais, com monitoramento contínuo da sustentabilidade financeira, da capacidade operacional e da efetividade social das ações, assegurando geração consistente de valor público e impacto territorial ampliado.

4.2.4. Pesquisa e inovação tecnológica

Em 2025, a UFPB apresentou desempenho positivo na ampliação da iniciação científica, na expansão do fomento à pesquisa e no fortalecimento das parcerias em inovação tecnológica. Observa-se superação das metas relacionadas ao envolvimento discente, ao número de bolsas e aos acordos de inovação, além da mobilização de aproximadamente R$ 123,4 milhões em recursos para infraestrutura e fomento científico. Persistem, contudo, desafios relacionados à produção científica em periódicos, à redução da base estruturante da pesquisa e ao número de empresas incubadas, bem como à atualização dos currículos Lattes, com impactos potenciais na consolidação dos indicadores institucionais.

No PDI 2024–2028, a Pesquisa e Inovação Científica e Tecnológica está vinculada ao Objetivo Estratégico 14 – Incentivar a pesquisa e a inovação científica e tecnológica. Os indicadores apresentados a seguir permitem monitorar o desempenho institucional no fortalecimento da formação científica, na ampliação da produção acadêmica, na captação de recursos e na consolidação do ecossistema de inovação.

INDICADORES DO OBJETIVO ESTRATÉGICO OE.14

		PROJETADO	EXECUTADO
		2025	2025
OE.14.I1	Envolvimento dos alunos de graduação com a iniciação científica (EIC).	1.942	2.139
OE.14.I2	Número de bolsas dos programas acadêmicos de pesquisa (NBA--Pesquisa).	1.354	1.358
OE.14.I3	Número de documentos publicados em periódicos*.	3.517	3.066
OE.14.I4	Número de acordos de parcerias envolvendo projetos de inovação tecnológica.	19	24
OE.14.I5	Número de empresas com base tecnológica incubadas.	12	7

* Extrator Lattes

Fonte: Propesq e Inova.

DADOS GERAIS SOBRE A PESQUISA NA UFPB NO PERÍODO 2024-2025

VARIÁVEIS	2024	2025
Bolsa de iniciação científica (UFPB)	635	651
Bolsa de iniciação científica (CNPq)	663	663
Bolsa de iniciação científica (Fapesq)	50	44
Projeto de pesquisa no Sigaa	1.122	1203
Número de Grupos de pesquisa certificados pelo CNPq	554	529
Número de linhas de pesquisa	1.919	1.822
Docentes envolvidos com pesquisa	3.939	3.728
Técnicos envolvidos com pesquisa	301	283
Estudantes envolvidos com pesquisa	5.501	5.604
Colaboradores estrangeiros envolvidos com pesquisa	139	129

Fonte: Propesq.



PRINCIPAIS DESTAQUES

★ Superação da meta de envolvimento discente em iniciação científica, com 2.139 estudantes frente à meta de 1.942, fortalecendo a formação científica na graduação.

★ Ampliação do número de bolsas de pesquisa, alcançando 1.418 bolsas (meta: 1.354), impulsionada pela captação de recursos externos (44 cotas adicionais via Edital FAPESQ nº 49/2025) e pelo aporte da Reitoria (19 bolsas próprias), evidenciando a diversificação de fontes de financiamento.

★ Mobilização de aproximadamente R$ 123,4 milhões em recursos para pesquisa, incluindo:

- ★ R$ 2,52 milhões (Pró-Equipamentos/CAPES);
- ★ R$ 2,7 milhões (Chamada FINEP – Manutenção);
- ★ 20 parcerias com a FINEP, totalizando R$ 117,78 milhões.

★ Superação da meta de acordos de inovação tecnológica, com 24 parcerias formalizadas (meta: 19), evidenciando a consolidação da cultura de inovação aberta.

★ 77 depósitos de pedidos de patentes e de registros tecnológicos nacionais, fortalecendo a proteção da propriedade intelectual.

★ Crescimento do número de projetos cadastrados no SIGAA (1.122 → 1.203) e do total de estudantes envolvidos em pesquisa (5.501 → 5.604).

★ Implementação de instrumentos de governança e monitoramento (Sistema de Acompanhamento de Egressos – SAEGO, Sistema Tarrafa e Sistema de Inteligência de Dados em Ciência e Tecnologia – SIDTec), ampliando a transparência e o acompanhamento da produção científica.

PRINCIPAIS DESAFIOS

Produção científica abaixo da meta estabelecida, com 3.066 documentos publicados frente à meta de 3.517, resultado que pode ter sido influenciado pela desatualização de 49,6% dos currículos Lattes há mais de três meses.

Número de empresas incubadas abaixo da meta (7, frente a 12), exigindo a regularização de iniciativas informais e a revisão metodológica da série histórica utilizada na definição das metas.

Redução da base estruturante da pesquisa, evidenciada pela diminuição no número de grupos certificados (554 → 529), linhas de pesquisa (1.919 → 1.822), docentes envolvidos (3.939 → 3.728), técnicos envolvidos (301 → 283) e colaboradores estrangeiros (139 → 129).

Necessidade de institucionalizar a atualização sistemática do Currículo Lattes como instrumento estratégico de monitoramento, avaliação e confiabilidade dos dados institucionais.

Os resultados de 2025 orientam a gestão para a consolidação de um modelo integrado de governança da pesquisa e da inovação, com foco na sustentabilidade do fomento, na ampliação da produção científica qualificada e no fortalecimento da base estruturante da atividade científica.

No eixo da produção científica, a prioridade estratégica concentra-se na recomposição do desempenho frente à meta institucional de publicações, por meio do estímulo à atualização sistemática do Currículo Lattes, da qualificação das estratégias de monitoramento e da consolidação de métricas complementares que reduzam o risco de subnotificação. A atualização periódica dos currículos passa a ser tratada como um instrumento estratégico de governança e de confiabilidade dos dados institucionais.

No âmbito da estrutura da pesquisa, a gestão orienta-se à reversão da redução observada no número de grupos certificados, de linhas de pesquisa e de docentes envolvidos, promovendo ações de estímulo à certificação de novos grupos, à consolidação de linhas estratégicas e à ampliação da participação de pesquisadores em projetos estruturantes. Busca-se assegurar a continuidade e a robustez da base científica institucional.

Quanto ao fomento, a estratégia prioriza a manutenção da política de diversificação das fontes de financiamento e a ampliação da captação de recursos externos, garantindo previsibilidade orçamentária, modernização da infraestrutura e sustentabilidade da iniciação científica e da pós-graduação.

No campo da inovação tecnológica, a prioridade concentra-se na regularização das iniciativas incubadas informalmente, na revisão técnica das metas institucionais com base na série histórica consolidada e no fortalecimento da cultura de proteção da propriedade intelectual, ampliando a formalização de parcerias e a inserção no ecossistema de inovação.

De forma transversal, a gestão deve incorporar a gestão de riscos científicos e tecnológicos, com monitoramento contínuo da produção, da base de pesquisadores e da formalização de iniciativas inovadoras, assegurando maior previsibilidade, integridade dos dados e geração sustentável de valor público.

4.2.5. Internacionalização

Em 2025, a UFPB apresentou expansão expressiva das ações de internacionalização no ensino, na pesquisa, na extensão, na inovação e na gestão universitária. Observa-se superação significativa das metas relacionadas à mobilidade acadêmica, à celebração de acordos internacionais, às ações de internacionalização da extensão e à produção científica em bases internacionais. Persistem, contudo, desafios relacionados à formalização de uma política institucional estruturada, ao aprimoramento do monitoramento sistemático das ações e ao fortalecimento do apoio à permanência de estudantes em mobilidade internacional.

No PDI 2024–2028, a internacionalização está vinculada ao Objetivo Estratégico 15 – Consolidar e ampliar as ações de internacionalização. Os indicadores apresentados a seguir permitem monitorar o desempenho institucional quanto à inserção internacional, à cooperação acadêmica e à visibilidade científica global.

INDICADORES DO OBJETIVO ESTRATÉGICO OE.15

		PROJETADO 2025	EXECUTADO 2025
OE.15.I1	Número de estudantes em mobilidade internacional na graduação (incoming e outgoing).	55	165
OE.15.I2	Número de novos acordos/convênios com instituições estrangeiras.	20	60
OE.15.I3	Número de ações de internacionalização da extensão universitária.	67	137
OE.15.I4	Número de artigos publicados em periódicos indexados em bases internacionais*.	1.153	2.157
OE.15.I5	Número de estudantes assistidos pela PRAPE em programas de intercâmbio acadêmico.	5	9

* Bases internacionais consultadas: Clrivate, Scopus, SJR, Publimed e Eric.

Fonte: ACI, Proex, Propesq e Prape

PRINCIPAIS DESTAQUES

★ Expansão expressiva da mobilidade internacional, com 165 estudantes (meta: 55), indicando ampliação da inserção acadêmica global e intensificação dos fluxos incoming e outgoing.

★ Fortalecimento das parcerias internacionais, com 60 novos acordos e convênios firmados (meta: 20), além de cartas de intenção e convênios de cotutela para doutorado, ampliando a cooperação científica e acadêmica.

★ Ampliação das ações de internacionalização da extensão, totalizando 137 ações (meta: 67), refletindo maior integração intercultural e engajamento da comunidade acadêmica.

★ Produção científica com elevada inserção internacional, com 2.157 artigos publicados em periódicos indexados em bases internacionais (meta: 1.153), reforçando a visibilidade e a reputação acadêmica da UFPB.

★ Apoio assistencial à mobilidade internacional, com atendimento a 9 estudantes, viabilizado pelo aprimoramento dos fluxos de concessão de auxílios e pela priorização de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

★ Ampliação do diálogo e da cooperação internacional, com relações institucionais estabelecidas com mais de 40 países ao longo de 2025.

PRINCIPAIS DESAFIOS

- Ausência de política institucional formalizada de internacionalização, com diretrizes consolidadas, metas plurianuais e indicadores integrados ao PDI, o que limita a padronização e o acompanhamento estruturado das ações.

- Necessidade de aprimoramento dos mecanismos de monitoramento e avaliação, diante do crescimento expressivo dos indicadores, para assegurar rastreabilidade, integridade dos dados e qualidade das parcerias.

- Dependência de iniciativas pontuais e projetos específicos, reforçando a necessidade de institucionalização e sustentabilidade das ações no médio e longo prazos.

- Necessidade de consolidação de painel institucional de dados sobre internacionalização, garantindo transparência ativa e integração sistêmica das informações.

Os resultados de 2025 evidenciam consolidação quantitativa da internacionalização, exigindo agora avanço qualitativo e institucionalização estruturada das ações.

A gestão orienta-se à formalização de uma Política Institucional de Internacionalização, com definição de diretrizes, metas plurianuais, critérios de priorização geográfica e temática e indicadores de desempenho integrados ao PDI, assegurando coerência estratégica e sustentabilidade no médio e longo prazos.

No eixo da governança e monitoramento, prioriza-se a implantação do Observatório de Dados de Internacionalização, com consolidação de bases informacionais padronizadas, rastreabilidade dos indicadores, integração com sistemas institucionais e transparência ativa dos resultados, reduzindo riscos de inconsistência e subnotificação.

Quanto à mobilidade acadêmica, a estratégia concentra-se no fortalecimento dos instrumentos de apoio financeiro e assistencial, com planejamento orçamentário específico para estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, assegurando equidade no acesso às oportunidades internacionais e mitigação de riscos de evasão ou interrupção de intercâmbio.

No âmbito das parcerias internacionais, busca-se qualificar os acordos firmados, priorizando cooperações com impacto efetivo em pesquisa, inovação, cotutela e dupla diplomação, evitando dispersão de esforços e garantindo retorno acadêmico mensurável.

De forma transversal, a internacionalização deve continuar aprimorando seus processos de planejamento e acompanhamento, com atenção à continuidade das ações e à disponibilidade de recursos, visando maior estabilidade e qualificação da inserção internacional da UFPB.

4.2.6. Assistência estudantil e inclusão social

Esta dimensão analisa os resultados associados ao Objetivo Estratégico 16 – Fortalecer a permanência acadêmica e a inclusão social, considerando as ações de assistência estudantil e de acessibilidade desenvolvidas pela Universidade.

Em 2025, os resultados evidenciam uma ampliação expressiva do alcance da política de assistência estudantil, tanto na graduação quanto na pós-graduação, com impacto direto no atendimento a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Foram concedidos 10.322 auxílios, superando a meta projetada de 8.824. Observa-se, contudo, que a expansão quantitativa dos benefícios não se refletiu proporcionalmente na melhoria dos indicadores de permanência e de sucesso acadêmico, permanecendo desafios relacionados à evasão, à sustentabilidade orçamentária, à capacidade institucional de acompanhamento pedagógico e ao fortalecimento das ações de inclusão.

No PDI 2024–2028, esta dimensão está vinculada ao Objetivo Estratégico 16 – Fortalecer a permanência acadêmica e a inclusão social, sendo seus indicadores instrumentos centrais para monitoramento da equidade e da sustentabilidade acadêmica institucional.

INDICADORES DO OBJETIVO ESTRATÉGICO OE.16

		PROJETADO 2025	EXECUTADO 2025
OE.16.I1	Número de auxílios concedidos na Assistência Estudantil para discentes da graduação.	8.824	10.322
OE.16.I2	Número total de discentes da pós-graduação atendidos pelos programas de assistência estudantil.	21	62
OE.16.I3	Taxa de Estudantes com Deficiência ou com Necessidades Educacionais Específicas - NEE com status “em atendimento” pelo CIA.	20%	17,8%
OE.16.I4	Número de participantes nos cursos de formação e capacitação em inclusão e acessibilidade.	665	503

Fonte: Prape e CIA

INDICADORES DO OBJETIVO ESTRATÉGICO OE.16

	PROJETADO	EXECUTADO
OE.16.I5 Número de estudantes apoiadores.	2025: 337	2025: 283
OE.16.I6 Taxa de retenção dos estudantes beneficiados com ações de Assistência Estudantil.	2025: 31,16%	2025: 43%
OE.16.I7 Taxa de evasão dos estudantes beneficiados com ações de Assistência Estudantil.	2025: 10,84%	2025: 23%
OE.16.I8 Taxa de sucesso da graduação dos estudantes beneficiados com ações de Assistência Estudantil.	2025: 37,08%	2025: 34%

Fonte: Prape e CIA



A execução da política de assistência estudantil em 2025 evidencia sua centralidade como instrumento de permanência acadêmica. O total de 10.322 auxílios concedidos representa uma ampliação em relação a 2024 (9.311), consolidando a expansão do atendimento institucional.

Destaca-se o crescimento do acesso ao Restaurante Universitário com subsídio total, que passou de 3.787 beneficiários em 2024 para 4.738 em 2025, o que corresponde a um aumento de 25% e indica maior demanda por políticas estruturantes de alimentação estudantil. Observa-se também uma ampliação expressiva da frequência ao Restaurante Universitário com subsídio parcial, refletindo a diversificação das modalidades de apoio e a ampliação do acesso de estudantes da graduação e da pós-graduação.

Houve aumento no número de beneficiários da Residência Universitária (523 → 622) e na ampliação do auxílio-alimentação (593 → 711). Observa-se, ainda, redução do número de beneficiários do apoio emergencial (19 → 7), associada à ampliação da cobertura assistencial por meio de alimentação e moradia por meio de editais simplificados, indicando maior estruturalidade da política.

Os dados reforçam a necessidade de planejamento orçamentário contínuo e de monitoramento sistemático das ações e serviços da política de assistência estudantil, diante da ampliação progressiva da demanda e da diversificação das modalidades de apoio.

ANÁLISE DA EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

		BENEFICIÁRIOS	
	VARIÁVEIS	2024	2025
	Residência universitária	523	622
	Restaurante universitário	3.787	4.738
	Auxílio alimentação	593	711
	Auxílio creche	120	120
	Auxílio moradia	2.256	2.117
	Auxílio transporte	1.626	1.626
	Apoio emergencial	19	7
	Bolsa permanência	358	348
	Apoio a eventos	29	33
	TOTAL	9.311	10.322

Fonte: Prape.

PRINCIPAIS DESTAQUES

★ Elevado alcance da política de assistência estudantil, com 10.322 auxílios concedidos, assegurando atendimento a contingente expressivo de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica.

★ Expansão significativa da assistência na pós-graduação, com 62 estudantes atendidos frente à meta de 21, ampliando a cobertura historicamente concentrada na graduação.

★ Crescimento de 25% no subsídio integral do Restaurante Universitário, fortalecendo a política estruturante de alimentação.

★ Expansão de 2.435% na frequência ao RU com subsídio parcial, ampliando modalidades de acesso e capilaridade da política.

★ Aporte extraordinário da Reitoria (R$ 402.260,90) para ampliar o subsídio em 60% no RU, reforçando o compromisso institucional.

★ Desenvolvimento do MAAPE, consolidando a governança baseada em dados e a avaliação de impacto.

PRINCIPAIS DESAFIOS

Evasão significativamente superior à meta, com 23% frente a 10,84%, o que representa o principal risco acadêmico da dimensão. Ressalta-se que os estudantes beneficiados apresentam maior vulnerabilidade socioeconômica, o que pode influenciar os indicadores de evasão, exigindo análise comparativa com a taxa geral da graduação.

Taxa de sucesso inferior ao projetado, com 34% frente à meta de 37,08%, o que indica necessidade de maior integração entre assistência e acompanhamento acadêmico.

Retenção acima do parâmetro previsto (43%), o que sugere prolongamento da trajetória acadêmica.

Atendimento pelo CIA abaixo da meta (17,8% frente a 20%), o que indica necessidade de ampliação da cobertura inclusiva.

Participação inferior ao projetado na formação em inclusão (503 frente a 665), o que limita a disseminação da cultura inclusiva.

Pressão orçamentária crescente, diante da ampliação da demanda e da expansão dos benefícios alimentares e habitacionais.

Limitações estruturais e de pessoal, que impactam a capacidade de acompanhamento pedagógico e psicossocial individualizado.

Fortalecimento da política de inclusão, diante do não atingimento da meta de estudantes apoiadores do CIA (283 realizados frente a 337 previstos), demandando ampliação das ações do programa.

Os resultados revelam a expansão quantitativa da assistência estudantil, o que demanda fortalecimento qualitativo, integração acadêmica e sustentabilidade estrutural.

A gestão orienta-se à implementação de um Plano de Sustentabilidade da Assistência Estudantil, com projeção orçamentária plurianual, análise das tendências da demanda e definição de critérios técnicos de priorização, assegurando o equilíbrio entre a ampliação do atendimento e a capacidade financeira institucional.

No eixo acadêmico, prioriza-se a integração estruturada entre a assistência estudantil e o acompanhamento pedagógico, com monitoramento contínuo dos indicadores de evasão (23%), retenção (43%) e sucesso acadêmico (34%), o que permite intervenções preventivas baseadas em evidências.

Quanto à inclusão, a estratégia concentra-se na ampliação da cobertura do CIA, na qualificação das ações formativas e na consolidação de fluxos institucionais integrados de atendimento.

No âmbito da governança informacional, o MAAPE será consolidado como instrumento estratégico de avaliação de impacto, integrado aos sistemas acadêmicos, permitindo a correlação entre os benefícios concedidos e o desempenho acadêmico.

A política de assistência estudantil deve incorporar a lógica de gestão de riscos sociais e acadêmicos, assegurando a sustentabilidade financeira, a efetividade das ações e a geração consistente de valor público, com foco na equidade e na permanência qualificada. Também deve ser articulada de forma integrada ao modelo institucional de monitoramento acadêmico previsto no OE.12, assegurando alinhamento entre indicadores de permanência, evasão e sucesso acadêmico.

4.3 Aprendizado e crescimento

A perspectiva de Aprendizado e Crescimento contempla os elementos estruturantes que sustentam o desempenho institucional, abrangendo gestão de pessoas, comunicação, infraestrutura, sustentabilidade, segurança e tecnologia da informação.

No PDI 2024–2028, essa perspectiva é operacionalizada por meio dos seguintes objetivos estratégicos:

OE.03	Promover capacitação e qualificação dos servidores com destaque para as áreas estratégicas.	4, 8
OE.04	Dimensionar, estruturar e otimizar o quadro de servidores.	4, 16
OE.05	Promover a qualidade de vida, saúde e segurança do trabalho.	3, 8
OE.06	Modernizar e adequar a infraestrutura física.	9
OE.07	Ampliar as ações de comunicação institucional.	4, 8, 16
OE.08	Promover eficiência energética, uso sustentável dos recursos e tratamento adequado dos resíduos.	7, 12
OE.09	Prover a segurança das pessoas e do patrimônio.	11, 16
OE.10	Assegurar a prestação de serviços de TI de qualidade.	9, 16

3 SAÚDE E BEM-ESTAR
4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
7 ENERGIA LIMPA E ACESÍVEL
8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO
9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFGRAESTRUTURA
11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS
12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS
16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

4.3.1. Gestão de Pessoas

Em 2025, a gestão de pessoas da Universidade Federal da Paraíba, coordenada pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP), desenvolveu suas atividades em conformidade com a legislação vigente e os normativos aplicáveis, com ênfase no desenvolvimento de competências, na qualificação da força de trabalho, no dimensionamento de pessoal e na promoção da saúde ocupacional, em alinhamento aos Objetivos Estratégicos OE.03, OE.04 e OE.05 do PDI.

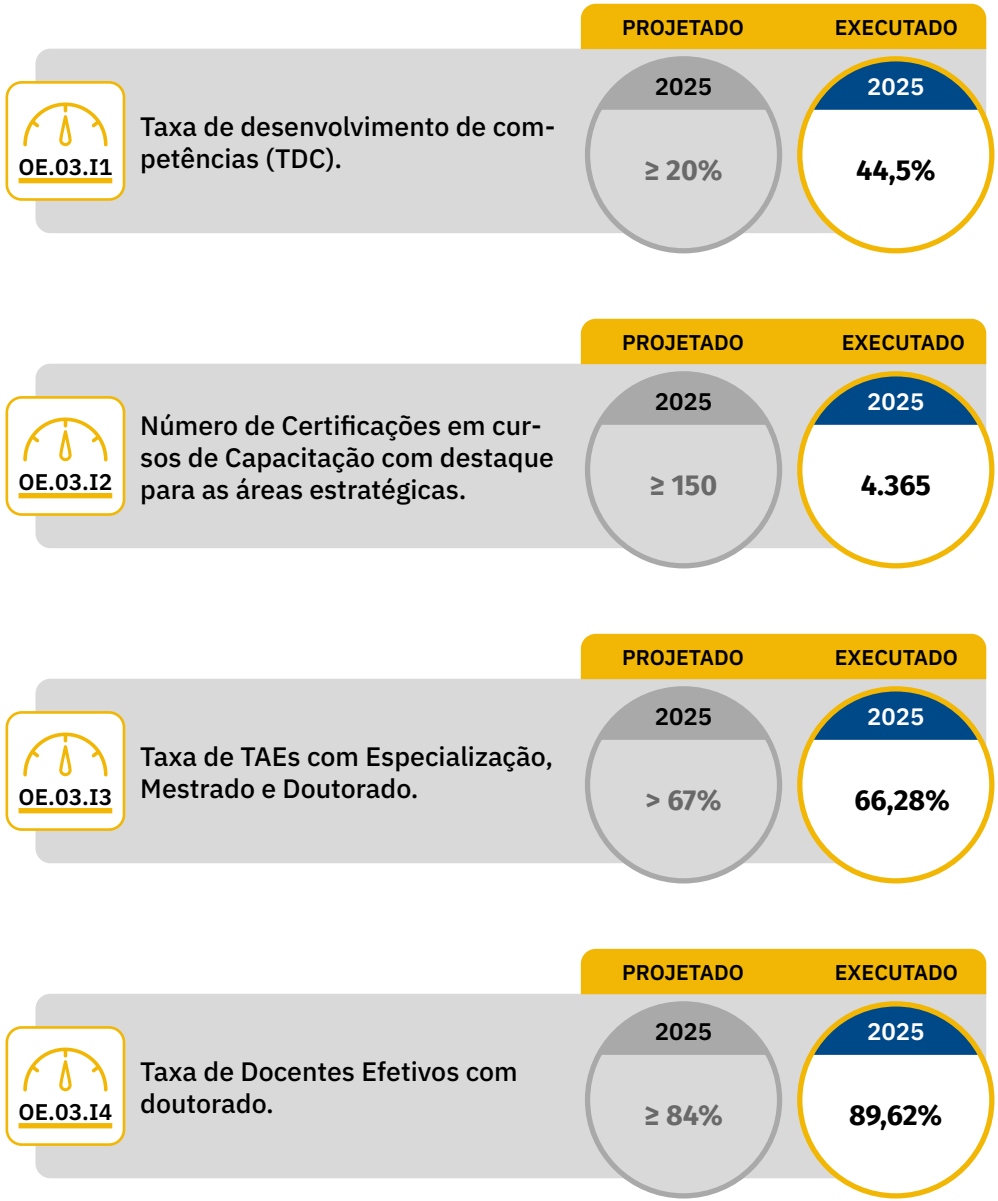
OE.03.Promover capacitação e qualificação dos servidores com destaque para as áreas estratégicas;

OE.04.Dimensionar, estruturar e otimizar o quadro de servidores; e

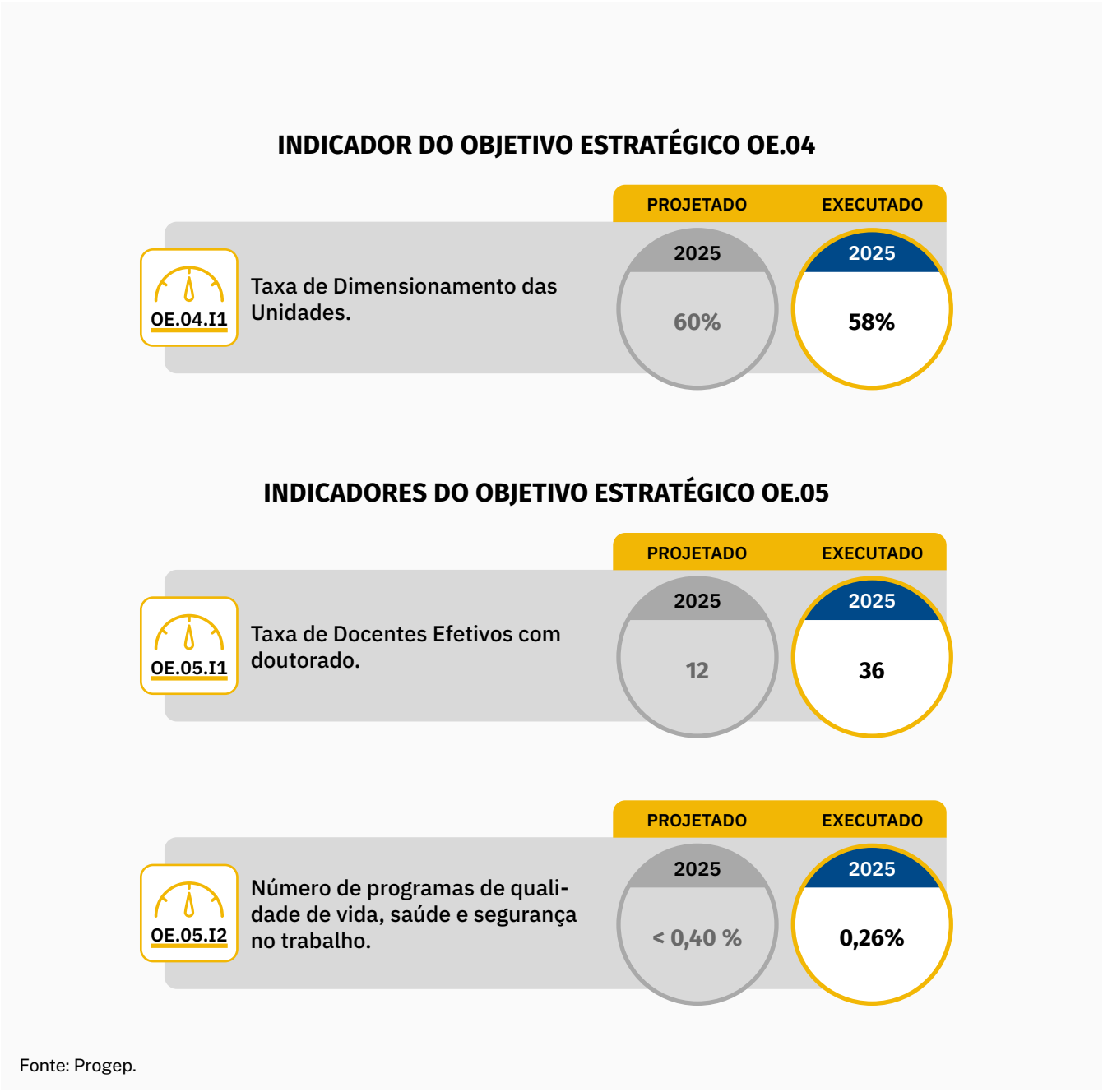
OE.05.Promover a qualidade de vida, saúde e segurança do trabalho.

Observa-se que quatro dos sete indicadores estratégicos superaram as metas estabelecidas, dois ficaram próximos do valor projetado e um permaneceu abaixo do patamar esperado.

INDICADORES DO OBJETIVO ESTRATÉGICO OE.03



Fonte: Progep.



Fonte: Progep.

Os resultados indicam desempenho positivo, com superação das metas nos indicadores de capacitação e desenvolvimento, evidenciada pelo registro de 4.365 certificações e pela Taxa de Desenvolvimento de Competências de 44,5%. Também se observa avanço nas ações de qualidade de vida, com a execução de 36 programas e taxa de absenteísmo de 0,26%, abaixo do limite estabelecido. No dimensionamento da força de trabalho, foi alcançado o percentual de 58% das unidades contempladas, resultado próximo ao valor projetado, enquanto a qualificação formal dos técnicos-administrativos permaneceu abaixo da meta definida, indicando a necessidade de continuidade das ações de incentivo à formação.

Persistem, contudo, desafios estruturais relacionados à sustentabilidade da despesa de pessoal, que totalizou R$ 2,19 bilhões em 2025, associados também ao progressivo envelhecimento do quadro funcional e à elevada participação de aposentados e pensionistas, que representam 51,3% dos vínculos institucionais. Esses fatores indicam a necessidade de planejamento contínuo e seletivo da reposição de pessoal, em articulação com a sustentabilidade fiscal, bem como do fortalecimento dos instrumentos de governança da gestão de pessoas, de modo a assegurar a continuidade e a capacidade institucional no médio e longo prazos.

CONFORMIDADE LEGAL E MECANISMOS DE CONTROLE

A gestão de pessoas da UFPB observou, em 2025 e em conformidade com as práticas institucionais já adotadas em períodos anteriores, a legislação federal aplicável ao Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC), as normas expedidas pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e os normativos internos da Universidade. Os processos de ingresso, progressão, promoção, alteração de regime de trabalho, contratação temporária e concessão de benefícios foram executados com base em atos normativos formais e submetidos a mecanismos de controle administrativo.

Como instrumentos de conformidade e controle, destacam-se o uso dos sistemas corporativos oficiais (SIAPE, SouGov e DW-SIAPE), a adoção de fluxos padronizados, checklists de legalidade, análise prévia de acumulação de cargos e monitoramento contínuo da folha de pagamento, assegurando rastreabilidade, transparência e aderência aos marcos legais vigentes.

FORÇA DE TRABALHO E CAPACIDADE INSTITUCIONAL

A análise comparativa da força de trabalho da UFPB entre 2024 e 2025, com base nos registros administrativos, permite avaliar a evolução do quadro funcional e seus impactos sobre a capacidade institucional.

Em 2024, a Universidade Federal da Paraíba registrava 12.058 vínculos funcionais, passando para 12.107 em 2025, distribuídos entre 5.895 servidores ativos, 4.488 aposentados e 1.724 pensionistas. Nesse exercício, os vínculos previdenciários totalizaram 6.212, correspondendo a 51,3% do total institucional, o que evidencia a relevância desse componente na estrutura de pessoal e seus impactos sobre o planejamento de médio e longo prazos.

No quadro de servidores ativos, a UFPB contava com 5.874 servidores em 2024 e 5.895 em 2025. Em 2025, esse contingente foi composto por 2.674 docentes efetivos e 3.221 técnicos-administrativos em educação (TAEs). A comparação entre os exercícios indica a manutenção da predominância dos TAEs no quadro ativo e a estabilidade da distribuição entre categorias, observados os limites legais do Banco de Professor Equivalente (BPEq) e do Quadro de Referência dos Servidores Técnico-Administrativos (QRSTA).

Quanto ao perfil etário, a distribuição dos servidores ativos manteve-se estável entre 2024 e 2025, totalizando 5.895 servidores em 2025. As faixas etárias entre 31 e 60 anos concentraram cerca de 80% do quadro, com maior participação dos servidores entre 41 e 50 anos (2.091), seguidos pelas faixas de 31 a 40 anos (1.330) e de 51 a 60 anos (1.266). Observa-se ainda a presença de 1.056 servidores com mais de 60 anos, indicando um quadro funcional predominantemente experiente e a necessidade de planejamento contínuo para reposição de pessoal diante das aposentadorias previstas.

RECRUTAMENTO, ALOCAÇÃO E SUSTENTABILIDADE DA FORÇA DE TRABALHO

A estratégia de recrutamento e alocação de pessoas baseia-se no levantamento sistemático de vacâncias, na análise das demandas institucionais e na projeção de aposentadorias, respeitados os limites normativos vigentes. Em 2025, foram publicados nove editais, resultando na nomeação de 71 docentes efetivos e 195 técnicos-administrativos, além da contratação de 109 professores substitutos, visando mitigar impactos decorrentes de afastamentos e vacâncias temporárias.

A alocação de técnicos-administrativos foi subsidiada por estudos de dimensionamento da força de trabalho, com apoio do Sistema de Dimensionamento de Pessoas (SISDIP), considerando variáveis como volume de processos, unidades atendidas e perfil das atividades desenvolvidas.

DESPESA DE PESSOAL E SUSTENTABILIDADE FISCAL

A despesa total com pessoal alcançou R$ 2.190.107.863,99[1] em 2025, com crescimento de 12,75% em relação ao exercício anterior (R$ 1.942.354.738,03). Esse comportamento decorre, principalmente, dos reajustes remuneratórios concedidos aos servidores públicos federais a partir de 2023, com impacto mais imediato sobre os servidores ativos e reflexos graduais sobre aposentadorias e pensões.

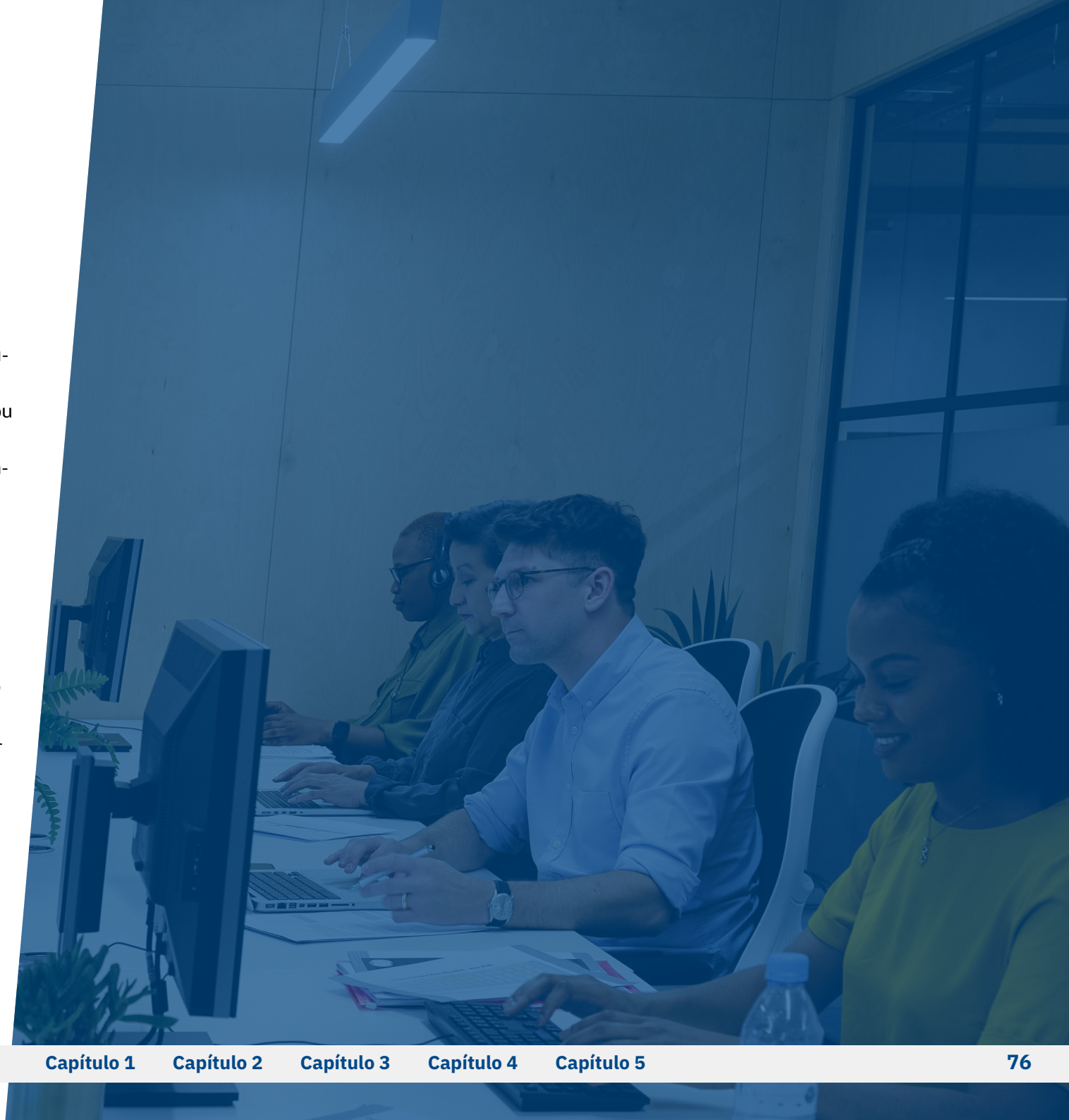
1 Fonte dos dados: PROGEP, a partir do Sistema DW - Siape.

A evolução da despesa de pessoal reforça a necessidade de planejamento contínuo, monitoramento fiscal e articulação com os órgãos centrais do SIPEC, de modo a assegurar a sustentabilidade financeira da política de pessoal no médio e longo prazos.

DESEMPENHO, CAPACITAÇÃO E VALORIZAÇÃO

Os indicadores de capacitação e valorização do desempenho em 2025 apresentaram resultados superiores às metas estabelecidas no PDI. A Taxa de Desenvolvimento de Competências (44,5%) superou o patamar mínimo definido, e foram registradas 4.365 certificações em cursos estratégicos, evidenciando ampla adesão às ações de capacitação.

No âmbito da qualidade de vida no trabalho, foram executados 36 programas de saúde, segurança e bem-estar, superando a meta prevista de 12, e a taxa de absenteísmo por doença foi de 0,26%, inferior ao limite máximo estabelecido. A valorização por desempenho foi operacionalizada por meio do Programa de Gestão e Desempenho (PGD), do Sistema de Gestão de Desempenho por Competências (SGDcom) e dos instrumentos de progressão e incentivos à qualificação, em conformidade com a legislação vigente.



PRINCIPAIS DESTAQUES

★ Consolidação da política de capacitação e desenvolvimento, com a emissão de 4.365 certificações em ações de capacitação, indicando elevada participação dos servidores às iniciativas de desenvolvimento de competências.

★ Avanço na implementação do dimensionamento da força de trabalho, com 58% das unidades da UFPB já contempladas, refletindo a adoção progressiva de instrumentos técnicos para apoio à alocação e gestão de pessoas.

★ Ampliação das ações voltadas à qualidade de vida, saúde e segurança no trabalho, com a execução de 36 iniciativas institucionais, superando o quantitativo previsto no PDI.

★ Manutenção da taxa de absenteísmo por doença em 0,26%, dentro do limite estabelecido, indicando impacto positivo das ações de promoção da saúde e melhoria das condições de trabalho.

★ Elevação do nível de qualificação do corpo técnico-administrativo, com 66,28% dos Técnicos-Administrativos em Educação titulados em nível de especialização, mestrado ou doutorado.

★ Alto nível de qualificação do corpo docente, com 89,62% dos docentes efetivos titulados em nível de doutorado, superando o patamar de referência estabelecido no PDI.

★ Reposição parcial da força de trabalho, por meio da nomeação de 71 docentes efetivos, 195 técnicos-administrativos e da contratação de 109 docentes substitutos, contribuindo para a manutenção da capacidade institucional.

PRINCIPAIS DESAFIOS

- Ampliação da cobertura do dimensionamento da força de trabalho, considerando que 42% das unidades ainda não foram contempladas, o que limita a plena utilização do instrumento como suporte estratégico à gestão.

- Elevação do percentual de técnicos-administrativos com qualificação formal, com vistas a atingir a meta do PDI.

- Sustentabilidade da despesa de pessoal, diante do crescimento contínuo dos gastos com servidores ativos, aposentados e pensionistas.

- Gestão dos impactos decorrentes do envelhecimento da força de trabalho, considerando o volume de servidores em faixas etárias próximas à aposentadoria e os efeitos sobre a continuidade das atividades institucionais.

- Fortalecimento do planejamento de médio e longo prazos para reposição de pessoal, observados os limites normativos, orçamentários e operacionais vigentes.

- Ampliação da adesão institucional aos instrumentos de gestão por desempenho, especialmente ao Programa de Gestão e Desempenho (PGD), com vistas à qualificação dos dados e ao uso mais intensivo na tomada de decisão.

Os resultados de 2025 orientam o aperfeiçoamento da gestão de pessoas, com foco no fortalecimento da capacidade institucional, na sustentabilidade fiscal e na continuidade das atividades institucionais. A gestão deve priorizar a ampliação da cobertura do dimensionamento da força de trabalho, com vistas à consolidação do SISDIP como base técnica para alocação, redistribuição interna e planejamento de provimentos.

Diante do envelhecimento do quadro funcional e da elevada participação de aposentados e pensionistas na composição institucional, a estratégia concentra-se na mitigação de riscos institucionais associados a aposentadorias, vacâncias e possíveis desequilíbrios na alocação de pessoal, por meio do planejamento de médio e longo prazos para reposição de servidores, observados os limites normativos e orçamentários e com priorização das áreas críticas à operação institucional.

No eixo de desenvolvimento e valorização, serão mantidas ações de capacitação alinhadas às áreas estratégicas e intensificado o incentivo à qualificação formal dos técnicos-administrativos, com vistas ao alcance das metas do PDI e à consolidação das competências institucionais. Em paralelo, será fortalecida a política de qualidade de vida, saúde e segurança do trabalho, com foco na prevenção de riscos ocupacionais e na manutenção de níveis controlados de absenteísmo.

No componente fiscal, o crescimento da despesa de pessoal em 2025 (R$ 2,19 bilhões; +12,75% em relação a 2024) orienta o aprimoramento do monitoramento sistemático e da articulação com os órgãos centrais do SIPEC, com vistas a assegurar previsibilidade e sustentabilidade no médio e longo prazos.

Para apoiar decisões baseadas em evidências, a gestão direciona esforços para integrar e qualificar os sistemas de informação e consolidar a adesão ao Programa de Gestão e Desempenho (PGD), ampliando sua utilização como instrumento de gestão orientada a resultados, em consonância com o PDI e com as orientações do TCU.

Esses direcionamentos visam consolidar uma gestão de pessoas orientada a resultados, capaz de sustentar a evolução institucional e apoiar o cumprimento da missão acadêmica e social da UFPB.

4.3.2. Infraestrutura

O tópico apresenta os resultados e desafios relacionados à gestão da infraestrutura institucional, abrangendo a infraestrutura física, os serviços gerais, a logística e transporte, a Editora Universitária e a Biblioteca Central. Essas áreas desempenham papel fundamental no suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para a qualidade dos serviços prestados e para a sustentabilidade e eficiência operacional da Universidade.



INFRAESTRUTURA FÍSICA

Em 2025, a gestão da infraestrutura física consolidou-se como dimensão crítica para a sustentabilidade institucional, mitigação de riscos e conformidade legal, em alinhamento ao OE.06 – Modernizar e adequar a infraestrutura física. As ações foram orientadas por marcos normativos como a Lei nº 14.133/2021 e o Decreto nº 9.203/2017, bem como por normas técnicas e regulatórias aplicáveis, com utilização do SIPAC (Módulo de Contratos) como sistema oficial de gestão contratual.

A atuação caracterizou-se pela integração entre planejamento, fiscalização, monitoramento físico-financeiro e gestão de riscos, em consonância com as diretrizes do TCU, resultando em avanços na estruturação prévia das contratações e na redução de passivos regulatórios das edificações. Persistem, contudo, desafios relevantes relacionados à execução e à retomada de obras paralisadas, que continuam a demandar aprimoramento dos mecanismos de gestão e mitigação de riscos. O resultado dos indicadores estratégicos são apresentados a seguir.

INDICADORES DO OBJETIVO ESTRATÉGICO OE.06

		PROJETADO 2025	EXECUTADO 2025
OE.06.I1	Taxa de conclusão do planejamento da contratação das obras paralisadas.	6%	18,68%
OE.06.I2	Taxa de conclusão de obras paralisadas.	11,67%	0,99%
OE.06.I3	Área de projetos de Prevenção e Proteção contra Incêndio.	9.000m²	25.063,27m²
OE.06.I4	Área projetada de acordo com as normas de acessibilidade.	9.000m²	25.063,27m²
OE.06.I5	Taxa de Demandas de Manutenção Anuais Atendidas.	70%	70,86%

Fonte: Sinfra.

Os resultados indicam desempenho positivo nos indicadores relacionados ao planejamento das contratações, à adequação normativa das edificações e à capacidade operacional de manutenção predial, com metas superadas em quatro dos cinco indicadores monitorados. Destaca-se, em especial, a ampliação das áreas projetadas em conformidade com as normas de acessibilidade e de prevenção e proteção contra incêndio, contribuindo para a redução de riscos legais e operacionais.

Em contraste, a baixa taxa de conclusão de obras paralisadas evidencia limitações estruturais de ordem técnica, orçamentária e processual, reforçando a necessidade de aprimorar os mecanismos de execução, priorização e acompanhamento dos empreendimentos, com vistas a ampliar a efetividade dos investimentos em infraestrutura.

PRINCIPAIS DESTAQUES

★ Fortalecimento da fase preparatória das contratações: taxa de conclusão do planejamento das obras paralisadas de 18,68%, frente à meta de 6%, demonstrando maturidade na estruturação prévia dos processos conforme a Lei nº 14.133/2021.

★ Redução de passivos regulatórios (prevenção contra incêndio - PCI e acessibilidade): elaboração de projetos que abrangem 25.063,27 m², quase três vezes a meta estabelecida (9.000 m²), mitigando riscos legais e ampliando a segurança institucional.

★ Execução do Plano Anual de Fiscalização de Obras, com monitoramento físico-financeiro sistemático dos empreendimentos, permitindo identificação tempestiva de não conformidades e adoção de medidas corretivas.

★ Capacidade operacional em manutenção predial: atendimento de mais de 6.000 requisições e emissão de cerca de 250 ordens de serviço, com taxa de atendimento anual de 70,86% (meta: 70%).

★ Manutenção de 3 poços e execução de ações preventivas na rede de esgoto, assegurando continuidade dos serviços essenciais e mitigação de riscos operacionais.

★ Estruturação técnica e orçamentária de investimentos: elaboração de 50 atividades de projetos e orçamentos, sendo 32 consolidadas no valor total de R$ 31,18 milhões, ampliando previsibilidade e prontidão para contratação.

★ Conclusão e licitação de projetos estruturantes (Ginásio Didático, pavimentações, rotas acessíveis, bloco de pós-graduação em Ecologia e Antropologia e reforma da SODS), contribuindo para retomada de empreendimentos estratégicos.

PRINCIPAIS DESAFIOS

Insuficiência do quadro técnico frente ao volume, à complexidade e à crescente sofisticação das demandas de infraestrutura, com impactos na execução de obras, manutenção de ativos e fiscalização de contratos, especialmente os continuados (ex.: climatização).

Limitação de recursos orçamentários para atender integralmente às demandas de infraestrutura, com efeito direto sobre a continuidade e o ritmo de execução de obras e serviços, sobretudo em contextos de instabilidade na liberação de recursos.

Complexidade dos processos licitatórios, intensificada pela necessidade de adequação aos fluxos e exigências da Lei nº 14.133/2021, demandando ajustes internos e capacitação contínua das equipes.

Complexidade na fiscalização de contratos especializados, especialmente de climatização, em razão do volume de serviços, medições técnicas e necessidade de acompanhamento in loco.

Concentração sazonal e picos de demanda, gerando sobrecarga sobre equipes reduzidas e pressionando a capacidade de resposta e de priorização.

Dependência de sistemas institucionais não plenamente integrados às ferramentas técnicas de projetos e orçamentação, ocasionando retrabalho e lentidão processual.

Passivo de adequação das edificações às normas de acessibilidade, prevenção contra incêndio (PCI), eficiência energética e sustentabilidade ambiental, exigindo continuidade de projetos, padronização técnica e priorização institucional.

Integração tecnológica incompleta (ex.: expansão e institucionalização do

PRINCIPAIS DESTAQUES

★ Suporte técnico a processos licitatórios de grande porte, com elaboração de documentos técnicos e orçamentários, reforçando a regularidade e robustez das contratações.

★ Atuação multissetorial junto aos Centros de Ensino, assegurando atendimento institucional amplo e integrado.

PRINCIPAIS DESAFIOS

BIM e de sistemas de monitoramento), com desafios de implementação e de integração plena aos processos existentes.

Necessidade de capacitação técnica contínua para acompanhar a complexidade dos projetos e as exigências normativas e regulatórias, incluindo normas ABNT, sustentabilidade, fiscalização contratual e gestão de projetos.

Ausência/insuficiência de um plano estruturado de retomada de obras paralisadas (no sentido de plano formal consolidado), com dificuldade adicional de elaboração de orçamentos diante de variação de custos e prazos.

Sustentabilidade nas licitações: Incorporação de critérios de sustentabilidade nos processos de contratação, alinhando projetos e orçamentos ao Plano de Gestão de Logística Sustentável (PGLS).

Comunicação com unidades demandantes como fonte de retrabalho (especificações incompletas e alterações tardias), exigindo fluxo mais claro de solicitação e acompanhamento de demandas.

Aprimoramento da gestão, integração e consolidação dos dados, com ampliação das ferramentas de monitoramento e desenvolvimento de painéis (incluindo apoio técnico), para qualificar a elaboração de relatórios gerenciais e subsidiar a tomada de decisão.

Aprimoramento dos mecanismos de mitigação de riscos na execução de obras: A ocorrência de atrasos contratuais e a baixa taxa de conclusão de obras paralisadas em 2025 (0,99% frente à meta de 11,67%) evidenciam a necessidade de aprimorar mecanismos preventivos, fortalecer a fiscalização e consolidar planos formais de mitigação de riscos, especialmente em empreendimentos estratégicos.

Considerando a relevância da infraestrutura e sua relação direta com governança, legalidade, eficiência e sustentabilidade fiscal, os resultados de 2025 orientam um conjunto estruturado de medidas estratégicas para os próximos ciclos.

Primeiramente, a gestão deverá consolidar um modelo robusto de governança contratual, com fortalecimento da fase preparatória das contratações (estudos técnicos preliminares, matriz de riscos, estimativas orçamentárias atualizadas), padronização de termos de referência e editais, e monitoramento sistemático dos cronogramas físico-financeiros, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021. A estruturação de planos formais de retomada para obras paralisadas, com definição de prioridades, avaliação de riscos e acompanhamento periódico, torna-se medida essencial para elevar a taxa de conclusão e reduzir exposição a apontamentos de controle.

Em segundo lugar, será priorizada a institucionalização da manutenção preventiva e da gestão do ciclo de vida dos ativos, reduzindo dependência de ações corretivas e custos emergenciais. O desenvolvimento de planos periódicos de manutenção, integrados a sistemas de monitoramento e registros no SIPAC, permitirá maior previsibilidade orçamentária, mitigação de riscos operacionais e ampliação da vida útil das edificações.

No campo da conformidade normativa, a estratégia deverá concentrar-se na redução progressiva do passivo em PCI e acessibilidade, com priorização de projetos estruturantes, capacitação técnica contínua das equipes e adoção de checklists padronizados para assegurar aderência às normas da ABNT e à legislação aplicável. Tal direcionamento reduz riscos legais, amplia a segurança institucional e fortalece a imagem da Universidade perante a sociedade e os órgãos de controle.

Adicionalmente, a gestão deverá investir na modernização tecnológica e integração de dados, ampliando o uso do BIM, desenvolvendo painéis gerenciais para acompanhamento de contratos e consolidando bases de dados que subsidiem decisões baseadas em evidências. A melhoria da rastreabilidade e da transparência contribui para fortalecer os controles internos e a accountability.

Por fim, a ampliação e qualificação do quadro técnico constitui vetor estratégico transversal, visando assegurar capacidade adequada de planejamento, fiscalização e monitoramento. A combinação entre fortalecimento institucional, maturidade contratual, gestão de riscos e alinhamento ao Plano de Gestão de Logística Sustentável permitirá à Universidade evoluir para um modelo de infraestrutura mais resiliente, sustentável e aderente às recomendações do TCU, com geração consistente de valor público e maior previsibilidade na execução orçamentária.

SERVIÇOS GERAIS

Em 2025, a Superintendência de Serviços Gerais (SSG) consolidou sua atuação como eixo estruturante da governança operacional da Universidade, com alinhamento aos Objetivos Estratégicos OE.11 (boas práticas administrativas) e OE.17 (fortalecimento do desempenho institucional). A gestão priorizou planejamento estruturado, mitigação de riscos trabalhistas em contratos com dedicação exclusiva de mão de obra, padronização de fluxos, fortalecimento da transparência ativa e qualificação da fiscalização contratual. Em contexto de restrição de pessoal e elevada sensibilidade jurídica, a SSG ampliou instrumentos de monitoramento gerencial, formalizou procedimentos e consolidou mecanismos preventivos de controle, reforçando a segurança jurídica e a continuidade dos serviços essenciais.



PRINCIPAIS DESTAQUES

★ Conclusão do Plano de Gestão Setorial (PGS) 2025–2028, consolidando instrumento formal de planejamento estratégico alinhado ao PDI e fortalecendo a governança administrativa da unidade.

★ Atendimento de 91,71% das demandas, sustentado por monitoramento gerencial estruturado com uso de dashboards e indicadores internos, promovendo gestão baseada em evidências e acompanhamento sistemático de prazos e execução.

★ Institucionalização de instrumentos de transparência e padronização, com consolidação da Carta de Serviços, formalização de Procedimentos Operacionais Padrão (POPs), criação de site institucional e identidade visual, ampliando rastreabilidade, clareza normativa e transparência ativa.

★ Implementação do Canal do Colaborador Terceirizado, fortalecendo a fiscalização social, prevenindo passivos trabalhistas e ampliando a segurança jurídica nos contratos com dedicação exclusiva de mão de obra.

★ Mitigação de riscos trabalhistas em contratos com dedicação exclusiva de mão de obra (DEMO), com adoção de mecanismos preventivos de controle e aprimoramento da fiscalização documental, reduzindo exposição institucional à responsabilização subsidiária.

★ Qualificação da manutenção operacional e mitigação de riscos patrimoniais, incluindo podas técnicas, reforço de equipes para manutenção de calhas e ações preventivas que reduzem risco de sinistros e danos ao patrimônio.

★ Revitalização paisagística e gestão sustentável das áreas comuns, contribuindo para segurança ambiental, preservação do patrimônio verde e melhoria da percepção institucional junto à comunidade acadêmica.

PRINCIPAIS DESAFIOS

Restrição de recursos humanos, diante do volume e da complexidade das demandas institucionais, com potencial impacto sobre prazos, fiscalização contratual e capacidade de resposta preventiva.

Complexidade dos contratos DEMO, exigindo monitoramento permanente da regularidade trabalhista e documental para mitigar risco de responsabilização subsidiária da Administração.

Necessidade de utilização proativa de mecanismos de segurança contratual, como conta vinculada ou retenção de provisões, para reduzir exposição a passivos trabalhistas.

Inobservância de prazos e falhas na instrução processual por unidades demandantes, gerando retrabalho e riscos de inconformidade formal.

Baixa qualidade na formalização inicial de requisições de serviços, exigindo padronização e qualificação do fluxo de entrada das demandas.

Necessidade de fortalecimento da cultura de conformidade prévia e planejamento antecipado, reduzindo demandas intempestivas e riscos contratuais.

PRINCIPAIS DESTAQUES

★ Gestão participativa de riscos ambientais e arborização, com atuação integrada em comissões técnicas, assegurando decisões baseadas em critérios técnicos e mitigação de riscos de quedas de árvores.

★ Apoio à gestão de crises e emergências (combate a incêndios em áreas de mata), reforçando capacidade de resposta institucional e proteção da comunidade universitária.

★ Diagnóstico e padronização operacional nos campi fora de sede, promovendo equidade na prestação de serviços e integração descentralizada da gestão.

★ Ações de valorização e integração dos trabalhadores terceirizados, fortalecendo clima organizacional e qualidade dos serviços prestados.

★ Consolidação de modelo de gestão multidimensional (operação, governança e inovação), ampliando o escopo da atuação para além do operacional e incorporando práticas estruturadas de conformidade e eficiência administrativa.

Para 2026, a SSG orienta sua atuação para a consolidação de um modelo estruturado de governança contratual em serviços continuados, com fortalecimento dos mecanismos preventivos de controle trabalhista, ampliação do uso de instrumentos de segurança contratual (como conta vinculada), padronização de checklists de fiscalização e integração entre planejamento, execução e acompanhamento financeiro.

Será priorizada a institucionalização de fluxos formais de análise prévia das demandas, com exigência de conformidade documental como etapa obrigatória antes da autorização de alterações operacionais, além da implantação de formulários estruturados e POPs específicos para qualificar o fluxo de entrada das requisições.

A estratégia inclui ainda a capacitação simplificada das equipes por meio de guias e checklists operacionais, visando ampliar a autonomia técnica e mitigar impactos decorrentes da restrição de pessoal. Paralelamente, a consolidação de painéis gerenciais integrados reforçará a tomada de decisão baseada em dados, ampliando a rastreabilidade, previsibilidade e segurança jurídica.

Essas medidas visam assegurar continuidade e qualidade dos serviços essenciais, reduzir riscos jurídicos e trabalhistas, fortalecer a conformidade formal e ampliar a eficiência administrativa, contribuindo para a geração sustentável de valor público e para o fortalecimento da governança institucional.

LOGÍSTICA E TRANSPORTE

No exercício de 2025, a Superintendência de Logística de Transporte concentrou esforços na organização dos processos de gestão, na modernização administrativa e na preparação da unidade para ampliação da capacidade operacional. Mesmo diante de limitações relacionadas à frota própria e ao quantitativo de motoristas, a SULT assegurou a continuidade dos serviços essenciais de transporte institucional, mantendo alinhamento às diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional.



PRINCIPAIS DESTAQUES

★ Manutenção da elevada capacidade operacional do transporte institucional: Em 2025, foram registrados 9.753 atendimentos/requisições de transporte, com média mensal de 813 solicitações, evidenciando a alta demanda pelos serviços prestados e a relevância do transporte para o suporte às atividades acadêmicas, administrativas e institucionais da UFPB.

★ Gestão da frota e execução orçamentária: Os gastos com combustível da frota institucional totalizaram R$ 1.379.391,91 no exercício, enquanto as despesas com manutenção da frota alcançaram R$ 1.388.989,97. A execução contratual foi acompanhada de forma contínua, assegurando a operacionalidade dos veículos e a continuidade dos serviços.

★ Licitação para fretamento de vans e micro-ônibus: Foi concluído o processo licitatório para contratação de serviços de fretamento, com o objetivo de complementar a frota própria e ampliar a capacidade de atendimento às demandas institucionais. A iniciativa representa medida estruturante voltada à mitigação de riscos operacionais e ao aprimoramento da eficiência do transporte institucional.

★ Implantação do sistema MobGov: Teve início a implantação do sistema MobGov como ferramenta oficial de gestão do transporte terrestre, contribuindo para a padronização de procedimentos, organização dos fluxos de solicitação e fortalecimento do controle e da governança administrativa.

PRINCIPAIS DESAFIOS

Alta demanda frente à capacidade operacional disponível: A elevada quantidade de requisições, associada ao quantitativo reduzido de motoristas, impõe desafios permanentes ao planejamento e à priorização das demandas.

Envelhecimento da frota e custos de manutenção: A idade avançada dos veículos impacta diretamente os custos com manutenção e a disponibilidade operacional, exigindo monitoramento constante e planejamento para renovação gradativa.

Sustentabilidade financeira da operação: O volume expressivo de despesas com combustível e manutenção reforça a necessidade de racionalização de custos e de adoção de soluções estruturantes que ampliem a eficiência do serviço.

Para 2026, a SULT direciona seus esforços à consolidação do contrato de fretamento como estratégia complementar à frota própria, à ampliação do uso integral do sistema MobGov e ao desenvolvimento de estudos voltados à renovação gradativa da frota institucional. As ações priorizam o fortalecimento da governança, a melhoria da eficiência operacional e a sustentabilidade do transporte institucional, em alinhamento às diretrizes estratégicas da UFPB.

EDITORA UNIVERSITÁRIA

No exercício de 2025, a Editora UFPB concentrou esforços na consolidação de sua Política Editorial, na ampliação da disseminação do conhecimento científico produzido pela Universidade e no fortalecimento de sua governança e sustentabilidade institucional. Destacam-se a construção coletiva do Plano de Gestão Setorial 2025–2028, a ampliação da produção editorial e a captação de recursos para expansão de sua infraestrutura. Entre os principais desafios estiveram as limitações orçamentárias, o déficit de pessoal e a necessidade de modernização administrativa e normativa. O detalhamento dos resultados alcançados encontra-se no relatório setorial da unidade.: https://www.ufpb.br/editora/acoes/.



PRINCIPAIS DESTAQUES

★ Consolidação da Política Editorial e fortalecimento da governança: Foram lançados quatro editais públicos de publicação e formado novo Conselho Editorial, estruturando critérios e fluxos formais para submissão e avaliação de obras. A Política Editorial encontra-se em fase de institucionalização.

★ Ampliação da produção científica e do alcance das publicações: Em 2025, foram publicadas 32 obras em formato e-book e 3 livros impressos. As publicações digitais registraram 8.956 downloads no exercício. No formato impresso, foram vendidos mais de 1.000 exemplares, abrangendo 298 títulos, com arrecadação de R$ 22.395,70 destinada ao Tesouro Nacional.

★ Caminhão do Saber e impacto social: A livraria itinerante realizou 28 paradas, com presença em 100% dos centros de ensino da UFPB. Aproximadamente 4.000 exemplares foram doados, ampliando o acesso público ao livro universitário.

★ Captação de recursos e sustentabilidade financeira: O orçamento inicial de R$ 40.000,00 foi integralmente executado. Destaca-se a captação de emenda parlamentar no valor de R$ 200.000,00 para implantação da Livraria “Casa do Livro”, bem como dois termos de cooperação técnica em andamento.

★ Infraestrutura e desenvolvimento institucional: Houve requalificação do galpão, instalação de novas estações de trabalho, reforço da segurança patrimonial e avanço na organização e inventário do acervo. Também foram realizadas ações de capacitação da equipe, totalizando 101 horas de treinamento e quatro visitas técnicas a outras editoras universitárias.

★ Fortalecimento da inserção institucional: A Editora participou de 18 eventos e feiras em 2025, ampliando sua presença no cenário editorial e acadêmico.

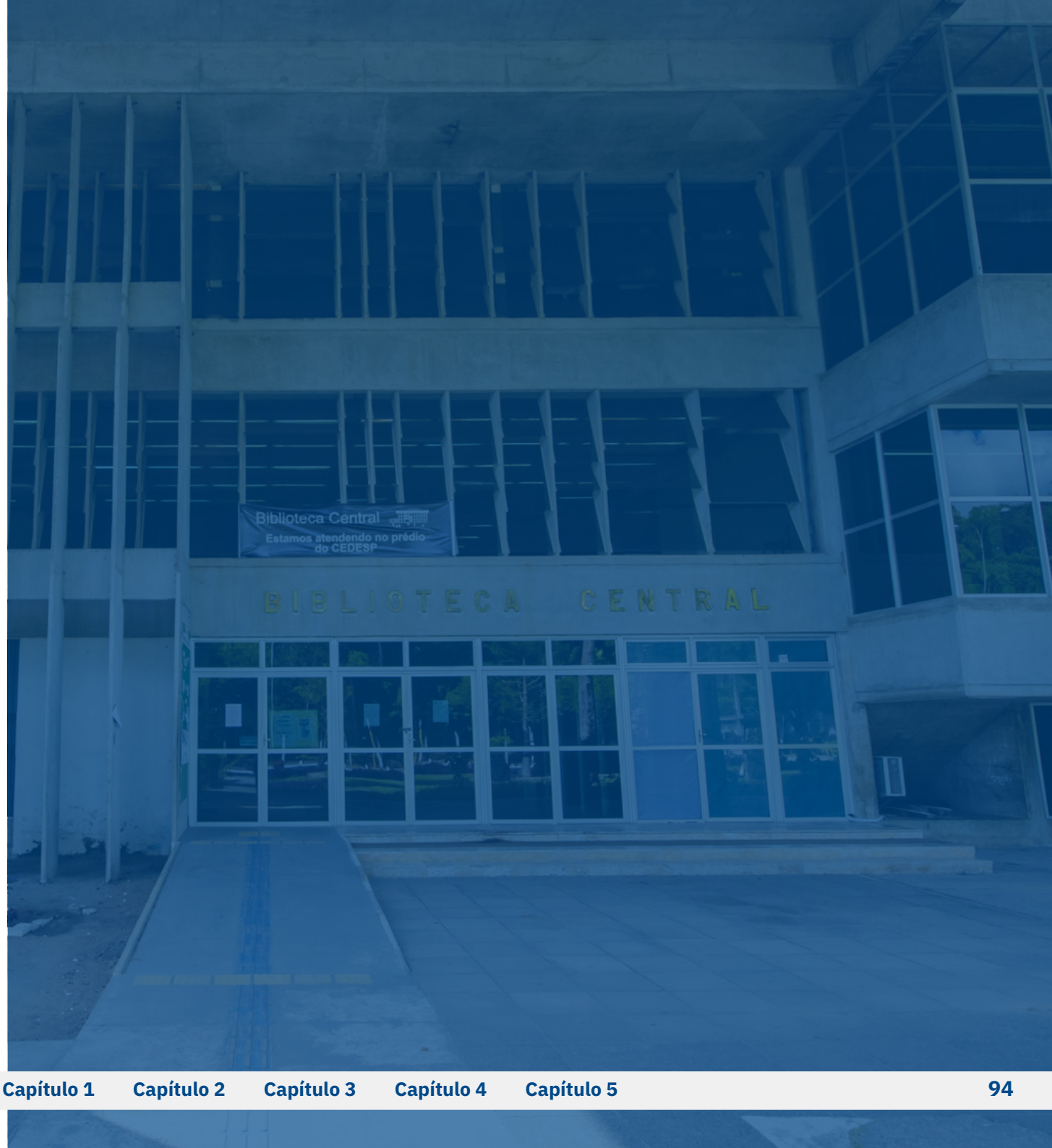
PRINCIPAIS DESAFIOS

- Sustentabilidade orçamentária diante da insuficiência do orçamento ordinário;
- Recomposição da força de trabalho, especialmente na área administrativa;
- Conclusão do inventário físico do acervo e implementação de sistema de gestão de estoque;
- Atualização normativa (Regimento Interno) e institucionalização formal da Política Editorial;
- Ampliação da internacionalização das publicações.

Para 2026, a Editora prioriza a formalização da Política Editorial, a conclusão do inventário e da atualização normativa, a consolidação da Livraria Casa do Livro, a ampliação das ações do Caminhão do Saber com melhorias operacionais e de acessibilidade, o fortalecimento da sustentabilidade financeira e a expansão da visibilidade nacional e internacional das publicações da UFPB.

BIBLIOTECA CENTRAL

No exercício de 2025, a Biblioteca Central desenvolveu ações voltadas ao fortalecimento do Repositório Institucional e da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), à organização e difusão de acervos especiais, à ampliação da acessibilidade informacional, à integração com o ensino e à criação de iniciativas de pesquisa e inovação. As ações realizadas contribuíram para o fortalecimento da produção científica, da memória institucional, da inclusão e da articulação entre ensino, pesquisa, extensão e cultura. Os principais desafios concentram-se na defasagem tecnológica, na insuficiência de servidores frente às demandas institucionais e nas restrições orçamentárias e processuais.



PRINCIPAIS DESTAQUES

★ Fortalecimento do Repositório Institucional e da BDTD: Foram consolidadas ações voltadas à capacitação de gestores e depositantes, padronização de metadados, melhoria dos fluxos de depósito e ampliação do acesso aberto à produção científica da UFPB.

★ Organização, preservação e difusão de acervos especiais: Houve avanço na catalogação, preservação, digitalização e difusão de coleções raras e históricas, fortalecendo a memória institucional e ampliando o acesso ao patrimônio bibliográfico e cultural.

★ Ampliação das ações de acessibilidade e inclusão informacional: Foram fortalecidos os serviços voltados a usuários com deficiência, incluindo tratamento técnico de acervo em Braille e multimídia, integração desses materiais ao catálogo geral e realização de atividades formativas sobre acessibilidade.

★ Integração com o ensino e fomento à inovação: A Biblioteca ampliou a parceria com o Departamento de Ciência da Informação, disponibilizando seus espaços e serviços para aulas práticas, e instituiu o Núcleo de Pesquisa em Inteligência Artificial e Memória Institucional, voltado ao desenvolvimento de pesquisas aplicadas à organização, preservação e acesso à memória institucional.

★ Valorização da Biblioteca como espaço cultural: Foram ampliadas ações culturais e educativas, contribuindo para a democratização do acesso à cultura e para a aproximação entre universidade e sociedade.

PRINCIPAIS DESAFIOS

Defasagem tecnológica: A infraestrutura de TI e os sistemas de automação bibliotecária apresentam limitações que impactam os serviços digitais e a preservação digital.

Insuficiência de servidores: A ampliação das demandas institucionais, projetos e ações de extensão exige reorganização de fluxos e fortalecimento da capacidade operacional.

Restrições orçamentárias e burocracia administrativa: O contexto orçamentário e a complexidade dos processos administrativos dificultam a modernização da infraestrutura e a execução tempestiva das ações planejadas.

Para 2026, a Biblioteca Central prioriza a modernização tecnológica da infraestrutura e dos sistemas de gestão da informação, com fortalecimento da articulação com a área de tecnologia da informação e busca por captação de recursos externos. Também pretende consolidar a reorganização de fluxos internos, ampliar ações de capacitação das equipes e intensificar parcerias acadêmicas. No campo orçamentário e administrativo, buscará aprimorar o planejamento, fortalecer o monitoramento e ampliar a captação de recursos por meio de editais e parcerias institucionais.

4.3.3. Comunicação institucional

Em 2025, a Comunicação Institucional da UFPB, composta pela Assessoria de Comunicação (Ascom) e pela TV UFPB, apresentou desempenho superior às metas estabelecidas no OE.07 com expansão do alcance digital, maior presença na mídia e fortalecimento da produção audiovisual.

O período também foi marcado pela aprovação do novo regimento da área, consolidando a governança e a integração entre unidades. Os resultados indicam avanço na atuação orientada por métricas e alinhada ao planejamento institucional, embora persistam desafios relacionados à transição organizacional, à comunicação interna e à sustentabilidade operacional da TV universitária.

INDICADORES DO OBJETIVO ESTRATÉGICO OE.07

		PROJETADO	EXECUTADO
OE.07.I1	Índice de Alcance nas Redes Sociais Oficiais da UFPB.	2025: 1,32 milhões	2025: 2,17 milhões
OE.07.I2	Número de reportagens e/ou informes em vídeo de programação própria exibida na TV UFPB.	2025: 141	2025: 148
OE.07.I3	Número de menções à UFPB no noticiário local e nacional (clipping).	2025: 1.150	2025: 1.817
OE.07.I4	Número de ações de visibilidade das iniciativas estratégicas da UFPB nos canais oficiais.	2025: 14	2025: 55

Fonte: ASCOM e TV UFPB.

PRINCIPAIS DESTAQUES

★ Aprovação do novo Regimento Interno da Superintendência de Comunicação Social (SCS), formalizando a nova estrutura organizacional da comunicação institucional.

★ Ampliação do alcance digital, superando em 64,68% a meta projetada, sustentado por produção contínua de conteúdos audiovisuais curtos e uso estratégico de métricas.

★ Expressivo aumento das menções na mídia, superando em 65,18% a meta, resultado da priorização editorial de conteúdos relacionados a editais e seleções e do relacionamento ativo com a imprensa.

★ Desempenho da TV UFPB na produção própria, fortalecendo a programação local em TV aberta e plataformas digitais.

★ Produção e exibição da série educativa infantil “ABCD Unidunitê”, diversificando formatos e ampliando ações de tele-educação e alfabetização em plataformas digitais.

★ Finalização da 3ª temporada do programa “Cena Parahyba”, consolidando a TV UFPB como instrumento estratégico de valorização da cultura regional e de difusão das ações de extensão cultural.

PRINCIPAIS DESAFIOS

Transição estrutural para a SCS, demandando redefinição de fluxos, redistribuição de servidores, atualização de normativos e consolidação de nova governança comunicacional.

Aprimoramento da comunicação interna, evidenciando necessidade de institucionalizar boletins periódicos, campanhas internas estruturadas e rotinas formais de informação aos públicos internos.

Ampliação e consolidação da capacidade técnica e operacional da TV UFPB para atender de forma contínua às demandas crescentes de comunicação institucional.

Diversificação contínua de formatos e públicos, mantendo qualidade técnica e alinhamento institucional.

Integração entre TV aberta e plataformas digitais, potencializando o alcance da programação e ampliando o impacto social das ações de ensino, pesquisa e extensão.

Para 2026, a Comunicação Institucional orienta-se por três eixos estratégicos. O primeiro eixo prevê a consolidação da governança comunicacional, com a implementação do plano de transição organizacional, atualização de normativos e manuais, aprimoramento dos fluxos internos e fortalecimento das instâncias colegiadas, assegurando alinhamento ao planejamento institucional.

O segundo eixo prioriza o fortalecimento da comunicação interna, por meio da institucionalização de boletins periódicos, campanhas temáticas e uso sistemático de canais digitais, além da capacitação de gestores e porta-vozes, com vistas a ampliar a capacidade de resposta institucional e mitigar riscos reputacionais.

O terceiro eixo contempla a consolidação da estratégia multiplataforma, com planejamento editorial integrado, ampliação da produção audiovisual e articulação com unidades acadêmicas e administrativas para divulgação de cursos e projetos, associadas ao uso sistemático de métricas para aprimoramento contínuo das ações de comunicação.

Essas iniciativas visam fortalecer a comunicação pública universitária como instrumento de transparência, reputação institucional e difusão do conhecimento, ampliando o impacto das ações institucionais e contribuindo para a geração de valor público.

4.3.4. Sustentabilidade

A sustentabilidade constitui valor estruturante da universidade, conforme previsto no PDI 2024–2028 e vinculada ao OE.08 – Promover eficiência energética, uso sustentável dos recursos e tratamento adequado dos resíduos. Em 2025, a atuação institucional concentrou-se na execução do Plano de Logística Sustentável (PLS), na incorporação de critérios ambientais nas contratações públicas e na implementação de ações voltadas à eficiência no uso de recursos naturais.

O indicador de alcance das metas do PLS atingiu 78,6% frente à meta de 100%, evidenciando limitações operacionais e a necessidade de fortalecimento da governança ambiental. Apesar do desempenho inferior ao previsto, as iniciativas de eficiência hídrica e energética e de gestão de resíduos demonstraram avanços na racionalização do uso de recursos públicos e na mitigação de impactos ambientais, reforçando a sustentabilidade como eixo transversal da geração de valor público.

INDICADOR DO OBJETIVO ESTRATÉGICO OE.08



Fonte: Relatório da Comissão de Acompanhamento do PLS.

O resultado indica que parte relevante das metas previstas não foi integralmente cumprida, refletindo limitações na disponibilidade de equipe técnica especializada e na integração das ações entre unidades. O desempenho aponta para a necessidade de aprimoramento da coordenação institucional, de modo a consolidar o PLS como instrumento estratégico permanente de articulação entre eficiência administrativa e responsabilidade ambiental.

CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE EM CONTRATAÇÕES E AQUISIÇÕES

Em 2025, a universidade incorporou critérios ambientais e de eficiência nas contratações públicas, em conformidade com a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010 e com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU (6ª edição, 2023). A adoção sistemática desses critérios fortaleceu a sustentabilidade como elemento estruturante das decisões administrativas, contribuindo para a mitigação de riscos ambientais e para o uso racional dos recursos públicos. Entre os critérios adotados nos artefatos de planejamento destacam-se:

- ★ Vedação ao fornecimento de produtos com Substâncias Destruidoras da Camada de Ozônio;
- ★ Observância às Resoluções aplicáveis do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA);
- ★ Atendimento às normas da ABNT sobre resíduos sólidos;
- ★ Preferência por materiais reciclados, reutilizados ou biodegradáveis;
- ★ Exigência de eficiência energética (equipamentos compatíveis com programas da ANEEL);
- ★ Previsão de destinação ambiental adequada de pilhas e baterias;
- ★ Diretrizes para redução de desperdício de água e energia;
- ★ Estímulo ao uso de tecnologias e materiais de menor impacto ambiental;
- ★ Observância ao Cadastro Técnico Federal quando aplicável.

AÇÕES PARA REDUÇÃO DO CONSUMO DE RECURSOS NATURAIS

Consumo de água

Na gestão hídrica, foram realizadas intervenções de manutenção e limpeza dos poços artesianos, ampliando a capacidade de abastecimento e contribuindo para redução da dependência do fornecimento externo. O consumo total de água nos campi alcançou 106.330 m³, com despesa de R$ 3,81 milhões, concentrada principalmente nos campi de maior porte, o que indica a necessidade de monitoramento contínuo e medidas focalizadas de racionalização:

CONSUMO DE ÁGUA NA UFPB POR CAMPUS EM 2025

CAMPUS	VOLUME DE ÁGUA CONSUMIDO (M³)	VALOR GASTO (R$)
I	28.966,00	2.424.267,95
II	65.391,00	1.172.682,38
III	28,00	1.374,69
IV	11.945,00	213.060,97
TOTAL	106.330,00	3.811.385,99

Fonte: Gabinete da Reitoria.

Consumo de energia elétrica

Na área energética, a entrada em operação da subestação de 69 kV constituiu a principal ação estruturante, permitindo melhoria no enquadramento tarifário e redução estrutural de custos. A medida foi complementada por ações de eficiência energética e modernização de sistemas elétricos. O consumo total de energia elétrica alcançou 16,3 milhões de kWh, com despesa de R$ 10,6 milhões, também concentrada nos campi de maior porte, indicando oportunidades adicionais de eficiência.

CONSUMO DE ENERGIA NA UFPB POR CAMPUS EM 2025

CAMPUS	ENERGIA CONSUMIDA (KWH)	VALOR GASTO (R$)
I	13.475.400,90	8.317.105,44
II	1.225.178,65	914.763,20
III	814.847,58	634.361,57
IV	819.793,32	721.743,18
TOTAL	16.335.220,45	10.587.973,39

Fonte: Gabinete da Reitoria.

Gestão de Resíduos e Redução de Poluentes

A gestão de resíduos laboratoriais foi conduzida de forma integrada pela Gerência de Meio Ambiente (GMA/SINFRA), incluindo orientação técnica às unidades, monitoramento da conformidade ambiental e gestão contratual da coleta e destinação final. Em 2025, foram coletadas e destinadas adequadamente 24,6 toneladas de resíduos laboratoriais, contribuindo para redução de riscos ambientais, sanitários e jurídicos e para a conformidade com a legislação aplicável. Foram empenhados R$ 140.000,00 para assegurar coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos perigosos.

PRINCIPAIS DESTAQUES

★ Institucionalização de critérios ambientais nas contratações públicas, reforçando a sustentabilidade como componente das decisões administrativas.

★ Ampliação da autonomia hídrica institucional, com impactos positivos na previsibilidade orçamentária.

★ Entrada em operação da subestação de 69 kV, com redução estrutural de custos energéticos.

★ Destinação ambientalmente adequada de resíduos laboratoriais, reduzindo riscos institucionais.

★ Modernização de sistemas elétricos e redução de perdas técnicas no Campus IV, aumentando a confiabilidade operacional.

PRINCIPAIS DESAFIOS

- Desempenho inferior ao previsto no PLS, indicando necessidade de fortalecimento da governança ambiental.
- Limitações de recursos humanos especializados para execução e monitoramento das ações.
- Concentração do consumo de água e energia nos campi de maior porte, demandando estratégias específicas de eficiência.
- Necessidade de aprimoramento dos sistemas de indicadores ambientais e de integração de dados.

PNos próximos ciclos, a gestão orienta-se à consolidação da sustentabilidade como eixo estruturante da governança institucional, com maior integração entre planejamento, orçamento, contratações e monitoramento ambiental.

As ações prioritárias incluem o fortalecimento da capacidade institucional de execução do PLS, a consolidação da sustentabilidade como critério decisório nas contratações públicas e a ampliação de investimentos estruturantes em eficiência energética e hídrica, com foco na redução permanente de custos e na mitigação de riscos operacionais.

Será priorizado ainda o aprimoramento dos sistemas de monitoramento e transparência dos indicadores ambientais, de modo a fortalecer a tomada de decisão baseada em evidências e a integração da sustentabilidade ao modelo de gestão estratégica.

4.3.5. Segurança patrimonial e pessoal

Em 2025, a Superintendência de Segurança Institucional (SSI) atuou com foco na prevenção de ocorrências, fortalecimento do monitoramento e qualificação da resposta operacional. O exercício foi marcado pela implantação e início da execução do sistema de videomonitoramento institucional, a partir de agosto de 2025, ampliando a capacidade de prevenção e controle.

Os resultados indicam desempenho parcialmente satisfatório do objetivo estratégico, com manutenção de baixos níveis de roubo e dano ao patrimônio, mas com elevação significativa dos furtos, configurando o principal risco operacional da área.

INDICADOR DO OBJETIVO ESTRATÉGICO OE.09

		PROJETADO 2025	EXECUTADO 2025
OE.09.I1	Número de Ocorrências de Furto ao Patrimônio.	< 6	17
OE.09.I2	Número de Ocorrências de Roubo a pessoas.	< 4	1
OE.09.I3	Número de Ocorrências de Dano ao Patrimônio.	< 16	12

Fonte: SSI



PRINCIPAIS DESTAQUES

★ Implantação e início da execução do sistema de videomonitoramento institucional (a partir de agosto de 2025), ampliando a capacidade de prevenção, monitoramento e resposta operacional, com impacto direto na manutenção do baixo índice de ocorrências de roubo a pessoas.

★ A manutenção do indicador de roubos a pessoas em patamar inferior à meta estabelecida evidencia a efetividade das ações preventivas adotadas.

★ Ausência de registro de ocorrências de roubo a pessoas no período pós-implantação do videomonitoramento, indicando impacto positivo da tecnologia na dissuasão de ocorrências.

★ Controle das ocorrências de dano ao patrimônio demonstrando a capacidade institucional de resposta a eventos adversos e de mitigação de riscos associados à infraestrutura física.

★ Intensificação das rondas motorizadas, reforçando a presença preventiva e ampliando a capacidade de resposta operacional.

PRINCIPAIS DESAFIOS

- Elevado número de ocorrências de furto ao patrimônio, indicando a necessidade de aperfeiçoamento das medidas de controle de acesso e de proteção de bens institucionais.
- Fragilidade no controle de acessos, elevando a vulnerabilidade patrimonial.
- Limitações estruturais, orçamentárias e tecnológicas para expansão do sistema de videomonitoramento em áreas ainda não contempladas.
- Subnotificação de ocorrências, impactando a confiabilidade dos indicadores e dificultando a adoção tempestiva de medidas preventivas.
- Integração ainda insuficiente com áreas de manutenção preventiva e engenharia, necessária para mitigar danos decorrentes de fatores não intencionais ou eventos naturais.

Os resultados de 2025 orientam o fortalecimento do controle de acesso, com padronização de procedimentos e ampliação de soluções tecnológicas, especialmente em áreas críticas. A consolidação e a expansão do videomonitoramento permanecem como prioridade estratégica, condicionadas à disponibilidade orçamentária. Também serão intensificadas ações de sensibilização para estimular o registro de ocorrências, aprimorando a base de dados e a tomada de decisão. Essas medidas visam reduzir vulnerabilidades, mitigar riscos patrimoniais e fortalecer a segurança institucional.

4.3.6. Gestão de tecnologia da informação

Em 2025, a Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) desenvolveu ações para assegurar a prestação de serviços de TI de qualidade, com foco na ampliação da infraestrutura de rede, fortalecimento da segurança da informação, modernização dos sistemas institucionais e consolidação do modelo de governança digital. O período foi caracterizado por investimentos, expansão da infraestrutura tecnológica, ampliação da capacidade do enlace principal e manutenção de elevados níveis de disponibilidade da rede institucional.

Os resultados evidenciam avanços estruturais e o fortalecimento da resiliência tecnológica institucional, ao mesmo tempo em que apontam desafios relacionados à satisfação dos usuários, à complexidade de ambientes legados e à limitação de recursos humanos diante da crescente demanda por serviços digitais.

Além disso, os resultados demonstram superação significativa das metas de expansão da infraestrutura de rede e manutenção da alta disponibilidade dos serviços, com desempenho inferior apenas no indicador de satisfação dos usuários.

INDICADOR DO OBJETIVO ESTRATÉGICO OE.10

		PROJETADO	EXECUTADO
OE.10.I1	Número de switches instalados no ano.	2025: 10 switches	2025: 23 switches
OE.10.I2	Número de access points instalados no ano.	2025: 20 access points	2025: 53 access points
OE.10.I3	Índice de qualidade de acesso à internet mensurado pelo uptime da rede.	2025: > 99%	2025: 99,25%
OE.10.I4	Grau de satisfação dos usuários com os módulos da base SIG.	2025: > 90%	2025: 87,86%

Fonte: STI

MODELO DE GOVERNANÇA DE TI

No âmbito da governança digital, a STI atuou de forma integrada aos principais instrumentos e instâncias institucionais da UFPB, incluindo o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), a Política de Segurança da Informação (PSI) e o Comitê de Governança Digital.

O modelo adotado contempla:

- ★ Planejamento e priorização de projetos alinhados ao PDI;
- ★ Monitoramento de indicadores de desempenho e disponibilidade;
- ★ Gestão de riscos tecnológicos e cibernéticos;
- ★ Integração entre infraestrutura, sistemas e segurança;
- ★ Atendimento a demandas de órgãos de controle e consolidação de dados institucionais.

A governança de TI evidencia alinhamento entre planejamento estratégico, execução orçamentária e entrega de serviços digitais essenciais às atividades acadêmicas e administrativas.

INVESTIMENTOS EM TIC

Em 2025, foram investidos R$ 2.473.832,89 em ativos de TIC, distribuídos da seguinte forma:

- ★ R$ 2.213.284,69 em ativos de rede (recursos do FINEP);
- ★ R$ 186.583,20 em equipamentos e suporte ao Data Center;
- ★ R$ 73.965,00 em aquisição de desktops.

Os investimentos priorizaram infraestrutura de conectividade, modernização do Data Center e ampliação da capacidade de processamento e armazenamento, com expansão de 80% na capacidade de armazenamento, assegurando suporte às demandas futuras.

PRINCIPAIS AÇÕES EXECUTADAS NA GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Gerência de Infraestrutura

- ★ Instalação de 23 switches e 53 access points, ampliando a cobertura e a capacidade da rede institucional;
- ★ Ampliação do enlace principal de internet de 2 Gbps para 10 Gbps, reduzindo risco de saturação;
- ★ Implantação de enlace redundante com a operadora MobTelecom, fortalecendo a continuidade operacional;.
- ★ Modernização do cabeamento estruturado e melhorias nos ambientes de rede;
- ★ Expansão da capacidade do Data Center em 80%.

Essas ações reforçam a disponibilidade, escalabilidade e resiliência da infraestrutura institucional.

Gerência de Segurança da Informação

- ★ Implantação de VPN institucional padronizada com autenticação reforçada e controle de perfis de acesso.
- ★ Integração do firewall ao sistema de monitoramento Zabbix e Mattermost, permitindo acompanhamento em tempo real.

★ Redução no volume de vulnerabilidades registradas por meio de ações de mitigação e ajustes de configuração.

★ Restrição progressiva de permissões de acesso externo, elevando o nível de segurança cibernética.

As medidas demonstram fortalecimento da postura de segurança e mitigação de riscos tecnológicos.

Gerência de Sistemas e Governança de Dados

★ Implantação de dashboards institucionais e sistemas de Business Intelligence (SIGMA e painéis acadêmicos integrados).

★ Modernização dos portais institucionais, com migração de 40% dos sites de Plone para WordPress.

★ Atendimento a demandas de órgãos de controle e consolidação de bases de dados acadêmicas e administrativas.

★ Ampliação de mecanismos de automação de serviços digitais.

Essas ações fortalecem a transparência, a governança da informação e o suporte à tomada de decisão baseada em dados.

Gerência de Bureau de Serviços

A Gerência de Bureau de Serviços concentrou sua atuação na operacionalização do atendimento aos usuários e na execução de serviços técnicos de suporte, desempenhando papel central na interface entre a STI e a comunidade acadêmica.

Entre as ações realizadas destacam-se:

★ Atendimento às demandas registradas via sistema institucional;

★ Suporte técnico a usuários dos módulos da base SIG;

★ Apoio à implantação e manutenção de estações de trabalho;

★ Atendimento a solicitações relacionadas a acesso remoto e credenciais institucionais;

★ Apoio à execução do Programa de Gestão e Desempenho (PGD), especialmente no suporte ao uso de VPN institucional.

A atuação da gerência é diretamente refletida no indicador de satisfação dos usuários (87,86%), evidenciando a importância estratégica do atendimento como componente essencial da governança de TI e da entrega de valor institucional.

PRINCIPAIS DESTAQUES

★ Superação das metas de expansão da infraestrutura de rede, com a instalação de 23 switches (meta: 10) e 53 access points (meta: 20), ampliando a cobertura, a capacidade e a estabilidade da rede institucional.

★ Manutenção do índice de disponibilidade da rede em 99,25%, superior à meta estabelecida (>99%), evidenciando elevada confiabilidade dos serviços de conectividade.

★ Ampliação do enlace principal de internet de 2 Gbps para 10 Gbps, com impacto estrutural na capacidade de tráfego, mitigando riscos de saturação e suportando o crescimento das demandas digitais.

★ Implantação de um enlace redundante com a operadora MobTelecom, fortalecendo a continuidade operacional e reduzindo o risco de indisponibilidade.

★ Investimento total de R$ 2.473.832,89 em ativos de TIC, com prioridade para a infraestrutura de rede (R$ 2.213.284,69), o suporte ao Data Center (R$ 186.583,20) e a renovação de equipamentos (R$ 73.965,00).

★ Expansão de 80% na capacidade de armazenamento do Data Center, assegurando a escalabilidade e o suporte a sistemas críticos institucionais.

★ Fortalecimento da segurança da informação, com a implantação de uma VPN institucional padronizada, o monitoramento integrado de firewall e a redução do volume de vulnerabilidades identificadas.

★ Modernização dos portais institucionais, com migração de 40% dos sites da plataforma Plone para WordPress, priorizando unidades estratégicas.

PRINCIPAIS DESAFIOS

⚙ Grau de satisfação dos usuários inferior à meta estabelecida (87,86% frente a >90%), indicando a necessidade de aprimorar o modelo de atendimento e da experiência do usuário, especialmente no âmbito do Bureau de Serviços.

⚙ Dificuldade de acesso e de compartilhamento estruturado de dados institucionais entre unidades, impactando a consolidação de indicadores estratégicos, a governança da informação e a tomada de decisão baseada em evidências, além de gerar retrabalho e atrasos no atendimento às demandas internas e de órgãos de controle.

⚙ Necessidade de atualização tecnológica dos sistemas acadêmicos estruturantes (SIPAC, SIGRH e SIGAA), visando assegurar segurança, desempenho, integração de dados e continuidade operacional, mitigando riscos associados a ambientes legados e dependência tecnológica.

⚙ Limitação de recursos humanos diante da expansão das demandas digitais, afetando prazos, capacidade de inovação e a sustentação de múltiplos projetos simultâneos em ambiente multicampi.

⚙ Complexidade técnica de infraestrutura antiga em alguns campi, dificultando padronização e modernização plena da rede.

⚙ Limitações da ferramenta de Business Intelligence utilizada, restringindo funcionalidades analíticas avançadas e dificultando a consolidação integrada de indicadores institucionais.

⚙ Necessidade de padronização plena dos controles de segurança entre os campi, reduzindo assimetrias de proteção tecnológica.

PRINCIPAIS DESTAQUES

★ Implantação de dashboards institucionais e de sistemas de Business Intelligence, ampliando a governança da informação e o suporte à tomada de decisão.

★ Manutenção da operação do Bureau de Serviços como canal estruturado de atendimento, assegurando suporte contínuo aos sistemas institucionais e à comunidade acadêmica.

PRINCIPAIS DESAFIOS

Ausência de Plano de Gestão Setorial formalizado, limitando a consolidação do planejamento estratégico da TI em horizonte plurianual integrado ao PDI.

Inexistência de Plano de Gestão de Riscos específico da área de TI, dificultando a sistematização, priorização e monitoramento formal dos riscos tecnológicos e cibernéticos.

Os resultados de 2025 orientam a gestão para o fortalecimento da governança digital como eixo estruturante da administração universitária, com prioridade para a formalização dos instrumentos de planejamento e gestão de riscos da área de Tecnologia da Informação. Nesse sentido, será priorizada a elaboração do Plano de Gestão Setorial da STI, alinhado ao PDI e ao PDTIC, com definição de objetivos setoriais e projetos estratégicos, priorização de investimentos, cronograma de atualização dos sistemas estruturantes (SIPAC, SIGRH e SIGAA) e integração ao planejamento orçamentário institucional.

Paralelamente, será estruturado o Plano de Gestão de Riscos de TI, contemplando identificação, classificação e tratamento sistemático dos riscos tecnológicos e cibernéticos, com integração ao modelo institucional de gestão de riscos, reforçando a prevenção de incidentes, a continuidade operacional e a proteção de dados institucionais.

No campo da governança de dados, a estratégia envolve a institucionalização de diretrizes para compartilhamento e acesso estruturado às informações, com definição clara de responsabilidades, padronização de fluxos e fortalecimento da cultura de decisão baseada em evidências, reduzindo resistências internas e ampliando a transparência.

Adicionalmente, permanecem como prioridades estratégicas a manutenção da alta disponibilidade da rede, a ampliação da redundância de conectividade, a modernização contínua do Data Center, o fortalecimento da segurança cibernética e o aprimoramento da experiência do usuário por meio do fortalecimento da Gerência de Bureau de Serviços. Essas medidas visam elevar a maturidade da governança de TI, mitigar riscos tecnológicos e assegurar suporte sustentável às atividades acadêmicas e administrativas, em consonância com os princípios da boa governança digital e da geração de valor público.

4.4 Eficiência Orçamentária

A dimensão Eficiência Orçamentária contempla os resultados institucionais relacionados à gestão estratégica, responsável e sustentável dos recursos públicos, com foco no alinhamento entre planejamento, execução e geração de valor público.

Está estruturada a partir dos seguintes objetivos estratégicos:

OE.01	Assegurar uma gestão orçamentária e financeira eficiente, promovendo o alinhamento entre orçamento, estratégia e gestão.	4	16
OE.02	Ampliar a captação de recursos externos.	4	17

4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

A gestão eficiente e responsável dos recursos orçamentários e financeiros constitui elemento essencial para a geração de valor público e para a sustentabilidade das ações acadêmicas e administrativas. Em 2025, a atuação institucional esteve orientada pelo fortalecimento da integração entre planejamento, execução e monitoramento do orçamento, com foco no alinhamento às prioridades estratégicas e na melhoria contínua dos processos de alocação e acompanhamento dos recursos.

Este capítulo apresenta os resultados relacionados à eficiência orçamentária e à ampliação da capacidade institucional de financiamento.

Os resultados de 2025 evidenciam elevado alinhamento entre planejamento e execução orçamentária, alta utilização dos recursos disponíveis e desempenho superior ao previsto na captação de recursos externos, indicando avanços na eficiência e na sustentabilidade financeira institucional.

A Taxa de Planejamento Orçamentário (TPO) atingiu 100%, confirmando plena aderência entre a programação orçamentária e as diretrizes estratégicas. Já a TEO apresentou níveis elevados de execução nas unidades gestoras, com resultados próximos ou equivalentes às metas estabelecidas, considerando variações operacionais.

Quanto aos Restos a Pagar inscritos (RPins), os resultados variaram entre as unidades, refletindo diferenças nos ciclos de execução e no perfil das despesas, o que sinaliza a necessidade de aprimoramento da programação financeira e do monitoramento da execução orçamentária.

Por fim, houve ampliação significativa da captação de recursos externos, com 52 parcerias firmadas frente à meta estabelecida, evidenciando o fortalecimento da capacidade institucional de mobilização de fontes complementares de financiamento.

INDICADORES DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS OE.01 E OE.02

		PROJETADO	EXECUTADO
OE.01.01	Taxa de planejamento orçamentário (PO) alinhado ao PDI (TPO).	2025: 100%	2025: 100%
OE.01.I2	Taxa de Execução Orçamentária (TEO).	2025: 100%	2025: PRA: 99,99%; SOF: 100%; CCA:100%; CCHSA: 92,29%
OE.01.I3	Percentual de Restos a Pagar inscritos (RPins).	2025: 37,5%	2025: PRA: 20,79%; SOF: 38,41%; CCA:49,28%; CCHSA: 51,47%
OE.02.I2	Número de parcerias com recursos captados destinados a projetos de desenvolvimento institucional, pesquisa, desenvolvimento e/ou inovação.	2025: 36	2025: 52

Fonte: Proplan e unidades gestoras.

PRINCIPAIS DESTAQUES

★ Planejamento orçamentário integralmente alinhado ao PDI (100%).

★ Execução global de 99,42% da dotação atualizada (R$ 2,318 bilhões), com empenho de R$ 2,304 bilhões.

★ Superação da meta de captação externa: 52 parcerias firmadas (meta: 36).

★ Captação de R$ 201,7 milhões em acordos e parcerias, crescimento superior a 350% em relação a 2024.

★ Ampliação relativa da participação nos investimentos (1,02% em 2025 frente a 0,78% em 2024).

★ Execução direcionada às ações estratégicas de funcionamento institucional (R$ 87,4 milhões), assistência estudantil (R$ 43,8 milhões) e fomento acadêmico (R$ 19,2 milhões).

PRINCIPAIS DESAFIOS

⚙ Rigidez estrutural da despesa, com 87,84% concentrados em pessoal e encargos sociais.

⚙ Reduzida margem discricionária para a ampliação de investimentos estruturantes.

⚙ Dependência crescente de captação externa para a expansão institucional e a mitigação de restrições fiscais.

⚙ Aderência entre o empenho das despesas e sua liquidação e pagamento no exercício, considerando as restrições estruturais e a complexidade operacional da execução orçamentária.

As informações detalhadas sobre a execução orçamentária encontram-se no capítulo 5 deste relatório.

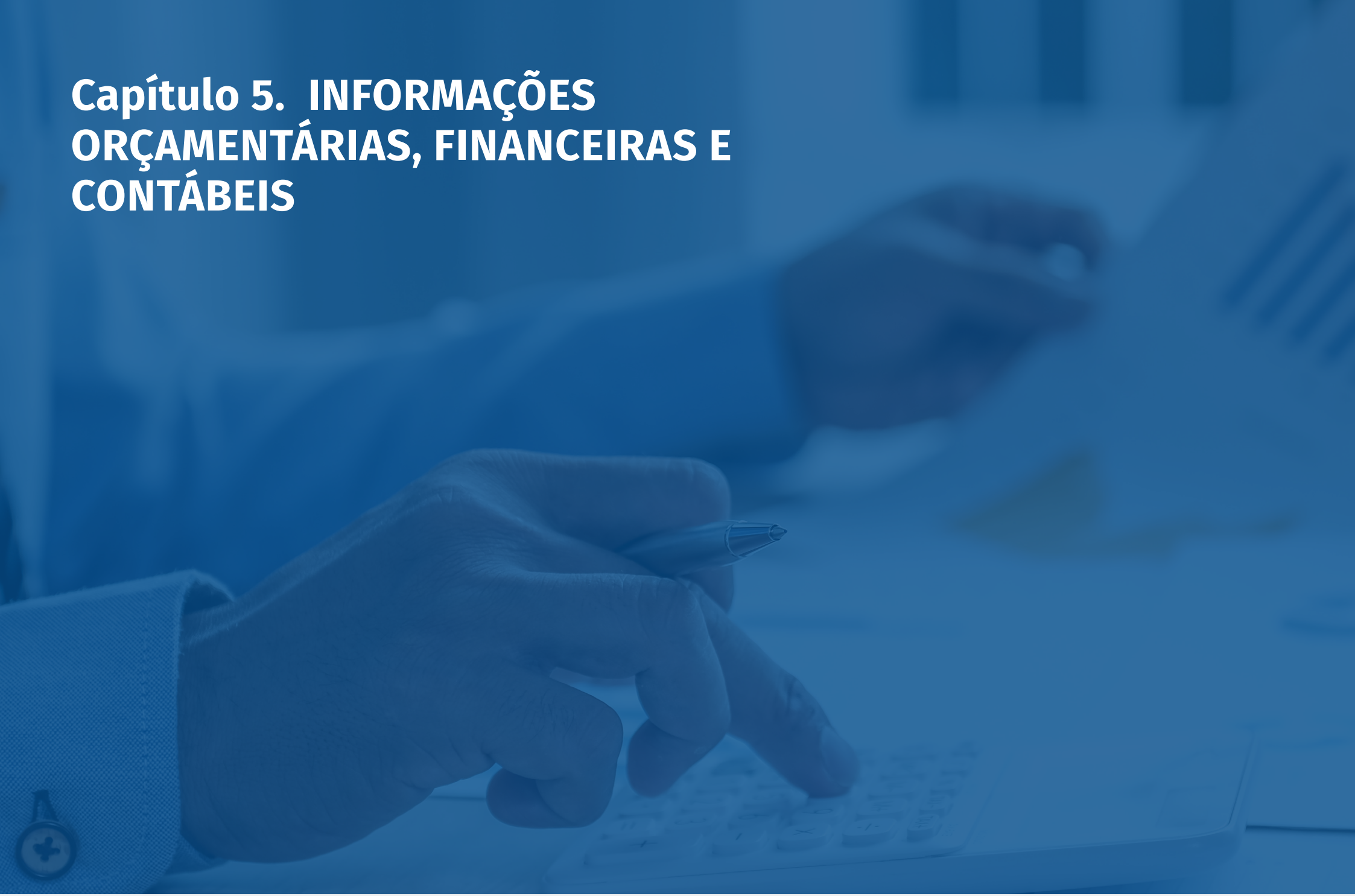
Os resultados de 2025 orientam a gestão para o fortalecimento da governança orçamentária, com integração estruturada entre planejamento estratégico, execução financeira e monitoramento sistemático de indicadores. As prioridades incluem o aprimoramento do controle de restos a pagar, a qualificação da gestão descentralizada nas unidades acadêmicas e a consolidação de instrumentos plurianuais de planejamento que ampliem a previsibilidade e a sustentabilidade fiscal.

No campo da captação de recursos, a estratégia consiste na institucionalização de modelo estruturado de prospecção e gestão de parcerias, ampliando a diversificação de fontes e reduzindo a vulnerabilidade a contingenciamentos orçamentários.

Adicionalmente, será priorizado o aprimoramento da gestão de investimentos, com acompanhamento físico-financeiro contínuo, mitigação dos riscos de passivos orçamentários e priorização de projetos de maior impacto institucional.

Em cenário de elevada rigidez estrutural, a gestão orienta-se à racionalização de despesas discricionárias, à ampliação da eficiência operacional e à consolidação de instrumentos de governança fiscal que assegurem a continuidade institucional, o equilíbrio orçamentário e a sustentabilidade das políticas acadêmicas e administrativas.

Capítulo 5. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS



5.1 Orçamento

A gestão orçamentária institucional é coordenada pela CODEOR, vinculada à PROPLAN, responsável pelo planejamento, acompanhamento e monitoramento da execução do orçamento institucional, abrangendo receitas, despesas e recursos extraordinários destinados ao funcionamento das atividades acadêmicas e administrativas.

Em 2025, a UFPB executou uma dotação atualizada de R$ 2.318.145.117,00, com empenho consolidado de R$ 2.304.670.445,50, o que corresponde a uma taxa global de execução por empenho de 99,42%, considerando despesas obrigatórias, discricionárias e emendas. Quando desconsiderados os recursos próprios, a taxa de execução por empenho das despesas correntes e investimentos discricionários alcançou 99,99%, evidenciando elevado grau de comprometimento orçamentário.

COMPOSIÇÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

A composição da despesa evidencia elevada rigidez orçamentária, com 87,84% concentrados em despesas obrigatórias de pessoal, reduzindo a margem discricionária para expansão de investimentos estruturantes. Ainda assim, observa-se um aumento relativo da participação de investimentos em comparação a 2024, indicando esforço para ampliar a capacidade institucional.

DOTAÇÃO ATUALIZADA POR GRUPO DE DESPESA (2025 X 2024)

	DOTAÇÃO ATUALIZADA					
GRUPO DESPESA	2024			2025		
Pessoal e encargos sociais	R$	1.786.133.226,00	87,52 %	R$	2.036.348.840,00	87,84%
Investimentos	R$	15.818.445,00	0,78%	R$	23.669.480,00	1,02%
Outras despesas correntes	R$	238.744.400,00	11,70%	R$	258.126.797,00	11,14%

Fonte: Codeor, a partir de informações do Tesouro Gerencial.

RESUMO GERAL DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA EM 2025

A Tabela apresenta a execução do orçamento de 2025 por grupos de despesa, evidenciando a dotação atualizada, os valores empenhados, os percentuais de execução e os pagamentos realizados no exercício. A dotação total atualizada alcançou R$ 2,32 bilhões, dos quais R$ 2,30 bilhões foram empenhados, correspondendo a 99,42% dos recursos disponíveis, o que demonstra elevado nível de execução orçamentária.

Observa-se que o grupo de Pessoal e Encargos Sociais concentrou a maior parcela do orçamento e apresentou empenhamento de 99,57%, refletindo o caráter obrigatório dessas despesas. As Outras Despesas Correntes registraram empenhamento de 98,99%, evidenciando a priorização dos recursos destinados à manutenção das atividades institucionais. Por sua vez, o grupo de Investimentos apresentou empenhamento de 90,87%, indicando execução relevante dos recursos destinados à infraestrutura e modernização institucional.

No grupo de Investimentos, o volume de pagamentos realizados no exercício foi proporcionalmente inferior ao empenhado, comportamento compatível com despesas de capital, cujo ciclo de execução normalmente se estende por mais de um exercício financeiro, em função dos cronogramas físico-financeiros de obras e aquisições.

TOTAL DO ORÇAMENTO 2025 POR GRUPOS DE DESPESA

GRUPO DESPESA	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EMPENHADO	% EMPENHADO	PAGO
Investimentos	R$ 23.669.480,00	R$ 21.507.544,01	90,87%	R$ 2.658.204,44
Outras despesas correntes	R$ 258.126.797,00	R$ 255.525.107,32	98,99%	R$ 210.798.481,15
Pessoal e encargos sociais	R$ 2.036.348.840,00	R$ 2.027.637.794,17	99,57%	R$ 1.771.689.499,07
	R$ 2.318.145.117,00	R$ 2.304.670.445,50	99,42%	R$ 1.985.146.184,66

Fonte: Codeor, a partir de informações do Tesouro Gerencial.

EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DAS PRINCIPAIS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - 2025

A Universidade Federal da Paraíba executou, em 2025, 99,99 % do orçamento relativo às despesas correntes e aos investimentos. Esses percentuais situam-se entre os mais elevados da série histórica recente da instituição.

A execução orçamentária discricionária em 2025 concentrou-se em ações voltadas à manutenção do funcionamento institucional e ao apoio às atividades acadêmicas, conforme detalhado a seguir.

Ação 20RK – Funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior

A execução da Ação 20RK concentrou-se em despesas essenciais ao funcionamento regular da Universidade, destacando-se os gastos com limpeza e conservação, apoio administrativo, técnico e operacional, vigilância ostensiva e monitorada, manutenção e conservação de bens imóveis e fornecimento de energia elétrica. Tais despesas são indispensáveis para assegurar a operacionalidade dos campi, das unidades acadêmicas e administrativas, bem como das estruturas físicas necessárias ao desenvolvimento das atividades institucionais. Ressalta-se a relevância dos contratos continuados, que demandam acompanhamento sistemático e priorização orçamentária, por se tratar de contratos essenciais à continuidade dos serviços públicos prestados.

ORÇAMENTO 2025 POR AÇÃO DO GOVERNO

AÇÃO GOVERNO		DOTAÇÃO ATUALIZADA		DESPESAS EMPENHADA	
00PW	CONTRIBUIÇÕES REGULARES A ENTIDADES OU ORGANISMOS NACIONAIS	R$	217.756,00	R$	217.753,95
00UU	CONTRIBUIÇÕES REGULARES A ORGANISMOS INTERNACIONAIS DE DIREITO PRIVADO	R$	38.688,00	R$	38.687,30
15R3	APOIO A CONSOLIDAÇÃO, REESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS IFES	R$	11.360.543,00	R$	11.360.543,00
20GK	FOMENTO ÀS AÇÕES DE GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	R$	19.282.195,00	R$	19.282.182,00
20RI	FUNCIONAMENTO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO BÁSICA	R$	212.342,00	R$	212.340,74
20RK	FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	R$	87.420.604,00	R$	87.418.975,27
20RL	FUNCIONAMENTO DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO ROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	R$	8.171.172,00	R$	8.171.117,19
21D7	APOIO A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	R$	203.686,00	R$	203.685,29
21GS	INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	R$	134.290,00	R$	134.289,97
2994	ASSISTÊNCIA AOS ESTUDANTES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	R$	2.769.155,00	R$	2.769.155,00
4002	ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE DE ENSINO SUPERIOR	R$	43.839.184,00	R$	43.839.175,56
4572	CAPACITACAO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO	R$	200.000,00	R$	200.000,00
8282	REESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	R$	3.049.921,00	R$	3.049.891,71

Fonte: Codeor, a partir de informações do Tesouro Gerencial.

Ação 20GK – Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

A execução da Ação 20GK foi predominantemente direcionada ao pagamento de bolsas de estudo no país, complementada por auxílios e bolsas a pesquisadores, por apoio financeiro a projetos acadêmicos e por despesas associadas à logística das atividades acadêmicas, como passagens e diárias. A predominância dessas despesas evidencia o papel estratégico da ação na promoção da permanência estudantil, no estímulo à produção científica e no fortalecimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, em consonância com os objetivos do PDI.

Ação 15R3 – Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

A Ação 15R3 apresentou execução voltada principalmente a obras em andamento e intervenções de melhoria da infraestrutura física da Universidade. Os recursos contribuíram para a modernização e adequação de espaços acadêmicos e administrativos, observados os limites orçamentários e os cronogramas físico-financeiros das obras.

Ação 20RL – Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

No âmbito da Ação 20RL, a execução concentrou-se em despesas de manutenção e conservação de bens imóveis, bem como em outros serviços de apoio necessários ao funcionamento das unidades técnicas vinculadas à universidade federal, assegurando a continuidade das atividades educacionais e administrativas específicas.

Ação 8282 – Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

A execução da Ação 8282 esteve associada, sobretudo, à aquisição de equipamentos e bens permanentes, com ênfase em equipamentos de tecnologia da informação e comunicação, bem como em instrumentos destinados ao apoio às atividades acadêmicas e administrativas, contribuindo para a modernização da infraestrutura institucional.

De forma geral, a execução orçamentária de 2025 demonstra alinhamento com as prioridades institucionais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com direcionamento predominante de recursos para a manutenção das atividades acadêmicas e administrativas, o fortalecimento das políticas de permanência estudantil e o apoio ao desenvolvimento acadêmico. Os investimentos realizados concentraram-se em ações pontuais de modernização da infraestrutura, observados os limites do contexto orçamentário e financeiro do exercício. Esse padrão de alocação evidencia a coerência entre a execução orçamentária e as prioridades estratégicas institucionais.

5.2 Demonstrações contábeis

A Coordenação de Contabilidade e Finanças (CCF) é responsável pela gestão contábil da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). No exercício de 2025, as Demonstrações Contábeis da instituição foram extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI e integram a prestação anual de contas da Universidade.

As Demonstrações Contábeis da UFPB, juntamente com suas Notas Explicativas, foram elaboradas em conformidade com as normas contábeis vigentes no Brasil, destacando-se a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), entre outras normas aplicáveis ao setor público federal.

As informações orçamentárias, financeiras, patrimoniais e contábeis referentes ao exercício de 2025 constam das Demonstrações Contábeis do órgão 26240 – Universidade Federal da Paraíba, compostas por: I. Balanço Orçamentário; II. Balanço Financeiro; III. Balanço Patrimonial; IV. Demonstração das Variações Patrimoniais; V. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; e VI. Demonstrações do Fluxo de Caixa.

Nas Notas Explicativas consta o resumo da situação financeira contábil, sendo demonstradas a situação do final do exercício de 2025 e a respectiva comparação com o exercício de 2024, assim como os principais fatos contábeis, saldos de contas ou grupos de contas, e demais ocorrências que impactaram os resultados financeiros e não financeiros, assim como o patrimônio do órgão no período. As informações completas podem ser acessadas no **Relatório Contábil 2025.**

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário apresenta as receitas e despesas previstas em comparação com as realizadas, detalhando as receitas por categoria econômica e origem, incluindo a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que reflete o excesso ou déficit de arrecadação. Também são apresentadas as despesas por categoria econômica e grupo de natureza, especificando a dotação inicial, a dotação atualizada, as despesas empenhadas, liquidadas e pagas, e o saldo da dotação.

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS EM 2025

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Receitas Correntes	R$ 7.253.440,00	R$ 7.253.440,00	R$ 4.999.750,51	R$ - 2.253.689,49
+ Receita Patrimonial	R$ 2.642.286,00	R$ 2.642.286,00	R$ 1.546.086,02	R$ - 1.096.199,98
+ Receita Agropecuária	R$ 21.952,00	R$ 21.952,00	R$ 224.856,00	R$ 202.904,00
+ Receita Industrial	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
+ Receita de Serviços	R$ 4.589.202,00	R$ 4.589.202,00	R$ 3.058.143,97	R$ - 1.531.058,03
+ Outras Rec. Correntes	R$ -	R$ -	R$ 170.664,52	R$ 170.664,52
Receitas de Capital	R$ 232.900,00	R$ 232.900,00	R$ -	R$ - 232.900,00
TOTAL	R$ 7.486.340,00	R$ 7.486.340,00	R$ 4.999.750,51	R$ -2.486.589,49

Fonte: SIAFI Web.

No Balanço Orçamentário da UFPB para o exercício de 2025, observa-se que o total das Receitas Realizadas foi de R$ 4.999.750,51, o que corresponde a 66,78% do total previsto.

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS EM 2025

DESPESAS ORÇAMENTÁRAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Despesas Correntes	R$ 2.259.810.967,00	R$ 2.533.385.868,00	R$ 2.554.001.367,12	R$ 2.506.030.997,06	R$ 2.220.564.732,74	R$ - 20.615.499,12
+ Pessoal e Encargos Sociais	R$ 2.001.351.644,00	R$ 2.265.463.870,00	R$ 2.253.614.413,02	R$ 2.250.267.270,79	R$ 1.978.396.046,95	R$ 11.849.456,98
+ Outras Despesas Correntes	R$ 258.459.323,00	R$ 267.921.998,00	R$ 300.386.954,10	R$ 255.763.726,27	R$ 242.168.685,79	R$ -32.464.956,10
Despesas de Capital	R$ 28.285.397,00	R$ 23.669.480,00	R$ 28.395.767,78	R$ 5.182.787,47	R$ 4.238.351,18	R$ - 4.726.287,78
TOTAL	R$ 2.288.096.364,00	R$ 2.557.055.348,00	R$ 2.582.397.134,90	R$ 2.511.213.784,53	R$ 2.224.803.083,92	R$ - 25.341.786,90

Fonte: SIAFI Web.

Na composição do total da Despesa Orçamentária Empenhada (R$2.582.397.134,90), as Despesas Correntes representaram 98,90%, enquanto que as Despesas de Capital foram 1,10%.

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Por decisão administrativa, os empenhos inscritos em Restos a Pagar Não Processados (RPNP) foram mantidos a partir do exercício de 2016. Ao final de 2025, o saldo totaliza R$ 21.644.895,82, dos quais 63,61% correspondem a despesas de Custeio e 36,39% a Investimentos. A distribuição do saldo de RPNP por ano de inscrição encontra-se detalhada na tabela a seguir.

Os cancelamentos de RPNP totalizaram R$ 24.017.193,08. Os motivos que levaram ao cancelamento foram: a Instituição possuir empenhos de 2025 para custear as mesmas despesas inscritas no RPNP; não havia mais interesse da Administração no recebimento em virtude do atraso na entrega; e por algumas empresas estarem com impedimentos no SICAF.

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - POR ANO DE INSCRIÇÃO

GRUPO DESPESA	ANO	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS REINSCRITOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS CANCELADOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS PAGOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A PAGAR
1 Pessoal e Encargos Sociais	2021	-	3.439,30	3.439,30	-	0,00
	2023	-	4.887,22	4.887,22	-	0,00
	2024	15.032.090,94	-	13.839.572,05	498.247,13	694.271,76
	Total	15.032.090,94	8.326,52	13.847.898,57	498.247,13	694.271,76
3 Outras Despesas Correntes	2018	-	33.347,52	32.997,52		350,00
	2019	-	5.867,60	1.132,28		4.735,32
	2021	-	977.917,32	433.805,25	5.010,13	539.101,94
	2022	-	3.330.630,99	2.935.164,91	261.476,44	133.989,64
	2023	-	6.583.746,83	2.345.250,78	4.196.289,36	42.206,69
	2024	48.830.903,52	-	559.867,52	35.916.398,86	12.354.637,14
	Total	48.830.903,52	10.931.510,26	6.308.218,26	40.379.174,79	13.075.020,73
4 Investimentos	2016	-	9.668,41	-	-	9.668,41
	2018	-	12.894,92	5.696,00	-	7.198,92
	2019	-	203.954,08	203.954,08	-	0,00
	2020	-	13.469,41	-	-	13.469,41
	2021	-	3.383.367,07	3.264.201,07	-	119.166,00
	2022	-	936.190,18	-	168.270,41	767.919,77
	2023	-	7.501.568,34	309.560,60	3.903.531,44	3.288.476,30
	2024	10.078.397,65	-	77.664,50	6.331.028,63	3.669.704,52
	Total	10.078.397,65	12.061.112,41	3.861.076,25	10.402.830,48	7.875.603,33
TOTAL		73.941.392,11	23.000.949,19	24.017.193,08	51.280.252,40	21.644.895,82

Fonte: SIAFI Web

BALANÇO FINANCEIRO

O Resultado Financeiro do exercício de 2025, que corresponde à diferença entre a soma das receitas orçamentárias, transferências financeiras recebidas e recebimentos extraorçamentários e a soma das despesas orçamentárias, transferências financeiras concedidas e despesas extraorçamentárias, foi positivo em R$ 18.268.662,88.

BALANÇO FINANCEIRO

CONTAS	2024	2025
Receitas Orçamentárias	R$ 9.782.018,29	R$ 4.999.750,51
Transferências Financeiras Recebidas	R$ 2.367.641.799,80	R$ 2.591.702.800,96
Recebimentos Extraorçamentários	R$ 302.229.152,05	R$ 367.738.663,30
(-) Despesas Orçamentárias	R$ (2.290.491.798,78)	R$ (2.582.397.134,90)
(-) Transferências Financeiras Concedidas	R$ (99.803.706,01)	R$ (87.671.670,89)
(-) Despesas Extraorçamentárias	R$ (281.810.134,69)	R$ (276.103.746,10)
RESULTADO FINANCEIRO	R$ 7.547.330,66	R$ 18.268.662,88

Fonte: SIAFI Web.

RESUMO DO BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	2024	2025	PASSIVO	2024	2025
Circulante	R$ 218.385.196,43	R$ 223.014.761,08	Circulante	R$ 330.059.533,25	R$ 414.698.283,45
Não Circulante	R$ 767.176.827,88	R$ 864.280.543,75	Não Circulante	R$ -	R$ -
			Patrimônio Líquido	R$ 655.502.491,06	R$ 672.597.021,38
TOTAL	R$ 985.562.024,31	R$ 1.087.295.304,83	TOTAL	R$ 985.562.024,31	R$ 1.087.295.304,83

Fonte: SIAFI Web.

INFORMAÇÕES SOBRE O SETOR DE CONTABILIDADE

DISTRIBUIÇÃO DE SERVIDORES POR SETOR E CARGO

SETORES	CONTADOR	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO	AUXILIAR EM ADMINISTRAÇÃO	TÉCNICO EM SECRETARIADO	TOTAL
Coordenação	1	-	-	-	-	1
Divisão de Acordos e Convênios (DAC)	3*	4	-	-	-	7
Divisão de Execução Orçamentária-Financeira (DEOF)	8**	4	1	2	-	15
Divisão de Contabilidade (DC)	12***	8	-	-	-	20
Secretaria e apoio técnico	-	-	-	1	1	2
TOTAL	25	15	1	3	1	45

* Há um servidor cedido ao Ministério da Cultura (MInC).
** Há dois servidores afastados e dois cedidos à Secretaria do Patrimônio da União – SPU.
*** Há um servidor requisitado e três cedidos à Secretaria do Patrimônio da União – SPU.

Fonte: Website da PRA: https://www.pra.ufpb.br/equipe/.

COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES CCF

A Coordenação de Contabilidade e Finanças (CCF) tem como missão orientar, acompanhar e avaliar o registro dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, assegurando a conformidade com as normas de contabilidade pública e produzindo informações qualificadas para a tomada de decisões dos gestores e para o controle interno, externo e social. Nesse contexto, é responsável pelo registro e pela contabilização dos atos orçamentários, financeiros e patrimoniais, pelo controle dos recursos financeiros recebidos, pela análise de processos de pagamento e verificação tributária, pela liquidação de despesas no SIAFI, pelo controle da folha de pagamento, pela regularização de contas contábeis, pela análise de prestações de contas de convênios e pela elaboração de relatórios contábeis periódicos. Compete-lhe, ainda, a gestão de cadastros e obrigações nos sistemas SIAFI, DIRF, EFD-REINF e DCTFWeb, bem como a realização da conformidade contábil e de gestão.

RESPONSÁVEIS PELA CONTABILIDADE

Ana Patrícia Guedes de Souza
Contadora responsável

Rubens Alberto Falcão Ferreira
Coordenador da CCF

5.3 Gestão de licitações e contratos

A gestão de licitações e contratos da UFPB é de responsabilidade das Unidades Administrativas de Serviços Gerais (UASGs), que são a Pró-Reitoria de Administração (PRA), a Superintendência de Orçamento e Finanças (SOF), o Centro de Ciências Agrárias (CCA) e o Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias (CCHSA).

CONFORMIDADE LEGAL

Lei de Licitações e Contratos
Lei nº 14.133/2021

Lei do Orçamento Público
Lei nº 4.320/1964

Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.
Lei Complementar nº 123/2006

Além dessa legislação, as contratações públicas são regulamentadas por decretos federais, por atos normativos complementares e orientadas por pareceres e acórdãos de órgãos de controle e consultivos, como a CGU, o TCU e a AGU, bem como por instruções normativas expedidas pelos órgãos competentes do Governo Federal.

A UFPB desenvolveu mecanismos de controle interno para prevenir e identificar falhas na execução dos contratos.

Mais informações nos sites:
https://www.ufpb.br/sof/contents/menu/servicos/orientacoes-a-gestores-e-fiscais-de-contratos
https://www.ufpb.br/sof/contents/menu/servicos/catalogo-de-padronizacao.

LICITAÇÕES REALIZADAS

As tabelas a seguir apresentam a distribuição de quantidades e valores das licitações por UASG.

QUANTIDADE DE PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS FORMALIZADOS NA UFPB, POR UASG, EM 2025

MODALIDADE	PRA	SOF	CCA	CCHSA	TOTAL
Pregão eletrônico*	67	5	6	5	83
Dispensa	5	-	-	3	8
Inexigibilidade**	292	11	4	3	310
Importação por dispensa	-	-	-	-	-
Importação por inexigibilidade	34	-	-	-	34
Leilão	-	-	-	-	-
RDC***	-	-	-	-	-
Concorrência	-	6	-	-	6
Adesão	-	-	1	-	1
Participação IRP****	2	6	12	9	29
TOTAL	400	28	23	20	471

Fonte: UASGs da UFPB.
*A SOF deu andamento a seis pregões em 2025, estando pendente de conclusão um dos certames (PE SRP 90006/2025, que tem por objeto a aquisição de materiais para abastecimento da SSG, no valor estimado de R$ 212.377,56).
**Existem ainda dois registros de inexigibilidade que não devem ser considerados para composição: i) a inexigibilidade n. 10/2025, revogada em razão de alteração do desconto concedido na proposta de curso de capacitação (o que resultou em nova inexigibilidade, com preço mais vantajoso à administração); e ii) a inexigibilidade n. 30/2025, divulgada tão somente para fins de regularização de evento ocorrido no exercício anterior, relativo à publicidade da inexigibilidade de cessão de uso de complexo hospitalar, conforme processo n. 23074.118067/2023-60.
*** Regime Diferenciado de Contratações - RDC;
**** Intenção de Registro de Preços - IRP

VALORES LICITADOS NA UFPB POR UASG EM 2025

MODALIDADE	PRA	SOF	CCA	CCHSA	TOTAL
Pregão eletrônico	R$ 39.593.742,68	R$ 3.325.064,85	R$ 1.562.503,2	R$ 1.338.240,74	R$ 45.819.551,47
Dispensa	R$ 4.698.888,00	-	-	R$ 37.738,50	R$ 4.736.626,50
Inexigibilidade	R$ 4.245.412,58	R$ 157.409,00	R$ 109.690,00	R$ 28.450,00	R$ 4.540.961,58
Importação por dispensa	-	-	-	-	-
Importação por inexigibilidade	R$ 497.454,00	-	-	-	R$ 497.454,00
Leilão	-	-	-	-	-
RDC	-	-	-	-	-
Concorrência*	-	R$ 15.117,898,20	-	-	R$ 15.117,898,20
Adesão	-	-	R$ 49.688,04	-	R$ 49.688,04
Participação IRP	R$ 7.311.093,81	R$ 686.647,65	R$ 313.358,36	R$ 933.184,76	R$ 9.244.284,58
TOTAL	R$ 56.346.591,07	R$ 19.287.019,70	R$ 2.035.239,60	R$ 2.337.614,00	R$ 80.006.464,37

Fonte: UASGs da UFPB.

*A SOF deu andamento a oito concorrências, estando pendentes de conclusão dois dos certames 90007/2025 e 90008/2025, respectivamente, as obras de: i - reforma da SODS, hall da reitoria. Adequação/melhoria da fachada do protocolo, no valor estimado de R$ 2.286.107,13 e ii – retomada da obra do prédio da Pós-graduação em Ecologia e Antropologia no CCAE, no valor estimado de R$ 3.248.294,65. A CE 90001/2025 é obra de engenharia de Construção de Rotas Acessíveis, localizadas no Campus I, no valor de R$ 5.899.999,00. A CE 90002/2025 foi concessão de uso oneroso de 14 imóveis da UFPB cujo valor será referente à receita, motivo pelo qual não foi incorporado ao valor licitado na tabela acima. A CE 90003/2025 é obra de conclusão do laboratório de tipificação de carcaças, no valor de R$ 499.000,00; a CE 90004/2025 é a construção do Museu Memorial Sivuca, no valor de R$ 1.074.000,00; e a 90005/2025 é a conclusão do ginásio didático do CCS em João Pessoa, no valor de R$ 4.505.899,23. A 90006/2025 - obras e urbanização e pavimentação do Campus III, no valor estimado de R$ 6.289.772,32, foi finalizada a pavimentação dos acessos principais do Campus III, no valor de R$ 3.139.000,00, ficando pendente a urbanização do Campus III.

CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES VIGENTES EM 2025

No quadro ao lado encontram-se as contratações mais relevantes do exercício de 2025, tendo sido considerados, para fins de destaque, os contratos com valores superiores a R$ 5 milhões.

As contratações justificam-se pela necessidade de manutenção das diversas áreas da instituição (como limpeza, apoio administrativo, vigilância e intérpretes de libras), bem como pela realização de obras para construção, reforma e adequação da infraestrutura. Incluem ainda a contratação de serviços de preparo e distribuição de refeições, para assegurar a regularidade no atendimento à comunidade acadêmica, em conformidade com o planejamento estratégico e o Plano de Contratações Anual. As contratações estão alinhadas aos objetivos estratégicos OE.01, OE.06 e OE.09.

CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES VIGENTES EM 2025

CONTRATO	OBJETO	VIGÊNCIA	VALOR GLOBAL ESTIMADO (ATUAL)
UFPB/SOF Nº 008/2025	Conclusão da obra do Centro de Biotecnologia (CBIOTEC)	21/03/25 –21/03/27	R$ 5.190.000,00
UFPB/SOF Nº 015/2025	Contratação de obras de engenharia para a construção de Rotas Acessíveis	21/03/25–21/04/26	R$ 5.899.999,00
UFPB/SOF nº 013/2024	Vigilância CAMPUS I	24/02/25–24/02/26	R$6.116.674,44
UFPB/SOF Nº 013/2021	Serviços comuns de engenharia (Campi II e III)	02/12/22–02/12/25	R$6.643.759,07
UFPB/PRA Nº 14/2025	Contratação de serviços comuns e contínuos de preparo e distribuição de refeições, para atender os restaurantes universitários da UFPB.	25/08/25–25/08/27	R$ 12.959.520,00
UFPB/SOF nº 001/2023	Limpeza e Conservação CAMPUS I	23/02/23–23/02/27	R$12.623,607,94
UFPB/SOF nº 002/2023	Apoio Administrativo todos os CAMPI	03/03/23–03/03/26	R$12.967.130,74
UFPB/SOF Nº 012/2021	Serviços comuns de engenharia (Campi I e IV)	02/12/21–02/12/26	R$14.597.335,44

Fonte: PRA/SOF/UFPB.

PRINCIPAIS CONTRATAÇÕES DIRETAS

Modalidade: Dispensa de Licitação

O valor total das contratações diretas, na modalidade de dispensa de licitação, foi de R$ 4.736.625,50, no exercício de 2025, e abrangeram serviços de apoio administrativo e técnico, atividades artísticas e instrucionais, serviços especializados de natureza sanitária e logística, bem como a contratação emergencial de empresa para a prestação de serviços de alimentação nos Restaurantes Universitários.

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação

No exercício de 2025, as contratações diretas por inexigibilidade de licitação da UFPB totalizaram R$ 157.785,00, voltadas principalmente à capacitação de servidores, bem como à participação em eventos e a contratação de seguros para a manutenção de equipamentos. Tais contratações foram justificadas pela necessidade de: capacitação e aperfeiçoamento de servidores; participação em eventos e cursos especializados; serviços especializados, como manutenção de equipamentos laboratoriais.

CONTRATAÇÕES DIRETAS POR DISPENSA DE LICITAÇÃO EM 2025

PROCESSO	OBJETO	JUSTIFICATIVA	VALOR GLOBAL ESTIMADO (ATUAL)
23074.111596/2024-77	Contratação de serviços de abertura de empresa e assessoria contábil para empresas juniores da UFPB.	Aperfeiçoamento e geração de conhecimento nas contratações, além da capacitação quanto aos procedimentos realizados.	R$ 8.400,00
23074.009541/2025-80	Contratação emergencial para prestação de serviços de alimentação nos Restaurantes Universitários da UFPB.	Contratação necessária devido a desinteresse dos fornecedores e a ausência de empresas habilitadas no Pregão nº 03/2024 (Processo nº 23074.042558/2024-54), para a continuidade dos serviços prestados.	R$ 3.940.488,00
23074.112826/2025-38	Contratação de serviços contínuos de envio de encomendas nacional e internacional.	Serviços postais essenciais ao recebimento e envio de correspondências da instituição, garantindo a comunicação e o atendimento ao público.	R$ 750.000,00
23074.032317/2025-11	Contratação de artista(s) Musical (is).	Valorização da cultura regional e promoção de integração e confraternização, bem como fortalecimento da identidade institucional, bem-estar coletivo e desenvolvimento sociocultural e pedagógico.	R$20.000,00
23074.032347/2025-74	Serviço de instrução dos Alunos selecionados para a banda marcial do CAVN.	Necessidade de garantir o desenvolvimento de atividades culturais e artísticas que contribuam para a formação e educação dos estudantes.	R$ 12.000,00
23074.028098/2025-46	Exame de brucelose e tuberculose para rebanho Bovino.	Necessidade de garantir a higidez do rebanho bovino do CCHSA, o que inclui o exame de Brucelose e Tuberculose.	R$ 5.738,50
TOTAL GERAL			R$ 4.736.626,50

Fonte: UASGs da UFPB.

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS PARA A GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Apesar dos desafios, a UFPB busca atuar de forma responsável, priorizando a legalidade, a eficiência e a economicidade das contratações.

Desafios:

- Insuficiência de recursos humanos e sobrecarga de trabalho;
- Constante atualização normativa;
- Complexidade da fiscalização e do acompanhamento da execução contratual.
- Restrições orçamentárias diante da ampla e complexa estrutura acadêmica e administrativa da UFPB;
- Execução orçamentária de 28 Unidades Gestoras Responsáveis (UGRs).

Ações futuras:

- ★ Investimento na capacitação contínua dos servidores envolvidos nos processos de licitação e gestão contratual;
- ★ Padronização de documentos, fluxos e rotinas;
- ★ Utilização de ferramentas tecnológicas que auxiliem no controle, monitoramento e transparência dos contratos;
- ★ Intensificação da gestão de riscos e a fiscalização contratual.
- ★ Realização de compras compartilhadas entre as UASGs ativas da UFPB, de modo a evitar duplicidades de licitações e retrabalho entre as equipes.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Indicadores de Gestão do Tribunal de Contas da União

(DECISÃO Nº 408/2002 - PLENÁRIO E ACÓRDÃOS Nº 1043/2006 E Nº 2167/2006 - PLENÁRIO)

INDICADORES	2025	2024
Total de Alunos efetivamente matriculados na graduação*	25.819	25.947
Total de alunos efetivamente matriculados na pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado)	5.034	5.07
Total de Alunos efetivamente matriculados na Residência Médica (AR)	184	190
Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral (AGTI)	19.607,60	18.374,47
Número de Alunos Equivalentes da Graduação (AGE)	31.796,10	29.732,52
Número de Alunos da Pós-graduação em Tempo Integral (APGTI)	10.068	10.14
Número de Alunos de Residência Médica em Tempo Integral (ARTI)	368	380
Custo Corrente incluindo 35% das Despesas do Hospital Universitário (HU)	R$ 1.509.469.080,31	R$ 1.150.997.144,10
Custo Corrente excluindo as despesas do HU	R$ 1.427.048.918,45	R$ 1.076.677.178,73
Número de alunos em tempo integral	30.043,60	28.894,47
Número de alunos equivalentes	42.232,10	40.252,52
Número de Professores Equivalentes	2.437,00	2.447,50
Número de Funcionários Equivalentes com HU (Hospitais Universitários)	4.126,00	4.097,25
Número de Funcionários Equivalentes sem HU (Hospitais Universitários)	3.651,00	3.598,00
Custo Corrente / Aluno Equivalente COM HU	R$ 35.742,22	R$ 28.594,41
Custo Corrente / Aluno Equivalente SEM HU	R$ 33.790,62	R$ 26.748,07
Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente	12,33	11,81
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU	7,28	7,05
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU	8,23	8,03
Funcionário Equivalente / Professor Equivalente - COM HU	1,69	1,67
Funcionário Equivalente / Professor Equivalente - SEM HU	1,50	1,47
Grau de Participação Estudantil (GPE)	0,76	0,71
Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (CEPG)	0,16	0,16
Conceito CAPES	4,69	4,43
Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	4,72	4,72
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG) em % com duas casas decimais	46,03	41,55

*Para o cálculo de aluno matriculado o TCU considera a média simples dos dois semestres letivos.

APÊNDICE B - Relatórios de Gestão dos Centros da UFPB no ano de 2025

CENTRO	LINK
CBIOTEC	https://www.cbiotec.ufpb.br/relatorio-de-gestao/
CCA	http://www.cca.ufpb.br/cca/contents/menu/institucional/gestao/relatorio-de-gestao
CCAE	https://www.ccae.ufpb.br/relatorios-de-gestao/
CCEN	https://www.ccen.ufpb.br/relatorio-de-gestao/
CCHLA	https://cchla.ufpb.br/cchla/contents/menu/institucional/relatorio-de-gestao-2021
CCHSA	https://cchsa.ufpb.br/cchsa/contents/menu/institucional/relatoriodegestao
CCJ	https://www.ccj.ufpb.br/joaopessoa/relatorios-de-gestao-pdi/
CCM	https://www.ccm.ufpb.br/ccm/contents/menu/centro/transparencia-prestacao-de-contas
CCS	https://www.ccs.ufpb.br/relatorios-de-gestao/
CCSA	https://www.ccsa.ufpb.br/ccsa/contents/menu/servicos/copy_of_documentos/relatorios-de-gestao-do-ccsa
CCTA	https://docs.google.com/document/d/1vA1yWHenhHZqyG6-ox56EsYDkKboZ7gJgN0vUdU_ZTA/edit?usp=sharing
CE	https://www.ce.ufpb.br/relatorios-e-documentos-de-gestao/
CEAR	https://cear.ufpb.br/cear/contents/paginas/transparencia/relatorios-anuais-1
CI	https://www.ci.ufpb.br/direcao/relatorio-de-gestao-2025/
CPT-ETS	https://www.cpt.ufpb.br/relatorios-de-gestao/
CT	https://www.ct.ufpb.br/relatorios-anuais-de-gestao/
CTDR	http://www.ctdr.ufpb.br/ctdr/contents/menu/ctdr-1/apresentacao/historico

Siglas e abreviações

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

ACI - Agência UFPB de Cooperação Internacional

AGU - Advocacia Geral da União

ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

Audin - Auditoria Interna

BDTD - Biblioteca Digital de Teses e Dissertações

BI - Bilhões

BIM - Building Information Modeling

BPEq - Banco de Professor Equivalente

Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAVN - Colégio Agrícola Vidal de Negreiros

CBIOTEC - Centro de Biotecnologia

CCA - Centro de Ciências Agrárias

CCAE - Centro de Ciências Aplicadas e Educação

CCEN - Centro de Ciências Exatas e da Natureza

CCF - Coordenação de Contabilidade e Finanças

CCHLA - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

CCHSA - Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias

CCJ - Centro de Ciências Jurídicas

CCM - Centro de Ciências Médicas

CCS - Centro de Ciências da Saúde

CCSA - Centro de Ciências Sociais Aplicadas

CCTA - Centro de Comunicação, Turismo e Artes

CE - Centro de Educação

CEAR - Centro Energias Alternativas e Renováveis

CGA - Comissão de Gestão Ambiental

CGU - Controladoria Geral da União

CI - Centro de Informática

CIA - Comitê de Inclusão e Acessibilidade

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Codeinfo - Coordenação de Informação

Codeor - Coordenação de Orçamento

Codeplan - Coordenação de Planejamento

ComGov - Comitê de Governança, Controle Interno e Gestão de Riscos

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

COMCONF - Comissão de Conformidade

Consepe - Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão

Consuni - Conselho Universitário

CPA - Comissão Própria de Avaliação

CPC - Conceito Preliminar de Curso

CPT-ETS - Centro Profissional e Tecnológico - Escola Técnica de Saúde

CT - Centro de Tecnologia

CTDR - Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional

DA - Doutorado acadêmico

DAC - Divisão de Acordos e Convênios

DEMO - Dedicação Exclusiva de Mão-de-obra

Dirf - Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte

EaD - Ensino a Distância

EBTT - Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

Enade - Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

FAPESQ - Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba

FIC - Formação Inicial e Continuada

FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos

GMA - Gerência de Meio Ambiente

ICTs - Instituições de Ciência e Tecnologia

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

Idep - Instituto UFPB de Desenvolvimento da Paraíba

IEP - Índice de Execução do PDI

IESGO - Índice de Governança, Sustentabilidade e Gestão

IFE - Instituição Federal de Ensino

Inova - Agência UFPB de Inovação Tecnológica

IRP - Intenção de Registro de Preços

ITA - Índice de Transparência Ativa

KWh - Quilowatt-hora

LAI - Lei de Acesso à Informação

LOA - Lei Orçamentária Anual

LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal

MA - Mestrado acadêmico

MAAPE - Monitoramento e Avaliação dos Auxílios Pagos aos Estudantes

MCASP - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

MEC - Ministério da Educação

MGI - Ministério da Gestão e Inovação e Serviços Públicos

MI - Milhões

MP - Mestrado profissional

MPF - Ministério Público Federal

NBC TSP - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

NEE - Necessidades Educacionais Específicas

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OE - Objetivo Estratégico

OGU - Ouvidoria-Geral da União

PAD - Processo Administrativo Disciplinar

PCI - Prevenção Contra Incêndio

PDCA - Plan-Do-Check-Act

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

PDTIC - Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação

PGD - Programa de Gestão de Desempenho

PGLS - Plano de Gestão de Logística Sustentável

PGS - Plano de Gestão Setorial

PIBPG - Programa Institucional de Bolsas de Pós-Graduação

PLS - Plano de Gestão de Logística Sustentável

PNE - Plano Nacional de Educação

POP - Procedimento Operacional Padrão

PPA - Plano Plurianual da União

PPC - Projeto Pedagógico do Curso

PPI - Projeto Pedagógico Institucional

PRA - Pró-Reitoria de Administração

PRAPE - Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante

PRG - Pró-Reitoria de Graduação

PROEX - Pró-Reitoria de Extensão

PROGEP - Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

PROPESQ - Pró-Reitoria de Pesquisa

PROPLAN - Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento

PRPG - Pró-Reitoria de Pós Graduação

QRSTA - Quadro de Referência dos Servidores Técnico-Administrativos

QUALIGRAD - Programa de Qualidade da Graduação

RDC - Regime Diferenciado de Contratações

REFIS - Recuperação Fiscal

RG - Relatório de Gestão

RPIns - Restos a Pagar Inscritos

RPNP - Restos a Pagar não Processados

RU - Restaurante Universitário

SAEGO - Sistema de Avaliação Educacional do Estado de Goiás

SCS - Superintendência de Comunicação Social

SEBTT - Superintendência de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

SGDcom - Sistema de Gestão de Desempenho e Competência

SIADS - Sistema Integrado de Gestão Patrimonial

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Pessoal

SIC - Serviço de Informação ao Cidadão

SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores

SIDTec - Sistema de Inteligência de Dados de Indicadores de Ciência e Tecnologia na Paraíba

SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

SIGMA - Sistema Integrado de Gestão e Monitoramento Acadêmico

SIGOV - Sistema de Inteligência e Governança de Dados

SIGRH - Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos

Sinfra - Superintendência de Infraestrutura

SIPAC - Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos

SIPEC - Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal

Sisdip - Sistema de Dimensionamento de Pessoas

SisOuv - Ouvidorias do Poder Executivo Federal

SISTEC - Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica

SNPG - Sistema Nacional de Pós-Graduação

SODS - Secretaria dos Órgãos Deliberativos da Administração Superior

SOF - Superintendência de Orçamento e Finanças

SSI - Superintendência de Segurança Institucional

SSG - Superintendência de Serviços Gerais

SULT - Superintendência de Logística de Transporte

TAEs - Técnico-administrativos em Educação

TCU - Tribunal de Contas da União

TDC - Taxa de Desenvolvimento de Competências

TEO - Taxa de Execução Orçamentária

TGA - Taxa geral de abertura de dados

TI - Tecnologia da Informação

TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação

TPO - Taxa de Planejamento Orçamentário

UASG - Unidade de Administração de Serviços Gerais

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

UGRs - Unidades Gestoras Responsáveis

UPC - Unidade Prestadora de Contas

Organização do Relatório de Gestão 2025

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
Anielson Barbosa da Silva

COORDENADOR DE PLANEJAMENTO
José Mancinelli Ledo do Nascimento

COORDENADOR DE INFORMAÇÃO
Aléssio Tony Cavalcanti de Almeida

EQUIPE TÉCNICA
Ana Carmen Navarro de Moraes
Ana Paula Lopes de Souza Correia
Claudio Augusto Alves
Diogo Araújo Sampaio
Elisângela Garcia Pereira
Ramailda Batista de Sousa
Tiago Rodrigues Dantas

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO
Tiago Rodrigues Dantas
Emanuella dos Santos Silva

PROPLAN
Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento
Universidade Federal da Paraíba

CODEPLAN
PROPLAN

CODEINFO
PROPLAN

COMISSÃO DE APOIO

PRA
Gleydson Kelson Correia e Castro

PRAPE
Georgia Dantas Macedo

PRG
André Luiz Batista de Macedo

PRG
Geisa Fabiane Ferreira Cavalcante

PROEX
Líbia Costa Ferreira da Silva

PROGEP
Moácia Luzia Ferreira Cavalcante de Almeida

PROPESQ
Luana Peixoto Rodrigues

PRPG
Síglia Lima Inácio

CCA
Andréia Maria de Oliveira Machado

CCHSA
Hugo Matheus Costa da Silva Severiano

SOF
Lenita Pessoa de Souza

SINFRA
Antonio da Silva Sobrinho Júnior

SSG
Haline Maria da Silva Morais

SSI
Marina Ventura Lúcio de Oliveira

STI
Iza Magna Atanazio André

SULT
Fábio Henrique Ribeiro Domiciano

SEBTT
Samara Queiroga Borges Gomes da Costa

ACI
Ana Berenice Peres Martorelli

ASCOM
Daniel Guedes de Araújo

TV-UFPB
Maria Vaniele Pereira de Oliveira

BC
Raissa Carneiro de Brito

CGA
Douglas Gurgel de Castro

CIA
Rafael Paulo de Ataíde Monteiro Melo

INOVA
Cleverton Rodrigues Fernandes

IDEP
Osiran Felício de Lima


SAPIENTIA ÆDIFICAT